

2018

Relatório de Gestão

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Esteves Pedro Colnago Júnior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
José Sant`Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Planejamento e Supervisão
Gylcilene Ribeiro Storino

Sumário

Mensagem do Presidente do IBGE

1 Visão geral e ambiente de atuação

- 1.1 Quem somos
- 1.2 Onde estamos
- 1.3 Estrutura organizacional
- 1.4 Ambiente de atuação
- 1.5 Cadeia de valor

2 Planejamento estratégico e governança

- 2.1 Planejamento estratégico
- 2.2 Governança
- 2.3 Relacionamento com a sociedade

3 Gestão de riscos e controles internos

- 3.1 Gestão de riscos e controles internos

4 Resultados de gestão

- 4.1 Retratar a realidade
- 4.2 Gerar e difundir conhecimentos

5 Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

- 5.1 Introdução
- 5.2 Gestão orçamentária e financeira
- 5.3 Gestão de pessoas
- 5.4 Gestão de licitações e contratos
- 5.5 Gestão patrimonial e infraestrutura
- 5.6 Gestão da tecnologia da informação
- 5.7 Gestão de custos
- 5.8 Sustentabilidade ambiental

6 Demonstrações contábeis

- 6.1 Declaração do contador e/ou opinião dos auditores externos
- 6.2 Demonstrações contábeis
- 6.3 Notas explicativas

7 Outras informações relevantes

- 7.1 Tratamento a recomendações e determinações do TCU



Mensagem do Presidente do IBGE



Roberto Luís Olinto Ramos
Presidente do IBGE em 2018

"Aos 82 anos, o IBGE não para. Renova a cada dia a energia e a disposição para continuar fazendo parte da vida do Brasil e dos brasileiros."

Mensagem do Presidente do IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão responsável por assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.

Por ser a informação um bem público e recurso cada vez mais essencial na moderna sociedade do conhecimento e por ser o IBGE uma organização que pauta pela qualidade da informação por ele gerada, o Instituto conta com o reconhecimento e a credibilidade do governo e dos cidadãos pela importância da diversidade dos produtos estatísticos e geocientíficos que dissemina.

Com seus levantamentos sistemáticos e a presença em todo o território brasileiro, o IBGE tem retratado as profundas transformações econômicas, sociais e ambientais ocorridas no país, permitindo aos governantes, ao setor privado e a cada cidadão brasileiro compreender melhor o país e seus moradores, empreender mudanças e buscar os avanços desejados e necessários. São 82 anos retratando o país com informações confiáveis sobre a nossa realidade, contando a história do Brasil e dos brasileiros.

Para cumprir sua missão, o IBGE conta com a confiança e a colaboração da população e das empresas, além do trabalho e dedicação de seus cerca de 10 mil funcionários (entre servidores e temporários), atuando na sede, no Rio de Janeiro, em unidades nas capitais dos 26 estados brasileiros e distrito federal e nas 570 agências distribuídas por todo o país.

O ano de 2018 foi marcado por um momento de transição. E, nos momentos de transição, é extremamente importante que estejamos preparados para nos apresentarmos e mostrarmos quem somos, o que fizemos, o que vamos fazer e o que pensamos realizar no futuro.

Nesse ano, além de divulgarmos os resultados cobrindo as áreas sociodemográfica, econômica e geocientífica, com a qualidade e o tempo devido, concentramos esforços e avançamos em algumas realizações e iniciativas estratégicas consideradas importantes para o alcance dos objetivos e o cumprimento de nossa missão. Avançamos na consolidação dos sistemas Estatístico e Geocientífico nacionais, na qualidade de gestão, nas relações institucionais e no investimento em comunicação, o que ampliou o acesso e o uso dos produtos do IBGE.

Concluímos o Censo Agropecuário 2017 e divulgamos seus primeiros resultados. Foi destaque, também, a preparação do Censo Demográfico 2020, no qual damos continuidade ao planejamento da maior operação que um instituto de estatística realiza. Abrimos uma consulta pública na internet, pela qual as pessoas apresentaram sugestões de temas para o questionário do Censo; realizamos o primeiro teste de coleta pela internet; a primeira reunião da Comissão Consultiva do Censo; e reunimos representantes dos setores público e privado e da sociedade civil para conhecerem os preparativos para o Censo Demográfico 2020. O censo é o grande desafio e nós vamos realizá-lo.

Na produção de informações estatísticas, concluímos a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e ampliamos a cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), divulgando resultados para os municípios de Aracaju (SE), Rio Branco (AC) e São Luís (MA), aumentando, assim, a representatividade do Norte e Nordeste no cálculo da inflação do país.

Já na produção de informações geocientíficas, atualizamos o mapeamento dos biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal; lançamos o portal BDIA Web, que permite a visualização e consulta de dados e mapas sobre os temas vegetação, pedologia (solos), geologia e geomorfologia; divulgamos o Mapa das Indicações Geográficas do Brasil, em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); comemoramos dez anos da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), que é fundamental para os projetos futuros, investindo cada vez mais em estruturas de dados estatísticos, geocientífico; e finalizamos a Rede Geodésica do Amapá, contribuindo na regularização fundiária e no planejamento de obras de infraestrutura.

Continuamos também a entregar um importante valor público para a sociedade, que é geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências. O Programa de Pós-graduação da Escola Nacional de Estatísticas completou 20 anos, ampliando sua atuação nessa década, com a reformulação do curso e com a consolidação do doutorado, iniciado em 2015.

Além disso, estamos pensando no Censo Geográfico, planejando a Pesquisa Nacional de Saúde, a Pesquisa de Vitimização, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, temos todas as pesquisas avançando. O IBGE continua trabalhando e concretizando, isso é o nosso futuro.

Sob o ponto de vista da gestão, estamos nos modernizando. A introdução dos conceitos de qualidade, a preocupação com qualidade na gestão e na produção representam um avanço fundamental que estamos implementando. Prosseguimos com o projeto que trabalha a gestão por processos com base nos modelos genéricos de produção adotados internacionalmente, seja na área das pesquisas estatísticas, seja na área das geociências, e que são fundamentais no processo de inovação e modernização da instituição.

No âmbito das relações institucionais e da consolidação dos sistemas Estatístico e Geocientífico nacionais, participamos da 49ª sessão da Comissão Estatística das Nações Unidas (UNSC), com o tema “Melhores dados, melhores vidas”; recebemos o Grupo de Trabalho de Estatísticas sobre Trabalho Forçado, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para discussões sobre metodologia para a produção de indicadores relativos ao tema; assinamos um convênio de cooperação com o Instituto de Estatística da União Europeia (Eurostat) e com o Instituto Mexicano de Geografia e Estatística (INEGI), o que é fundamental para que nos aproximemos e usufruamos da experiência desses institutos e para que possamos mostrar a nossa capacidade.

de. Organizamos o III Encontro de Produtores de Informação Visando à Agenda 2030, a fim de avançar na elaboração dos indicadores globais para acompanhar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil; e lançamos a Plataforma Digital dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Plataforma ODS), com o primeiro conjunto de indicadores globais do Brasil para o acompanhamento desses objetivos, com fichas metodológicas, tabelas, gráficos e mapas.

Finalmente, no campo da comunicação, o IBGE tem estado atento à maneira que apresenta suas informações e sua narrativa à sociedade. Criamos o IBGE Educa, uma forma de comunicação com a sociedade para que nossas informações e nossos serviços sejam usados por professores e estudantes; organizamos, em Brasília, a exposição “O IBGE mais perto de você”; lançamos a primeira edição da “Revista Relações Internacionais em Notícias”; lançamos o “Minuto IBGE”, um novo canal de comunicação que traduz as informações estatísticas e de geociências para os ouvintes de rádio. Além disso, consolidamos instrumentos como a “Revista Retratos” e a “Agência IBGE Notícias”, ao mesmo tempo em que avançamos no uso das redes sociais como canal de comunicação efetivo do Instituto.

Aos 82 anos, o IBGE não para. Renova a cada dia a energia e a disposição para continuar fazendo parte da vida do Brasil e dos brasileiros. Convidamos todos para a leitura deste relatório e a observarem que muito já caminhamos, embora reconheçamos que muito ainda há que ser feito.



1

Visão geral e ambiente de atuação





Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) - Foto: Licia Rubinstein

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional com informações públicas, facilitando o acesso e o uso aos cidadãos.

VALORES

Ética e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nos usuários; respeito ao informante; valorização dos talentos.

Quem somos

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), incorporado ao atual Ministério da Economia, que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica, socioeconômica e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Suas competências são coordenar as atividades do sistema estatístico e cartográfico nacionais, bem como realizar levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País. Tais competências visam, especificamente, ao planejamento econômico e social e à segurança nacional, o que o constitui o IBGE como principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

Cabe ainda ao IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG); atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano.

Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

Norte

Estados	agências	municípios
Acre	4	22
Amapá	1	16
Amazonas	13	62
Pará	16	144
Rondônia	5	52
Roraima	0	15
Tocantins	10	139
Total	49	450

Nordeste

Estados	agências	municípios
Alagoas	10	102
Bahia	50	417
Ceará	18	184
Maranhão	19	217
Paraíba	11	223
Pernambuco	20	185
Piauí	12	224
Rio Grande do Norte	7	167
Sergipe	6	75
Total	153	1794

Centro-Oeste

Estados	agências	municípios
Distrito Federal*	4	1
Goiás	21	246
Mato Grosso	16	141
Mato Grosso do Sul	11	79
Total	52	467

Sudeste

Estados	agências	municípios
Espírito Santo	10	78
Minas Gerais	86	853
Rio de Janeiro	26	92
São Paulo	98	645
Total	220	1668

Sul

Estados	agências	municípios
Paraná	38	399
Santa Catarina	20	295
Rio Grande do Sul	38	497
Total	96	1191

27
unidades estaduais

570
agências

26
estados + DF

5570
municípios

* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

Estrutura organizacional

O estatuto do IBGE define não só sua natureza, finalidade e competências, mas também a estrutura organizacional, sendo esta compreendida por:

Órgãos colegiados de direção superior dos quais fazem parte os Conselhos Técnico, Diretor e Curador. Suas atribuições e competências estão relacionadas à formulação e apreciação de proposições voltadas ao interesse institucional, coordenação das atividades dos órgãos, fiscalização, acompanhamento e controle da gestão patrimonial.

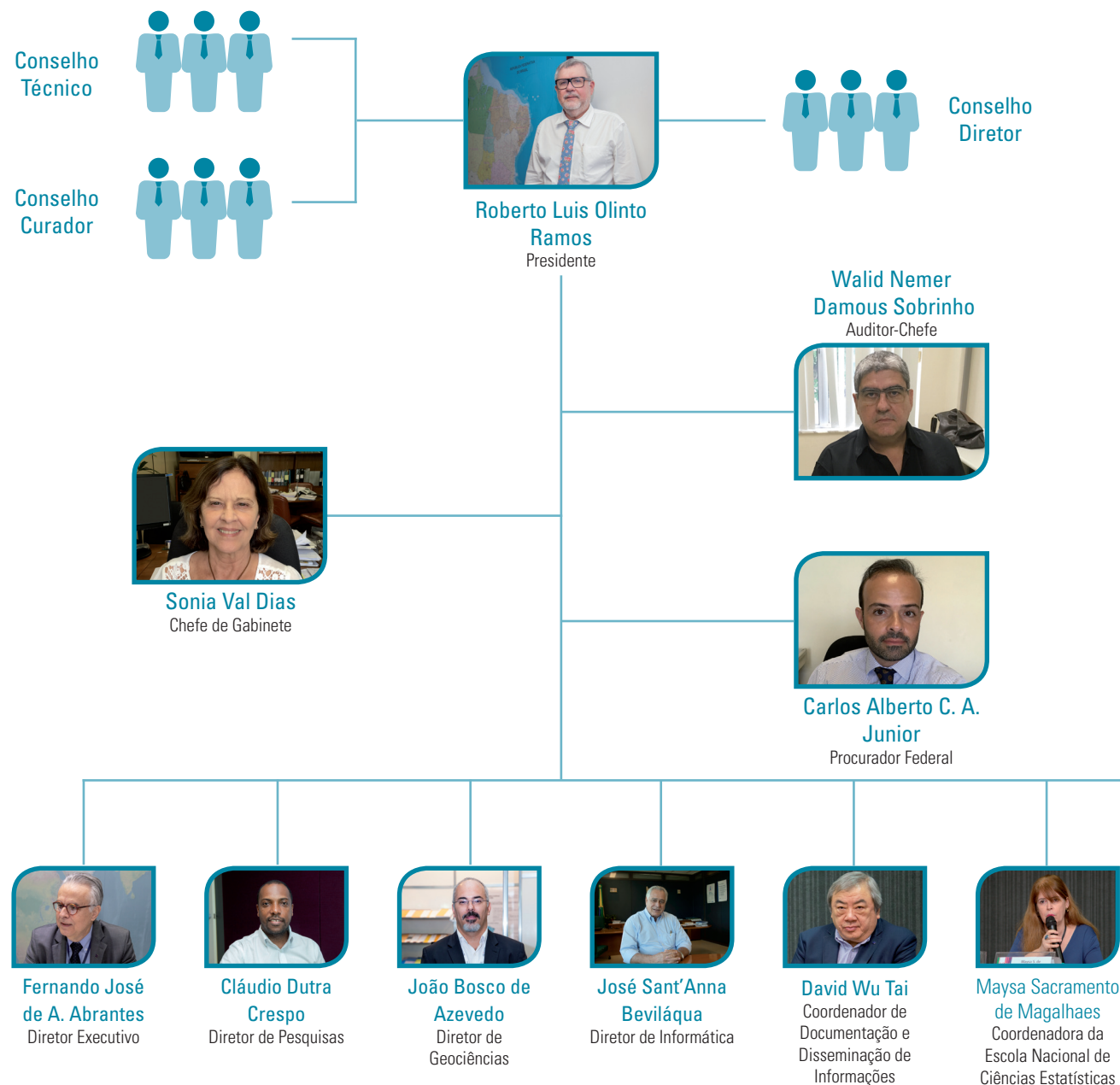
Órgão de assistência direta e imediata ao presidente representado, na estrutura organizacional, pelo Gabinete. Sua competência é prestar assistência ao presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Órgãos seccionais compreendem a Auditoria Interna (AUD), a Procuradoria Federal (PF) e a Diretoria-Executiva (DE). À Auditoria compete fiscalizar o uso adequado dos recursos e comprovar a legalidade e legitimidade das ações administrativas. À Procuradoria Federal compete representar judicial e extrajudicialmente a Insti-

tuição e prestar assessoria jurídica aos demais órgãos; e à Diretoria-Executiva compete exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como a organização, a coordenação, a orientação e a execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades.

Órgãos específicos singulares são responsáveis pela produção de informações estatísticas e geocientíficas, a documentação e a disseminação dessas informações, a gestão de TIC e as atividades de ensino e pesquisa no âmbito estatístico e geocientífico. Fazem parte a Diretoria de Pesquisas (DPE), a Diretoria de Geociências (DGC), a Diretoria de Informática (DI), o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

Órgãos descentralizados compreendem as Unidades Estaduais sediadas em cada uma das capitais brasileiras e a elas compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Instituição no âmbito de sua jurisdição



Fotos: Acervo IBGE

Chefes das Unidades Estaduais do IBGE

Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)
 Ramiro Parente de Oliveira (AL)*
 José Ilcleson Mendes Coelho (AM)
 Haroldo Canto Ferreira (AP)
 Artur Ferreira da Silva Filho (BA)
 Francisco José Moreira Lopes (CE)
 Silvio Rogério Potier dos Santos (DF)
 Max Athayde Fraga (ES)
 Edson Roberto Vieira (GO)
 Marcelo Virgínio de Melo (MA)
 Maria Antônia Esteves da Silva (MG)
 Mario Alexandre de Pinna Frazeto (MS)
 Millane Chaves da Silva (MT)
 Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)
 Roberto Salgado Beato (PB)
 Gliner Dias Alencar (PE)
 Leonardo Santana Passos (PI)
 Sinval Dias dos Santos (PR)
 Euclides Ferreira Dias Neto (RJ)
 Damiao Ernane de Souza (RN)
 Angela Ilcelina Holanda Nery (RO)
 Roberto Maykot Kuerten (RR)
 Jose Renato Braga de Almeida (RS)
 Roberto Kern Gomes (SC)
 Adriane Almeida do Sacramento (SE)
 Francisco Garrido Barcia (SP)
 João Francisco Severo Santos (TO)

* Chefe de Unidade Estadual interino

Ambiente de atuação

O IBGE é a instituição oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação, que tem por base a independência técnica e institucional em relação a interferências externas, está voltada fundamentalmente à produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação.

A particularidade e a relevância de seu papel devem-se ao fato da instituição produzir essas informações como bens públicos cabendo, portanto, ao Estado a responsabilidade de garantir seu provimento, e ao IBGE de disponibilizá-las para toda a sociedade, com regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras instituições e empresas. É isso que torna os produtos do IBGE um poderoso instrumento de suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas.

Importante salientar que, apesar das dificuldades enfrentadas, o IBGE conseguiu alcançar os objetivos previstos em seu plano de trabalho ao longo de 2018, como também buscou implantar estratégias e desenvolver ações ligadas à gestão de risco e da qualidade para prevenir e reduzir os impactos dessas ameaças.

No horizonte de atuação estratégica da instituição foi fundamental identificar e considerar as oportunidades e ameaças presentes no ambiente.



Oportunidades

1

Uso das tecnologias digitais e de geoprocessamento na captura e tratamento das informações, bem como das informações geradas pelo uso cada vez mais generalizado dessas tecnologias.

2

Atendimento à crescente demanda por informações para políticas públicas e para o acompanhamento de acordos, protocolos e conferências internacionais.

3

Uso intenso e emergente de informações geoespaciais integradas às estatísticas.

4

Fortalecimento do papel de coordenação por meio da implantação do Sistema Nacional de Informações Oficiais, previsto no Programa 2038 (Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública) do PPA 2016 – 2019 do Governo Federal.

5

Avanço internacional na construção de modelos genéricos para adoção de estruturas e processos com maior garantia de uniformidade, harmonização e qualidade.



Ameaças

1

Reposição insuficiente do quadro de servidores frente às aposentadorias. Mantendo-se o quadro atual, as atividades do IBGE poderão ficar bastante prejudicadas, razão pela qual é imperioso garantir a autorização de concursos para a incorporação imediata de novos quadros no âmbito de um plano de recomposição da força de trabalho.

2

Pressões por maiores volumes de informação, cobrindo novos temas, com maior detalhamento temático e espacial, maior frequência e menor prazo.

3

Dificuldade de obter informações básicas e cooperação dos informantes e de estabelecer parcerias para acesso a registros administrativos.

4

Incerteza e limitação na disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros e inexistência de sede única.

5

Possibilidade de surgimento de novos agentes concorrentes na produção de informações decorrentes do uso massivo de tecnologias digitais e de geoprocessamento.

Cadeia de valor

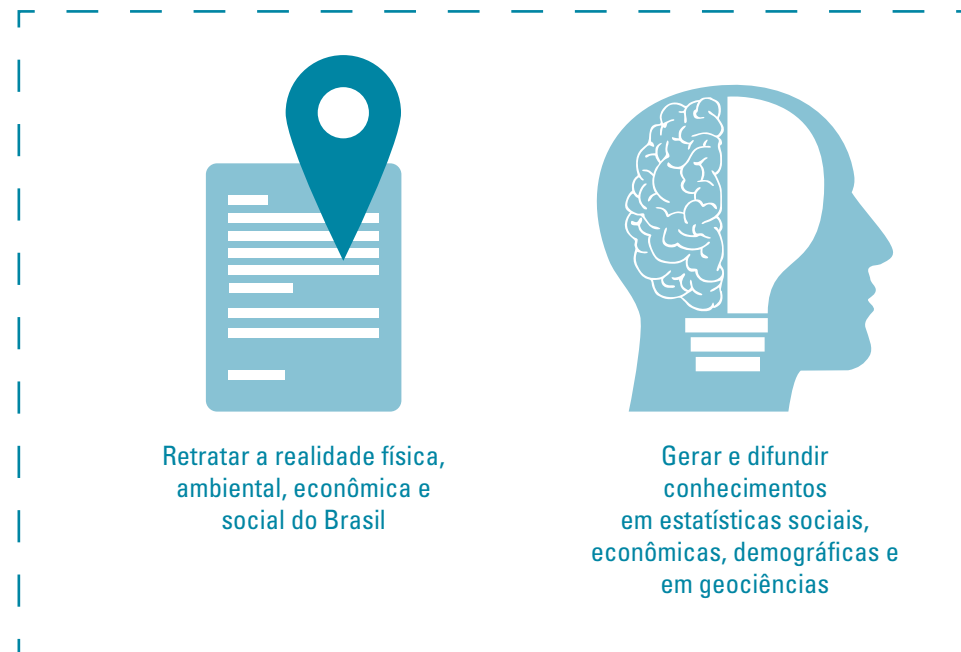
A cadeia de valor representa um conjunto de processos interconectados e executados por uma organização para entregar valor aos seus clientes (Porter, 1985). A implementação do sistema de gestão da qualidade é um objetivo estratégico para o IBGE e a abordagem por processos um dos pilares desse sistema. Neste contexto, o avanço no gerenciamento de processos passou a ser uma diretriz estratégica para a instituição.

Em 2018, o IBGE promoveu uma reflexão, à luz da visão de futuro e da estratégia 2017-2027, e se concentrou na revisão de sua cadeia de valor, construída em 2009, buscando um olhar menos funcional e mais transversal da instituição, tendo como foco a visão integrada dos processos e sua contribuição à entrega de valor para a sociedade.

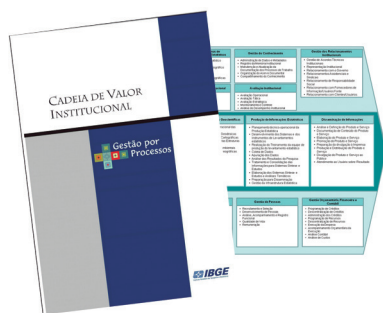
Vale destacar que, além do plano estratégico, outras referências importantes foram usadas no processo de revisão da cadeia de valor institucional, dentre eles o *Generic Statistical Business Process Model* (GSBPM) e o *Generic Activity Model for Statistical Organizations* (GAMSO), que são modelos genéricos publicados pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) e adotados por mais de cem Institutos Nacionais de Estatísticas, bem como o modelo adaptado às atividades geocientíficas *Generic Geospatial Business Process Model* (GGBPM).

A revisão da cadeia de valor é um primeiro passo de um trabalho de modernização dos processos finalísticos e de suporte para a produção de informação. O resultado inicial já pôde ser observado ainda em 2018, quando foram definidas as linhas de negócio da cadeia de valor e os valores que o IBGE entrega para a sociedade.

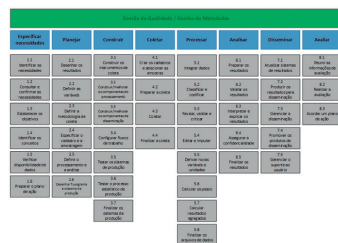
Os desafios para os próximos anos já estão estabelecidos, não só com a conclusão da nova cadeia de valor, com a validação dos macroprocessos e processos, mas também com a estruturação do Escritório de Processos e a identificação e promoção das frentes de transformação de processos para modernização institucional.



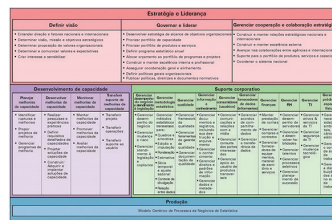
Cadeia de valor 2009



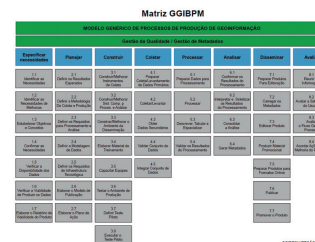
Generic Statistical Business Process



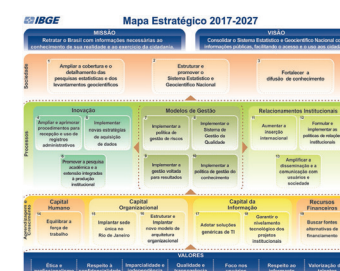
Generic Activity Model for Statistical Organizations (GAMSO)



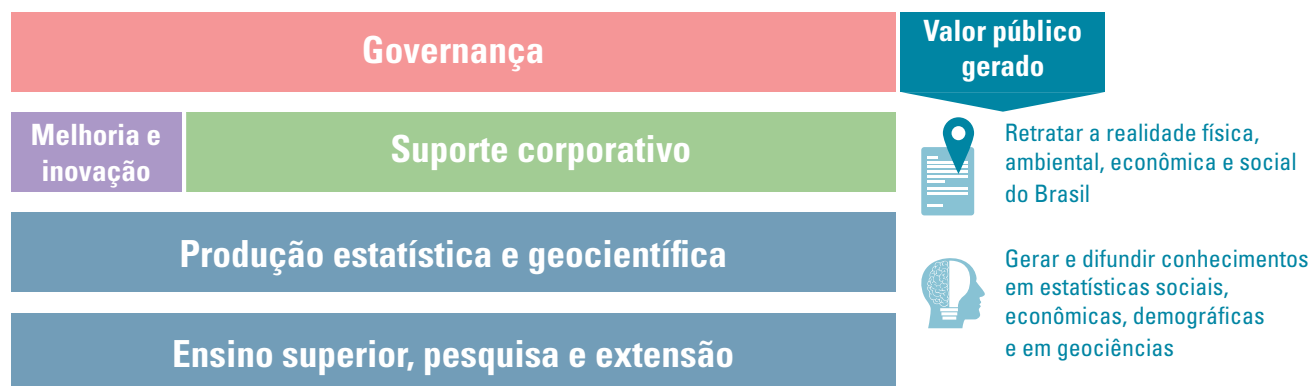
Generic Geospatial Business Process Model (GGBPM)



Mapa estratégico



Cadeia de valor do IBGE



2

Planejamento estratégico e governança



O Planejamento Estratégico de uma instituição, serve de referencial para todos aqueles que emvidam esforços para a realização de sua missão. Em se tratando de uma instituição oficial de produção de informações estatísticas e geocientíficas, como o IBGE, o plano estratégico representa não apenas um direcionamento para os seus servidores, como também um veículo de transparência de suas intenções e atividades ao governo e à sociedade.

O processo de Planejamento Estratégico e seu Plano resultante são, necessariamente, dinâmicos e são impactados pelas alterações seja no ambiente interno, seja no contexto externo, levando a mudanças de percurso no decorrer de sua implementação. Periodicamente, portanto, são previstas ações de análise crítica e ajustes na estratégia, nas iniciativas e nos projetos planejados.

O IBGE usou o *Balanced Scorecard (BSC)* como instrumento de planejamento e gestão. Tal instrumento é pautado em três elementos básicos, sendo o primeiro deles o Mapa Estratégico, onde constam as informações da Missão, da Visão e dos Valores Institucionais, além dos 19 objetivos estratégicos, que estão distribuídos em três perspectivas de análise, são elas: a) **aprendizagem e crescimento**: constitui a base do Mapa, que apresenta as competências e capacidades institucionais relacionadas a pessoas, tecnologias, recursos, conjugadas para sustentar a estratégia e dar suporte aos processos internos; b) **processos**: conjunto de processos críticos que contribuem para a criação de valor para os usuários e demais partes interessadas; e c) **sociedade**: perspectiva na parte superior do Mapa que revela o impacto social, ou seja, a contribuição das ações institucionais estratégicas para a sociedade.



A **missão institucional** exerce a função orientadora e delimitadora da ação organizacional. A missão do IBGE tem se mantido estável no tempo e está bem internalizada pelos servidores. Dessa maneira, contribui para sua motivação, mobilização e engajamento, em prol do alcance de objetivos e metas institucionais, permitindo a entrega de produtos e serviços que agregam valor para a sociedade.

Os **valores** são referências que balizam comportamentos, atitudes e decisões cotidianas, direcionam as relações institucionais e orientam a gestão estratégica, dando a sustentação necessária ao projeto institucional.

A declaração de **visão** sintetiza a ambição maior da Instituição e

orienta seu avanço progressivo em direção ao futuro desejado, sendo um marco importante do processo de planejamento, para direcionar e orientar as ações.

Em 28 de março de 2018, foi realizada uma oficina, mediada por um consultor externo, para definir e validar os indicadores de monitoramento do plano. Tal oficina contou com a participação dos membros de um Grupo Executivo de Trabalho (GET), especialmente formado para conduzir o processo de planejamento estratégico, e alguns servidores especialistas convidados.

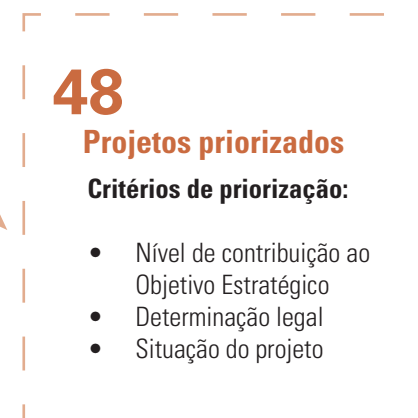
Na ocasião, foram definidos 30 indicadores, para os 19 Objetivos Estratégicos, e iniciados os trabalhos de levantamento da linha de base e validação de suas metas. Após a

conclusão das atividades, prevista para 2019, será publicado o **Painel de Indicadores e Metas**, elementos básicos do BSC.

Sabendo da importância de possuir um sistema de medição e acompanhamento das ações e projetos estratégicos, o IBGE se reuniu, no dia 13 de abril de 2018, com executivos do Banco Central do Brasil (BCB) e, em seguida, formalizou o convênio para a concessão da licença de uso do Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) da entidade. Essa cessão possibilitará ao IBGE desenvolver um sistema de gestão robusto, maduro e, principalmente, com menor custo do que um software adquirido no mercado ou desenvolvido desde o início. O sistema será declaratório, sendo de responsabilidade dos gestores de projeto a inclusão dos

registros e a atualização mensal das informações sobre os projetos sob sua responsabilidade.

Em 2018 o IBGE realizou a revisão de sua estratégia e publicou a segunda versão do Plano Estratégico 2017-2027. Nessa oportunidade, em maio de 2018, o GET revisou outro elemento básico do BSC, que é o Portfólio de Projetos. Nessa revisão, foram analisados os 141 projetos da Instituição e uma nova composição de **48 projetos estratégicos** foi formada, com base em critérios de priorização predefinidos como “nível de contribuição ao Objetivo Estratégico”, “determinação legal” e “situação do projeto”. Os demais 93 projetos foram entendidos como projetos setoriais a serem acompanhados no âmbito de cada diretoria.



A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais:

ÓRGÃOS COLEGIADOS DE DIREÇÃO SUPERIOR

CONSELHO DIRETOR

Previsto no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e regido pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Órgão colegiado ao qual cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Roberto Luis Olinto Ramos

Presidente

Sonia Val Dias

Chefe de Gabinete

Fernando José de Araújo Abrantes

Diretor-Executivo

Cláudio Dutra Crespo

Diretor de Pesquisas

João Bosco de Azevedo

Diretor de Geociências

José Sant'Anna Bevilacqua

Diretor de Informática

David Wu Tai

Coordenador de Documentação e Disseminação de Informações

Maysa Sacramento de Magalhães

Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

CONSELHO CURADOR

Previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003.

Órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe também o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

Atua com reuniões ordinárias, duas vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria de seus membros.

Roberto Luis Olinto Ramos

Presidente

Fábio Ribeiro Servo

Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)

Felipe Palmeira Bardella

Representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Leonardo Lima dos Santos

Representante do Banco Central do Brasil (BACEN)

Edson Wanderlei Fontana

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

Elis Regina Manhabosco Allegranzzi

Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

CONSELHO TÉCNICO

Está previsto no art. 13, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003.

Órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Atua com reuniões ordinárias, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Atualmente, está em andamento o processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação do Conselho.

O Conselho Técnico é composto pelo Presidente do IBGE, que o preside, e por dez Conselheiros escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dentre pessoas de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área da produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas.

Entre os membros do Conselho, quatro representarão, respectivamente, cada um dos seguintes Ministérios, por indicação de seus titulares:

a) do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

b) da Fazenda;

c) do Trabalho e Emprego; e

d) da Defesa.

ÓRGÃO DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO PRESIDENTE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Previsto no art. 14 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003 e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É o órgão que assiste à presidência na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Sonia Val Dias
Chefe de Gabinete

ÓRGÃOS SECCIONAIS

PROCURADORIA FEDERAL

Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, § 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete a ela representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE e prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Carlos Alberto Pires Carvalho Albuquerque Junior
Procurador Federal

AUDITORIA INTERNA

Órgão seccional que, no exercício de suas competências, vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, conforme estabelecido no Parágrafo único do art. 37 do regimento interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

A atuação da Auditoria Interna está sujeita à supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos que o integram.

A atividade de auditoria interna tem como finalidade agregar valor e melhorar as operações da organização, mediante a prestação de serviços de avaliação que compreendem a análise objetiva de evidências pelo auditor interno, com vistas a fornecer opiniões ou conclusões em relação à execução das metas previstas no plano plurianual; à regularidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos, bem como fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras do IBGE.

Walid Nemer Damous Sobrinho
Auditor-Chefe

DIRETORIA EXECUTIVA

Previsto no art. 17 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral; de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros; de registros e análises contábeis; e de atividades de suporte às unidades descentralizadas

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor-Executivo

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

DIRETORIA DE PESQUISAS

Prevista no art. 18º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos

Cláudio Dutra Crespo

Diretor de Pesquisas

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS

Prevista no art. 19º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

João Bosco de Azevedo

Diretor de Geociências

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Prevista no art. 20º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer às necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

José Sant'Anna Beviláqua

Diretor de Informática

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Prevista no art. 21º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por buscar o desenvolvimento de produtos e serviços com nas informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.

David Wu Tai

Coordenador de Documentação e Disseminação de Informações

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIA ESTATÍSTICA

Prevista no art. 22º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Instituição federal de ensino superior que promove atividades de pesquisa, atua em três níveis de ensino, oferece cursos avulsos de atualização e extensão, além de ser responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE

Maysa Sacramento de Magalhaes

Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS

UNIDADE ESTADUAIS

O IBGE possui 27 Unidades Estaduais, sendo uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As UEs têm como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas do IBGE, no limite de suas jurisdições.

Essas Unidades contam, ainda, com 570 agências de coleta de dados, nos principais municípios brasileiros, para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as coletas de dados pelo IBGE.

Marco Fábio de Sousa Esteves

Chefe da Unidade Estadual do Acre

Ramiro Parente de Oliveira

Chefe Interino da Unidade Estadual de Alagoas

José Ilcleson Mendes Coelho

Chefe da Unidade Estadual do Amazonas

Haroldo Canto Ferreira

Chefe da Unidade Estadual do Amapá

Artur Ferreira da Silva Filho

Chefe da Unidade Estadual da Bahia

Francisco José Moreira Lopes

Chefe da Unidade Estadual do Ceará

Silvio Rogério Potier dos Santos

Chefe da Unidade Estadual do Distrito Federal

Max Athayde Fraga

Chefe da Unidade Estadual do Espírito Santo

Edson Roberto Vieira

Chefe da Unidade Estadual de Goiás

Marcelo Virgínio de Melo

Chefe da Unidade Estadual do Maranhão

Maria Antônia Esteves da Silva

Chefe da Unidade Estadual de Minas Gerais

Mario Alexandre de Pinna Frazeto

Chefe da Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Millane Chaves da Silva

Chefe da Unidade Estadual do Mato Grosso

Rony Helder Nogueira Cordeiro

Chefe da Unidade Estadual do Pará

Roberto Salgado Beato

Chefe da Unidade Estadual da Paraíba

Gliner Dias Alencar

Chefe da Unidade Estadual de Pernambuco

Leonardo Santana Passos

Chefe da Unidade Estadual do Piauí

Sinval Dias dos Santos

Chefe da Unidade Estadual do Paraná

Euclides Ferreira Dias Neto

Chefe da Unidade Estadual do Rio de Janeiro

Damiao Ernane de Souza

Chefe da Unidade Estadual do Rio Grande do Norte

Angela Ilcelina Holanda Nery

Chefe da Unidade Estadual do Rondônia

Roberto Maykot Kuerten

Chefe da Unidade Estadual do Roraima

Jose Renato Braga de Almeida

Chefe da Unidade Estadual do Rio Grande do Sul

Roberto Kern Gomes

Chefe da Unidade Estadual de Santa Catarina

Adriane Almeida do Sacramento

Chefe da Unidade Estadual de Sergipe

Francisco Garrido Barcia

Chefe da Unidade Estadual de São Paulo

João Francisco Severo Santos

Chefe da Unidade Estadual do Tocantins

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

COMISSÃO DE ÉTICA

Instituída pela Resolução nº 06 da Presidência, de 28 de junho de 2013, em consonância com a Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública.

As principais competências dessa comissão são:

- Atuar como instância consultiva do dirigente máximo, diretores e dos respectivos servidores do IBGE;
- Aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994;
- Representar o IBGE na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do Decreto nº 6.029, de 2007;
- Orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;
- Receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração, instaurando processo, se for o caso, para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos;
- Esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;
- Aplicar a penalidade de censura ética ao servidor;
- Elaborar e propor alterações ao código de ética ou de conduta próprio e ao regimento interno da respectiva Comissão de Ética.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO E TREINAMENTO

Instituído pela Resolução nº 27 do Conselho Diretor, de 22 de dezembro de 2003.

É um fórum colegiado constituído por representantes de unidades setoriais, nomeados pelo Presidente do IBGE, para tomada de decisão sobre as políticas de treinamento da Instituição, bem como avaliar os pleitos de afastamentos temporários de servidores para cursar programas de pós-graduação.

As principais competências do comitê são:

- Identificar e propor políticas e diretrizes de treinamento e aperfeiçoamento;
- Propor ações de treinamento;
- Coordenar os levantamentos das necessidades de treinamento dos servidores de todas as unidades organizacionais;
- Elaborar o Plano Anual de Treinamento, em conjunto com a Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (ENCE/CTA);
- Analisar e decidir quanto aos pedidos de afastamento de servidores para a realização de programas de formação e aperfeiçoamento;
- Acompanhar e avaliar, continuamente, os programas de treinamento e aperfeiçoamento do IBGE.

COMITÊ DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Instituído pela Resolução nº 23 do Conselho Diretor, de 12 de novembro de 2013.

É responsável por avaliar e monitorar a implementação das ações descritas no Plano de Logística Sustentável (PLS) e os Grupos Executivos da Sustentabilidade (GES), com vistas ao acompanhamento da execução das ações e práticas de sustentabilidade, de racionalização de gastos e otimização dos processos nos diversos complexos da sede e nas Unidades Estaduais.

As principais competências do comitê são:

- Estabelecer diretrizes, propor estratégias e buscar meios para garantir a implementação do PLS;
- Propor e viabilizar treinamentos para capacitação e disseminação das ações e boas práticas de sustentabilidade;
- Monitorar os indicadores de sustentabilidade;
- Analisar as metas e objetivos alcançados, com vistas à continuidade das ações e práticas, ou suas redefinições;
- Elaborar um boletim semestral da sustentabilidade para publicação interna, com vistas a dar conhecimento aos servidores e aos gestores sobre os resultados do PLS.

COMITÊ DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Instituído pela Resolução nº 26 do Conselho Diretor, de 21 de outubro de 2015, em consonância com a Instrução Normativa nº 1 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 13 de junho de 2008, que, em seu artigo 5.º, inciso VI, d, determina aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, em seu âmbito de atuação, instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

É responsável por reunir competências para elaboração e gestão permanente da Segurança da Informação e Comunicações do IBGE. Alinha ações e posturas relativas à segurança da informação com as estratégias e metas da Instituição para prestar um serviço público da mais alta qualidade, sempre considerando a Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE, que estabelece políticas, planos, normas e procedimentos para proteger as informações da Instituição, garantindo confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade.

COMITÊ INSITUCIONAL DA QUALIDADE

Instituído pela Resolução nº 27 do Conselho Diretor, de 11 de agosto de 2017.

As principais competências do comitê são:

- Estabelecer a política da qualidade do IBGE e elaborar um plano de trabalho para a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade Institucional, com cronograma de implantação, definição de recursos e de responsáveis, detalhado em iniciativas e projetos de melhoria contínua de produtos e processos existentes;
- Elaborar e implantar plano de trabalho para aumentar a aderência dos processos e produtos aos indicadores do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, com ações voltadas para a institucionalização de uma cultura de melhoria contínua e de monitoramento de indicadores em diferentes níveis institucionais, para acompanhamento da aderência ao Código;
- Atuar para garantir a execução dos projetos e iniciativas detalhados no Plano Permanente de Providências (PPP), elaborado em resposta ao conjunto de recomendações feitas no Relatório CGU de Avaliação dos Resultados da Gestão supracitado, bem como monitorar e acompanhar seu desenvolvimento e seus resultados, para que prazos de atendimento estabelecidos sejam cumpridos e objetivos sejam alcançados;
- Acompanhar a condução dos projetos estratégicos e táticos previstos no Plano Estratégico Institucional 2017-2027, propostos para atendimento ao objetivo estratégico de implementar o Sistema de Gestão da Qualidade, no âmbito do Programa de Modernização Institucional, assegurando alinhamento entre as ações e o alcance dos resultados pretendidos.

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Instituído pela Resolução nº 02 do Conselho Diretor, de 19 de março de 2010.

Tem o objetivo de reunir competências para elaboração e gestão permanente do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do IBGE (PDTI), com as seguintes atribuições:

- Apreciar e encaminhar ao Conselho Diretor, para sua aprovação, o PDTI com objetivo de alinhar os investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com o planejamento e metas institucionais;
- Deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de TIC;
- Criar grupos de trabalho para a atualização e acompanhamento do PDTI;
- Convidar especialistas externos para subsidiar trabalhos quando necessário;
- Sanar eventuais dúvidas sobre assuntos relativos à TIC.

COMITÊ DE SIGILO

Instituído pela Resolução nº 21 do Conselho Diretor, de 29 de agosto de 2016.

É responsável por tratar da manutenção do sigilo das informações coletadas, produzidas, disseminadas e armazenadas pelo IBGE.

Cabe a este Comitê analisar as solicitações de acesso às informações confidenciais, dando parecer sobre autorização e condições de uso; propor soluções para questões relacionadas ao sigilo das informações e avaliar rotineiramente o cumprimento da promessa de assegurar a manutenção do sigilo das informações confidenciais.

COMITÊ DE GOVERNANÇA, CONFORMIDADE E RISCO

Instituído pela Resolução nº 28 do Conselho Diretor, de 25 de agosto de 2017, considerando a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 11 de maio de 2016.

As principais competências do comitê são:

- Propor a política de gestão de riscos, integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às demais políticas institucionais, e assegurar a implantação do modelo de Gerenciamento de Riscos para a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos e estabelecimento, manutenção, monitoramento e aperfeiçoamento dos controles internos da gestão;
- Assegurar que os riscos sejam gerenciados e monitorados de acordo com a política de gestão de riscos e garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis;
- Assegurar o cumprimento dos princípios éticos e de boa governança e incentivar a adoção de boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos, garantindo aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões;
- Promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos, promover o mapeamento e a avaliação dos riscos-chave e a institucionalização da gestão de riscos e controles internos, oferecendo suporte para sua implementação.

ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

No exercício de suas competências, a Auditoria Interna (AUD) vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, nos termos do §3º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002.

Conforme Regimento Interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, são competências da Auditoria Interna:

- I. fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e
- II. comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

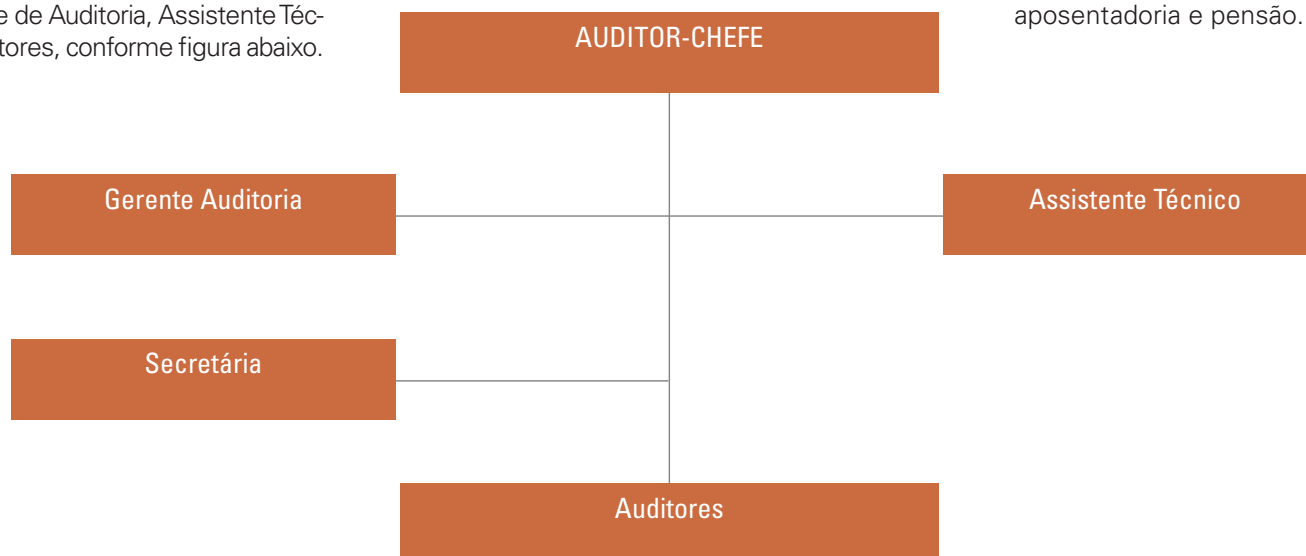
Em dezembro de 2018, a AUD compunha-se de: Auditor-Chefe, Gerente de Auditoria, Assistente Técnico, Secretária e Auditores, conforme figura abaixo.

A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe é submetida pelo Presidente da Fundação IBGE ao Conselho Curador para aprovação e, posteriormente, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as atividades de auditoria são anualmente planejadas e consubstanciadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em consonância com a Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015. A execução das ações do PAINT é reportada à Secretaria Federal de Controle Interno, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, mediante comunicação dos relatórios de auditoria emitidos, bem como pelo Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Os relatórios emitidos são encaminhados aos respectivos responsáveis para manifestação e apresentação das providências para tratamento das recomendações de auditoria. O conjunto das providências, com os respectivos prazos, constitui o Plano de Providências Permanente, cujo monitoramento foi implementado em 2016. A implementação das recomendações são monitoradas até o pleno atendimento.

Em 2018, os trabalhos foram orientados por duas abordagens: Unidades Estaduais e por temas. Pela primeira, cada unidade é visitada com periodicidade não superior a 3 anos (rodízio de ênfase). Pela segunda, foram temas de auditoria as concessões de pensão e aposentadoria, a folha de pagamento e o relatório da prestação de contas semestrais. O escopo deste último tema contemplou a gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira do IBGE, bem como aspectos relevantes/materiais de concessões de aposentadoria e pensão.



As atividades de auditoria interna são orientadas segundo critérios como materialidade, relevância e criticidade. Pelo primeiro destaca-se a Administração Central que respondeu por 95,88% da execução orçamentária do exercício de 2018. As Unidades Estaduais (27), que executaram cerca de 4,12% da despesa anual, são ciclicamente visitadas em períodos não superiores a três anos, tendo por base os outros dois critérios.

Foram realizadas 92% das 14 ações de auditoria do PAINT 2018, considerando-se que não houve demanda para a Ação nº 13 – Denúncias/Demandas Externas.

A Ação nº 03 – Aquisição de Bens e Serviços foi iniciada e não finalizada, enquanto a Ação nº 11-Tecnologia da Informação e Comunicação e a Ação nº 10 – Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro (UE/RJ) não foram realizadas. Esta última foi retomada no PAINT 2019.

Essas ações não foram executadas em decorrência da redução da disponibilidade da força de trabalho, que em dezembro de 2018, se resumiu em sete servidores para as atividades de auditoria/trabalhos de campo.

Por outro lado, foi ampliado o escopo das ações de auditoria realizadas nas unidades nos estados do RS, CE, PA e BA, contemplando as supervisões das coletas das pesquisas. Dessa maneira, deu-se o início do envolvimento da Auditoria Interna nas atividades de monitoramento/avaliação da supervisão das coletas das pesquisas realizadas pelas Unidades Estaduais do IBGE, em consonância com a determinação 1.6.1 do Acórdão nº 1.598/2018 – TCU – Plenário.

O acompanhamento das supervisões nessas Unidades foi feito com abordagem orientada a problemas e sistemas, visando identificar aspectos a serem tratados e assim assegurar maior aderência ao Código de Boas Práticas, sendo importante a automatização das etapas do processo de produção estatística. Foi efetuado levantamento de quantitativo de servidores efetivos em cada Agência, em nível nacional, constituindo-se em variável adicional para o planejamento das atividades de auditoria na execução do PAINT 2019, no qual a supervisão das coletas será um dos temas.

A Tabela a seguir, mostra os resultados parciais da execução do PAINT 2018, bem como o quantitativo de recomendações decorrentes de relatórios da Auditoria Interna de anos anteriores, que se encontram em monitoramento no Plano de Providências Permanente do IBGE, iniciado em 2016. Desde então, foram efetuadas 692 recomendações para as Unidades relacionadas na referida tabela. Desse total, 16,3% (113) encontra-se em monitoramento.

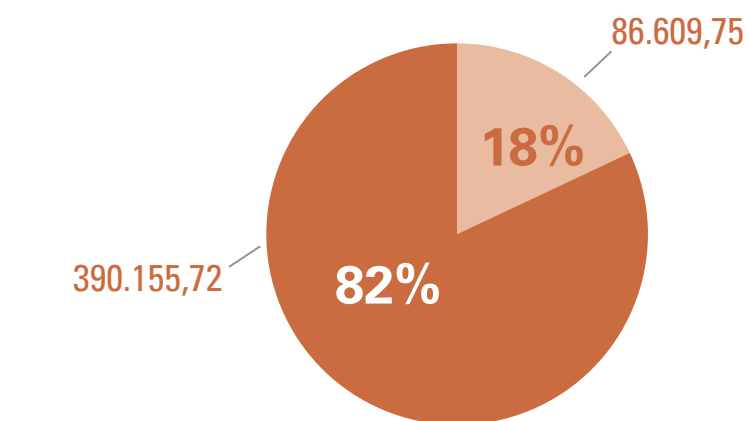


Recomendações Auditoria Interna - Acompanhamento					
Unidade	UG	Documento	Recomendações	Em Monitoramento	
				Qtde.	%
Adm. Central	114.601	Relatório AUD nº 2016/17	5	1	20,00
Adm. Central	114.601	Relatório AUD nº 2017/02	5	2	40,00
Adm. Central	114.601	Relatório AUD nº 2016/19	2	0	0,00
Adm. Central	114.601	Relatório AUD nº 2017/15	11	7	63,64
UE/AC	114.603	Relatório AUD nº 2016/18	47	1	2,13
UE/AM	114.604	Relatório AUD nº 2016/04	35	5	14,29
UE/AP	114.607	Relatório AUD nº 2017/05	28	4	14,29
UE/CE	114.610	Relatório AUD nº 2016/16	31	2	6,45
UE/ES	114.619	Relatório AUD nº 2016/13	25	3	12,00
UE/GO	114.627	Relatório AUD nº 2016/05	21	0	0,00
UE/MA	114.608	Relatório AUD nº 2017/04	55	8	14,55
UE/MG	114.618	Relatório AUD nº 2017/07	22	6	27,27
UE/MT	114.626	Relatório AUD nº 2016/07	47	2	4,26
UE/PA	114.606	Relatório AUD nº 2016/06	36	10	27,78
UE/PB	114.613	Relatório AUD nº 2016/09	28	2	7,14
UE/PE	114.614	Relatório AUD nº 2017/09	48	6	12,50
UE/PR	114.623	Relatório AUD nº 2017/13	34	3	8,82
UE/RO	114.602	Relatório AUD nº 2016/12	40	2	5,00
UE/RR	114.605	Relatório AUD nº 2016/03	19	3	15,79
UE/RR	114.605	Relatório AUD nº 2018/01	22	11	50,00
UE/RS	114.625	Relatório AUD nº 2018/03	19	10	52,63
UE/SC	114.624	Relatório AUD nº 2017/12	31	4	12,90
UE/SE	114.616	Relatório AUD nº 2016/10	25	1	4,00
UE/TO	114.639	Relatório AUD nº 2016/08	36	1	2,78
UE/TO	114.639	Relatório AUD nº 2017/10	20	19	95,00
Total			692	113	16,3

Fonte: Plano de Providências Permanente

No exercício de 2018, foram identificadas impropriedades em pagamentos de despesa de pessoal da ordem de 476 mil reais, distribuídos pelos temas conforme gráfico abaixo.

Folha de pagamento - diferenças

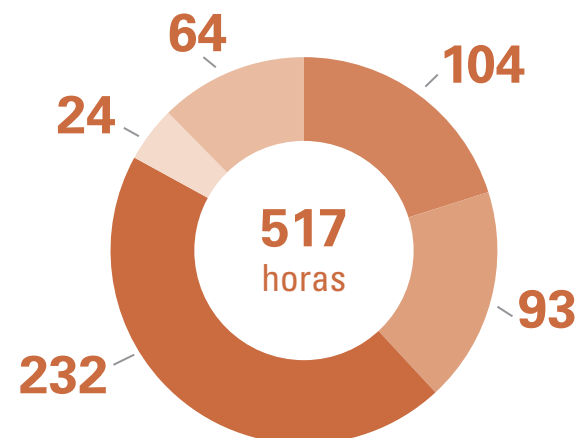


- Folha de pagamento
- Concessão de pensão

Desse montante, cerca de 16,6% foi regularizada, ainda no exercício de 2018, e os demais acertos são acompanhados pela Auditoria Interna.

No que tange à qualificação, os servidores da Auditoria Interna participaram de treinamentos e eventos de capacitação com carga horária total de 517 horas, conforme gráfico a seguir, representando cerca de 30 horas de capacitação por participante.

Auditoria Interna – Capacitação 2018



- Curso de desenvolvimento de habilidades em pesquisas (CDHP)
- Auditoria baseada na avaliação de riscos
- XXIII Congresso latino americano de auditoria interna
- XV Semana de administração orçamentária
- I Encontro de auditores internos governamentais

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O IBGE, por meio da Gerência de Processos Administrativos Disciplinares (GEPAD), promove a apuração das irregularidades administrativas do seu quadro de servidores, na forma estabelecida pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Os processos correccionais são desenvolvidos por servidores lotados na Gerência, mas, em razão da carência de pessoal, em muitas ocasiões, contam com a participação de servidores lotados em outras unidades.

Nas Unidades Regionais, estes procedimentos, via de regra, são desenvolvidos por servidores locais, excetuando-se aqueles processos que envolvem fatos de maior gravidade, para os quais a Administração determina que sejam apurados pela equipe de servidores que compõem a GEPAD, com maior experiência em procedimentos disciplinares mais complexos.

No exercício de 2018, houve um aumento da atividade correccional no IBGE, em razão da realização do Censo Agropecuário, que efetuou a contratação de cerca de 25 mil colaboradores temporários, principalmente para a realização das funções relacionadas a coleta de dados. Assim, além das atividades normais de apuração em uma instituição do porte do IBGE, somaram-se aquelas relacionadas à operação censitária, sobretudo as que envolveram acidentes com viaturas oficiais, assédio (moral e sexual), tentativas de fraude na coleta e outras, causando uma considerável elevação no número de apurações em relação à 2017.

42
procedimentos registrados



2017

140
procedimentos registrados



2018

Importante assegurar que, todos esses procedimentos disciplinares foram devidamente registrados no sistema CGU-PAD, atendendo aos preceitos estabelecidos pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTO POR ASSUNTO

Assunto	Número de Procedimentos
Acumulação indevida de cargos	2
Assédio moral	3
Assédio sexual	1
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	1
Ausência ou impontualidade ao serviço	2
BDE – A classifica	0
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	2
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	32
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	1
Descumprimento de regime de dedicação exclusiva	0
Designação de atribuições a pessoa estranha da repartição	0
Desproporção entre patrimônio e renda	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0
e-OUV – A classificar	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	55
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou despreço	3
Favorecimento próprio ou de terceiros	8
Irregularidade definidas em normativos ou regulamentos	29
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	0
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	1
Monitor – A classificar	0
Nepotismo	0
Reconhecimento da dívida	0
Representação de interesse particular junto à administração	0
Total de procedimentos:	140

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

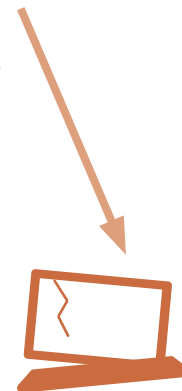
Subordinada à Diretoria Executiva do IBGE, a GE-PAD é o órgão responsável pelo controle de todos os processos administrativos disciplinares (PAD) instaurados nas Unidades Estaduais e na Sede.

Os casos de dano ao erário são apurados em processos administrativos próprios (termos circunstanciados administrativos, sindicâncias ou PADs), e, uma vez comprovada responsabilidade de servidor, o ressarcimento é providenciado nos autos do próprio processo, com emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU). Nos casos de recusa do servidor em proceder o ressarcimento, os autos são encaminhados à Procuradoria Federal no IBGE, para a adoção das medidas judiciais e inscrição na Dívida Ativa da União.

No exercício de 2018, dos 140 procedimentos disciplinares instaurados, 32 foram destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos, o que corresponde a quase 23% do total de procedimentos instaurados.

Não houve nenhum caso de Tomadas de Contas Especial, bem como não ocorreram fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em Tomadas de Contas Especial.

140
procedimentos registrados



32
procedimentos de
desaparecimento
ou perecimento de
bens públicos

O IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do país, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, oferecendo uma visão completa e atual do país.

O relacionamento com os usuários e a sociedade é um tema acompanhado com muita atenção no IBGE. Presente na estratégia da instituição, por meio do objetivo 13, busca-se sempre o contato com esse público de maneira a conhecer e entender suas necessidades,

bem como avaliar sua satisfação em relação às informações produzidas pelo Instituto.

O ano de 2018 foi marcado por novas iniciativas: foi criado o **IBGE Educa**, uma via de comunicação com a sociedade, que apresenta conteúdos educativos, acompanhando as diretrizes educacionais do Ministério da Educação, para a comunidade escolar – crianças, jovens e professores; foi organizada, em Brasília, a **exposição “O IBGE mais perto de você”**, que permitiu aos servidores e visitantes do Congresso Nacional a experiência de percorrer mais de oito

milhões de quilômetros do território brasileiro, por meio de um mapa interativo; foi lançada a primeira edição da **“Revista Relações Internacionais em Notícias”** divulgando as diversas ações promovidas pela instituição e, também, aquelas realizadas por entidades estrangeiras das quais o IBGE participa e com as quais coopera em diversos âmbitos; e o **“Minuto IBGE”**, programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o país, por meio da Rede Nacional de Rádio, que apresenta os dados do IBGE contextualizados na vida dos brasileiros, como mais uma forma de aproximar o Instituto dos cidadãos.

Canais de acesso do cidadão

Para criar e manter essa proximidade, o IBGE possui diversos canais de comunicação pelos quais se relaciona com a sociedade:



PORTAL DO IBGE
www.ibge.gov.br

Por meio do Portal do IBGE, na Internet, seu principal canal de comunicação, são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para download e banco de dados.



**ATENDIMENTO
TELEFÔNICO**
0800-721-8181

Informações rápidas são fornecidas por meio de call center, com tempo de espera da chamada de até 20 segundos.



REVISTA RETRATOS
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/revista-retratos.html>

Publicação mensal que busca estreitar ainda mais a relação do IBGE com a sociedade, por meio de reportagens sobre temas atuais.



**ATENDIMENTO AO
INFORMANTE**
<https://respondendo.ibge.gov.br/>

A relação com o informante é entendida como uma questão de natureza estratégica para o IBGE, por isso o respeito ao informante é considerado um dos valores nos quais a Instituição se apoia. Isso porque a eventual resistência à prestação de informações incide de maneira crítica sobre os processos de trabalho da rede de coleta, tendo impactos diretos sobre os resultados. O canal Respondendo ao IBGE é destinado aos informantes, para tirar dúvidas, verificar a identidade do entrevistador e conhecer mais sobre nossas pesquisas.



**ATENDIMENTO
PRESENCIAL**
<https://www.ibge.gov.br/novoportal-atendimento.html>

É realizado atendimento presencial, por meio das unidades de documentação e disseminação de informações nas capitais. Essas unidades são sinalizadas com o logotipo da Instituição e contam com áreas de atendimento imediato presencial, oferecendo um dos maiores acervos de publicações impressas e eletrônicas, como, também, bases de dados, com informações estatísticas e geográficas do país.



LOJA VIRTUAL
<https://loja.ibge.gov.br/>

Os produtos do IBGE são comercializados nas principais livrarias do país e, também, na Loja Virtual.



**ATENDIMENTO POR
E-MAIL**
ibge@ibge.gov.br

O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail, respondendo aos usuários em um prazo padrão de 5 dias.



BIBLIOTECA
<https://biblioteca.ibge.gov.br/>

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado, bem como ser feito o download de parte dele, no canal Biblioteca.



**ATENDIMENTO À
IMPRESA**
Agência IBGE Notícias
[www.agenciadenoticias.
ibge.gov.br](http://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br)
agenciadenoticias@ibge.gov.br
comunica@ibge.gov.br



MINUTO IBGE
[https://agenciadenoticias.
ibge.gov.br/minuto-ibge.html](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/minuto-ibge.html)

Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o país.



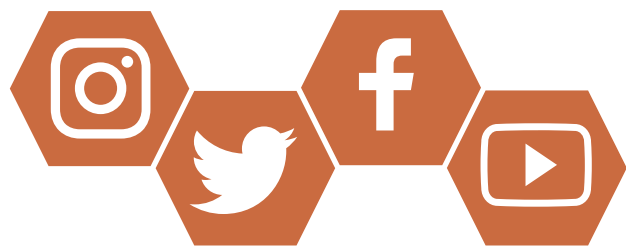
IBGE Educa
<https://educa.ibge.gov.br/>

Portal voltado para a educação com conteúdos atualizados e lúdicos sobre o Brasil.



**REVISTA RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
EM NOTÍCIAS**
[https://agenciadenoticias.
ibge.gov.br/revista-de-ri.html](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/revista-de-ri.html)

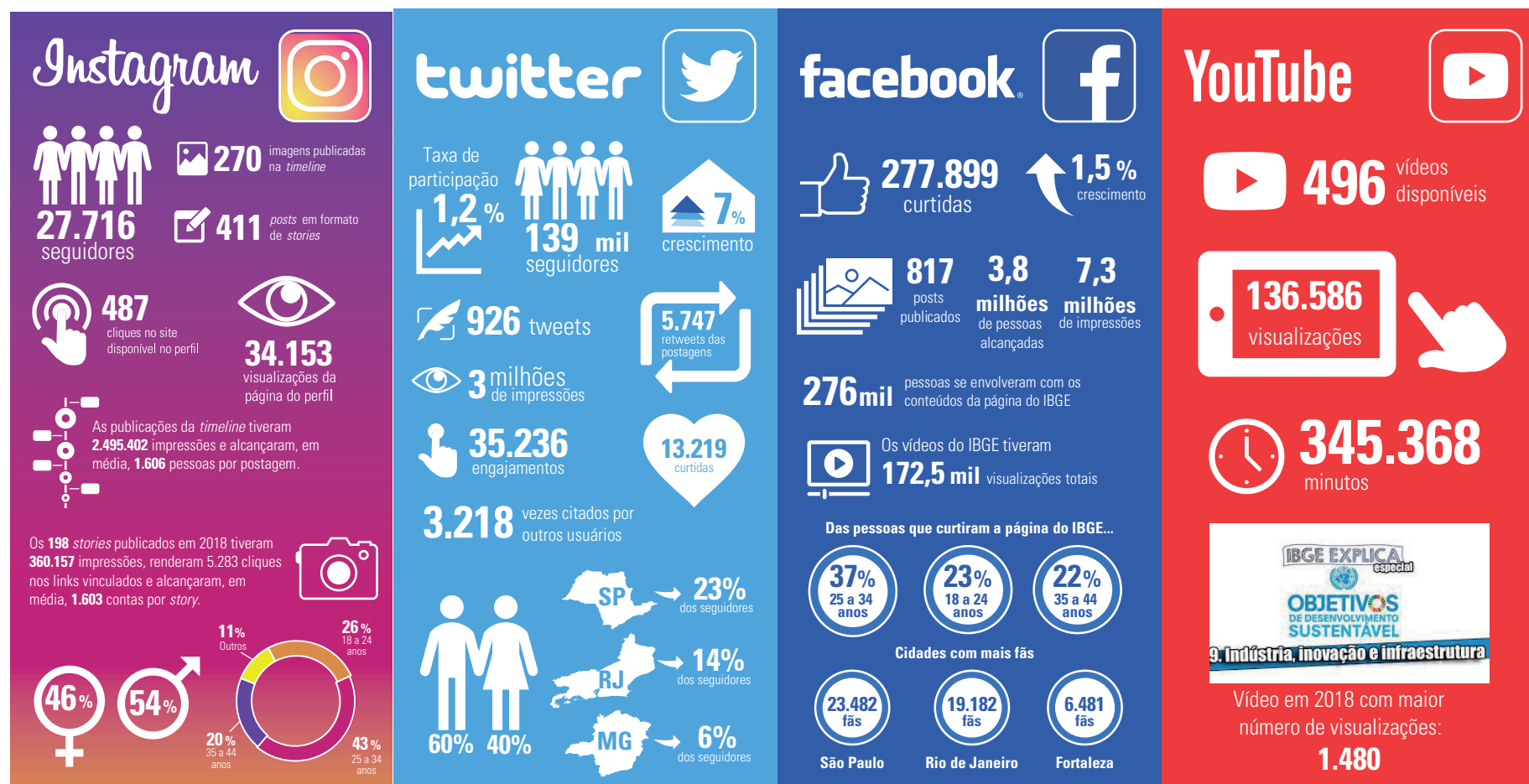
Publicação semestral, dedicada a apresentar a participação do IBGE no contexto mundial.



Mídias sociais

Com linguagem natural, adequada ao ambiente de rede, o IBGE está presente nas principais mídias sociais, que atualmente se configuram como um canal direto e interativo, capaz de estreitar o relacionamento e a comunicação com o cidadão.

A dedicação às nossas mídias sociais tem mobilizado cada vez mais seguidores, conforme apresentado a seguir:



Como atendemos



Os serviços de atendimento do IBGE são prestados a todo e qualquer cidadão não sendo necessária a apresentação de nenhum documento nem requerida nenhuma informação obrigatória.

Nos atendimentos presenciais, os usuários são recepcionados por profissionais especialmente dedicados a prestar informações do IBGE, e acolhidos imediatamente seguindo as prioridades de atendimento aos idosos e gestantes. As unidades contam com limpeza, conforto e acessibilidade, voltados a possibilitar aos usuários condições adequadas de atendimento.

Cada solicitação é analisada pelas Equipes de Atendimento que, de acordo com o seu grau de complexidade, pode ser respondida imediatamente ou por meio da mediação das equipes responsáveis pelos estudos e pesquisas do IBGE. A qualquer momento, a consulta sobre o andamento das demandas pode ser feita por meio de chamadas telefônicas ou de e-mail. Havendo problema com qualquer desses meios, o usuário pode dirigir-se às demais formas de atendimento oferecidas pelo Instituto.

As respostas às solicitações são encaminhadas preferencialmente por e-mail, mas podem seguir pelos os mesmos canais utilizados pelo cidadão no momento da sua manifestação, a saber: telefone ou atendimento presencial.

Sugestões e reclamações, dirigidas por telefone, correspondência ou pessoalmente, são registradas e encaminhadas à Coordenação Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) para posterior resposta ao cidadão.

O prazo máximo de atendimento às manifestações feitas ao IBGE é de 20 dias. Em caso de questões complexas, que demandem pesquisa aprofundada do tema, tal prazo pode ser estendido.

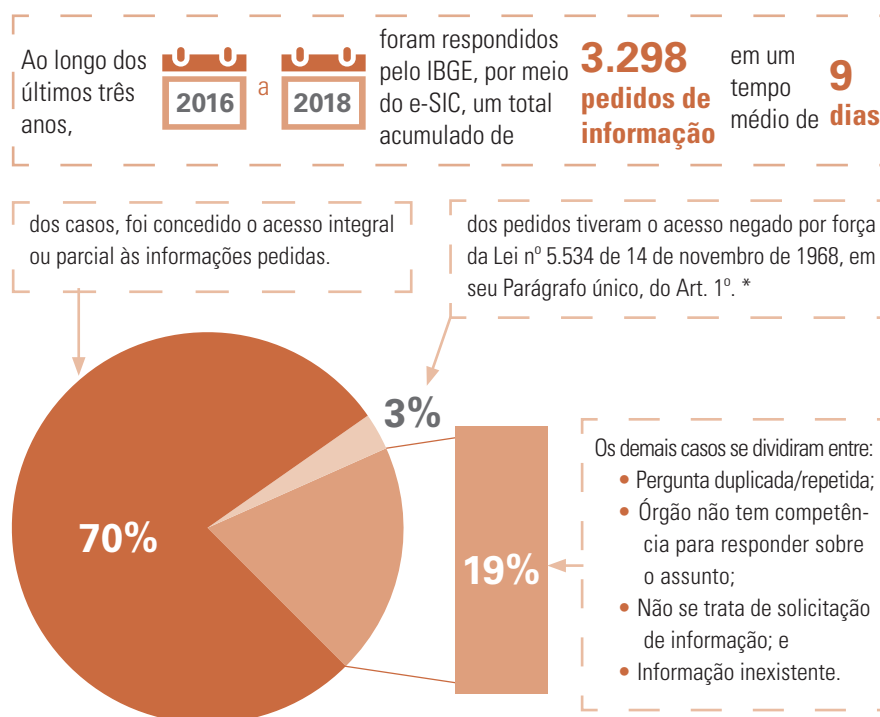


Acesso à Informação

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

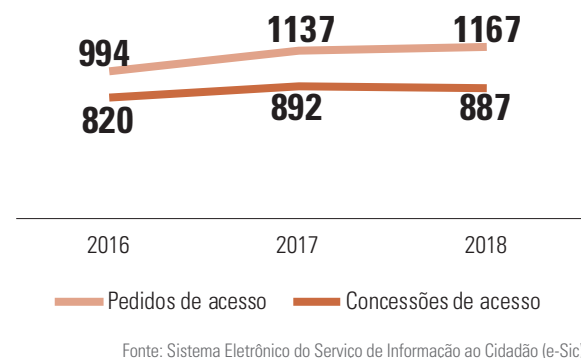
Visando garantir a efetividade do acesso à informação pública, o IBGE responde a pedidos de informação por correspondência, recebidos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Conforme o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 (que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), uma vez recebido o pedido, e estando a informação disponível, o acesso deverá ser imediato. Não sendo possível o acesso imediato, uma resposta deverá ser enviada, no prazo de até 20 dias.

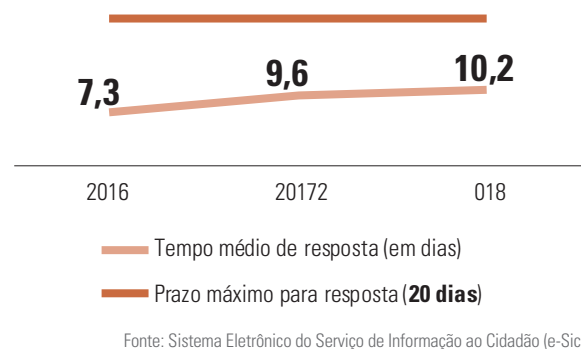


* Lei nº 5.534 de 14 de novembro de 1968 - As informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos, e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial, excetuado apenas, no que resultar de infração a dispositivos desta lei.

Número de pedidos e concessões (integrais e parciais) de acesso à Informação



Tempo médio de resposta aos pedidos de informação recebidos por meio do e-SIC



O serviço de informação ao cidadão, prestado pelo IBGE por meio do e-SIC, vem crescendo ao longo dos últimos 3 anos, merecendo destaque o tempo médio de resposta, inferior ao definido em lei, e o baixo índice de acessos não concedidos às informações solicitadas.

SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

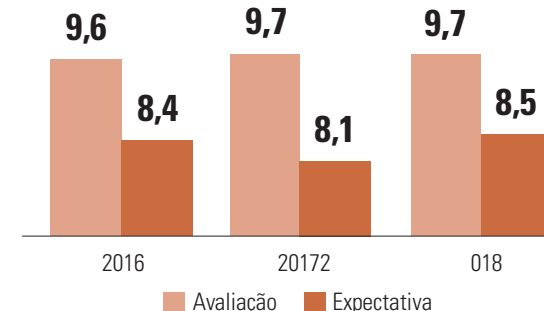
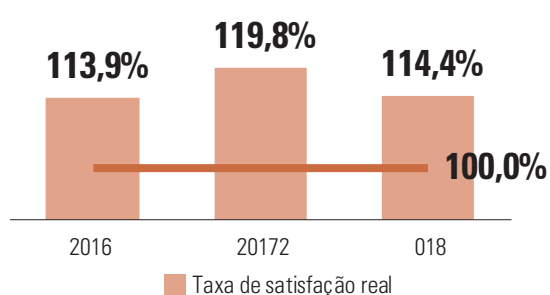
Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma **Pesquisa de Satisfação dos Usuários** nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizadas nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os dados dessa pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição, por meio do indicador **Taxa Geral de Satisfação dos Usuários**.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.



Realizada desde 2003, a pesquisa apresenta resultados com taxas que variam entre 113,1% e 119,8%, indicativas de que o IBGE vem oferecendo serviços que superam as expectativas dos usuários.



3

Gestão de riscos e controles internos



A Política de Gestão de Riscos do IBGE, aprovada pelo Conselho Diretor em 20 de agosto de 2018, contém os principais conceitos, princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados ao tema e está disponível no Portal do IBGE (https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/PoliticaRiscosIBGE.pdf), sendo parte dos documentos institucionais.

O processo de gestão de riscos no IBGE apoia-se no modelo das três linhas de defesa. A figura a seguir resume os principais atores envolvidos no processo, nas diferentes instâncias.


3 ^a Linha	Auditoria interna	A Auditoria Interna constitui a terceira linha de defesa, sendo responsável pela avaliação da operacionalização (atuação da 1ª linha de defesa) e da supervisão dos controles internos (atuação da 2ª linha de defesa).
2 ^a Linha	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Diretor • Comitê de Governança, Conformidade e Risco 	O Comitê de Governança, Conformidade e Risco (do qual fazem parte os Diretores Adjuntos e outros servidores) atua junto ao Conselho Diretor, como segunda linha de defesa da Instituição, estando entre suas responsabilidades assegurar que as atividades de gerenciamento de riscos realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de maneira apropriada, bem como supervisionar e monitorar os controles internos da gestão, fortalecendo-os contra ações irregulares, antiéticas, antieconômicas, ineficientes e ineficazes, em prol do alcance dos objetivos.
1 ^a Linha	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadores • Chefes de UE • Gestores • Servidores • Gestores de Risco 	Os Controles internos da gestão constituem a primeira linha e são definidos e executados por todos os níveis de gestão dentro da Instituição, ou seja, são operados pelos gestores responsáveis pela condução de atividades e tarefas, no âmbito dos processos finalísticos e de apoio, levando-se em conta os riscos que se pretende tratar, tendo em vista os objetivos a alcançar.

A Política do IBGE aplica-se a todos os níveis hierárquicos, funções, atividades e unidades organizacionais que tenham objetivos institucionais a cumprir com riscos identificados. Envolve, portanto, os programas, projetos e processos, nos níveis estratégico, tático e operacional.


A Política de Gestão de Riscos do IBGE será sustentada e materializada pelo Plano de Gestão de Riscos, documento que está em elaboração e revisão pelo Comitê de Governança, Conformidade e Riscos e tem previsão de publicação para o primeiro semestre de 2019. Esse documento conterá a descrição e o detalha-

mento da metodologia a ser adotada no IBGE, para a implementação do processo de gestão de riscos, integrando-o à gestão institucional e à tomada de decisão e, gradualmente, faça parte da abordagem cotidiana de operações e processos organizacionais.

A partir da publicação desse material, será iniciado o projeto piloto para avaliação de riscos relacionados aos processos e planos de trabalho (riscos operacionais) e para ampliação da avaliação e tratamento de riscos estratégicos (riscos corporativos ou institucionais). Em 2018, o trabalho de gestão de riscos teve como foco central a reflexão por parte do Comitê e do Conselho Diretor quanto ao risco estratégico de comprometimento da efetividade, credibilidade e funcionamento do IBGE, face a dois fatores principais:



Redução progressiva do número de servidores efetivos (escassez de recursos humanos), ocasionada pela falta de autorização ministerial para a realização de concursos públicos para repor aposentadorias e, ainda, pela evasão de servidores efetivos do quadro permanente para posse em outros cargos públicos, por questões salariais.




Restrições orçamentárias (cortes e contingenciamentos).

Tais fatores representam causas potenciais de riscos que poderão vir a comprometer a conclusão de pesquisas essenciais ou sua periodicidade, em especial, o censo demográfico de 2020, o que impactaria gravemente a imagem e a credibilidade institucional, interrompendo séries históricas e gerando lacunas na entrega de informações atualizadas e relevantes para subsidiar a elaboração e o monitoramento de políticas públicas, entre outras aplicações, considerando as mais diferentes necessidades e demandas de usuários diversos das estatísticas produzidas pelo IBGE.

Além da avaliação desses riscos estratégicos, em 2018, também, pretendeu-se iniciar a reflexão sobre os riscos de quebra de integridade. No

primeiro momento, o processo Seleção e Contratação de Estagiários foi escolhido para ser o piloto. Foram levantados três riscos de integridade potenciais para o processo escolhido:

PROCESSO: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

- 
- Risco 1: Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados;
 - Risco 2: Nepotismo; e
 - Risco 3: Comportar-se de forma incompatível com a função pública.

A partir da análise e avaliação dos riscos, foram definidas as medidas de tratamento, os responsáveis e os prazos. Para 2019, além do acompanhamento das medidas planejadas, serão levantados demais riscos críticos para a integridade e reforçadas suas instâncias dentro da Instituição.

O quadro a seguir resume o resultado da avaliação dos riscos estratégicos, incluindo os mecanismos de controle atuais e as medidas de tratamento planejadas para assegurar o alcance dos objetivos institucionais.

Escassez de Recursos Humanos

Riscos Estratégicos	Principais controles atuais	Principais medidas de tratamento planejadas	Responsável	Prazo
Comprometimento da efetividade, credibilidade e funcionamento do IBGE devido à escassez de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> Solicitação regular da Presidência do IBGE ao Ministério para autorizar realização de concurso público e contratação do adicional de 50%; Estudo de dimensionamento do quantitativo ideal de servidores do quadro permanente; Estudo do número e localização ideais das agências do IBGE, considerando critérios técnicos e geográficos como redes e fluxos; Solicitação ao Ministério de movimentação de pessoal de outros órgãos para o IBGE, com base na portaria 193/2018; Ofício ao Ministério relatando riscos, situação atual e impactos da não realização de pesquisas ou realização fora da periodicidade; Iniciativas de melhoria da qualidade de vida no trabalho: estudos para trabalho remoto, promoção à saúde e campanhas de valorização do servidor; Investimento na formação de gestores por meio de programas de desenvolvimento de lideranças, em todos os níveis; Grupo de trabalho com representantes da Direção, da ASSIBGE (entidade representativa dos trabalhadores) e do Ministério para tratar do novo Plano de Cargos e Carreiras do IBGE; Possibilidade de remanejamento de servidores entre Gerências e Unidades Estaduais para conciliar necessidades institucionais com necessidades pessoais dos servidores; Possibilidade de afastamento temporário e/ou financiamento ao servidor para Programas de Mestrado e Doutorado no país e no exterior. 	Ações de aprovação do Plano de Cargos e Carreiras junto à nova gestão do Governo Federal, inclusão no orçamento 2020.	Presidência do IBGE (PR)	Jun 2019
		Monitoramento junto ao Ministério da proposta de Lei Complementar (anteprojeto de registros administrativos) para acesso pelo IBGE a registros administrativos de origem governamental e de interesse estatístico, em substituição ou complementação à coleta tradicional.	Presidência do IBGE (PR)	Abr 2019
		Ações visando à aprovação das solicitações de autorização para recomposição do quadro permanente de servidores junto ao Governo Federal.	Diretoria Executiva (DE)	Abr 2019
		Conclusão da segunda fase do Projeto Rede: proposta de estrutura das Unidades Estaduais e estudo para a avaliação da necessidade de ampliação da supervisão de área, onde necessário.	Diretoria Executiva (DE)	Dez 2019
		Programa de Mobilidade, a fim de otimizar a alocação dos servidores efetivos entre Unidades Organizacionais do IBGE.	Coordenação de Recursos Humanos (DE/CRH)	Mar 2019
		Banco de Talentos.	Coordenação de Recursos Humanos (DE/CRH)	Jun 2019
		Levantamento de alternativas de contratação temporária de supervisão de campo e supervisão estadual.	Diretoria de Pesquisas (DPE), Diretoria Executiva (DE) e Unidades Estaduais (UEs)	Mar 2019
		Conclusão do estudo de dimensionamento do quantitativo ideal da força de trabalho do quadro permanente na Diretoria de Pesquisas.	Diretoria de Pesquisas (DPE) e Diretoria Executiva (DE)	Mar 2019
		Plano de trabalho para o mapeamento dos processos de coleta, a fim de subsidiar e garantir maior eficiência à gestão.	Diretoria de Pesquisas (DPE) e Unidades Estaduais (UEs)	Mar 2019
		Proposta de calendário de treinamentos presenciais de agências nas respectivas Unidades Estaduais.	Diretoria de Pesquisas (DPE) e Unidades Estaduais (UEs)	Mai 2019
		Plano de expansão para o uso de ferramentas de supervisão de coleta para as demais pesquisas essenciais e aperfeiçoamento de sistemas de gerenciamento e controle de coleta existentes.	Diretoria de Informática (DI) e Diretoria de Pesquisa (DPE)	Abr 2019

Cortes e Contingenciamentos Orçamentários

Riscos Estratégicos	Principais controles atuais	Principais medidas de tratamento planejadas	Responsável	Prazo
Comprometimento da efetividade, credibilidade e funcionamento do IBGE devido aos cortes e contingenciamentos orçamentários	<ul style="list-style-type: none"> Ações de contato e acompanhamento rotineiro das medidas relativas ao tema junto ao Ministério do Planejamento (atual Ministério da Economia), por meio de reuniões e apresentações das necessidades de todo o plano de trabalho do IBGE; Busca de fontes de cooperação alternativas de recursos e financiamentos mediante acordos; Subsídio a esfera legislativa (câmara dos Deputados e Senado Federal) com informações sobre o plano de trabalho do IBGE para pleitear emendas parlamentares que complementem o orçamento; Atuação junto à Frente Parlamentar de Geografia, Estatística e Meio Ambiente (GEMA) para sensibilizar o parlamento quanto às necessidades orçamentárias do IBGE; Realização de pesquisas estruturais e conjunturais por amostragem na área econômica (indústria, comércio, serviços e construção), que têm menores custos, sendo usadas em substituição ao Censo Econômico citado na Lei 8.184/91; Adoção de alternativas metodológicas (pesquisas por amostragem, por exemplo) para mitigar a defasagem temporal de realização das pesquisas e revisão do planejamento operacional e orçamentário; Realização de estudos para desenvolver um sistema de pesquisas por amostra, visando obter informações para os períodos intercensitários; Uso de fontes alternativas de dados (tais como registros administrativos) para a produção estatística. 	Projeto - Novo Marco Legal: proposição e debate na Instituição, visando a posterior aprovação da legislação pertinente à missão institucional.	Presidência do IBGE (PR)	Dez 2019
		Projeto - Estudo de viabilidade do uso de recursos externos ao Tesouro.	Diretoria Executiva (DE)	Dez 2019
		Projetos voltados à racionalização de gastos e melhoria da gestão institucional.	Presidência do IBGE (PR), Diretorias e UEs	Dez 2019
		Reforçar as ações para subsidiar a esfera legislativa (câmara dos Deputados e Senado Federal) com informações sobre o plano de trabalho do IBGE para pleitear emendas parlamentares que complementem o orçamento.	Presidência do IBGE (PR)	Set 2019
		Reforçar a atuação junto à Frente Parlamentar de Geografia, Estatística e Meio Ambiente (GEMA), para sensibilizar o parlamento quanto às necessidades orçamentárias do IBGE.	Presidência do IBGE (PR)	Set 2019
		Reforçar as ações de comunicação junto à Imprensa e sociedade civil a respeito dos impactos sobre o plano de trabalho do IBGE.	Presidência do IBGE (PR)	Set 2019

4

Resultados de gestão



A existência de informações estatísticas e geocientíficas oficiais confiáveis, públicas e atualizadas é essencial à consolidação de uma sociedade democrática, além de ser indispensável ao aumento da eficiência na concepção e execução das políticas públicas, assim como na transparência das ações de governo. Tais informações devem ser assumidas como bens públicos, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir o seu provimento.

O IBGE produz e fornece, para diversos segmentos da sociedade e órgãos governamentais de todas as esferas, informações estatísticas e geocientíficas determinantes para a tomada de decisão bem fundamentada. O Instituto realiza, ainda, ações voltadas ao ensino, pesquisa e difusão do conhecimento produzido por ele, com o objetivo de ampliar a compreensão dos cidadãos sobre a realidade brasileira e sua capacidade de apropriar-se dessas informações.

A geração e difusão de conhecimento estatístico e geocientífico, bem como as informações produzidas e disseminadas pelo Instituto, são valores reconhecidamente entregues à sociedade, capazes de proporcionar contribuições estruturantes para o desenvolvimento do país, transcendendo os limites das gestões governamentais.

Assegurar que as informações sejam produzidas e disseminadas com qualidade, regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido é um dever institucional e um compromisso para manter a credibilidade, o reconhecimento e a confiança da sociedade no trabalho do IBGE para bem retratar a realidade de nosso País.



Montagem com fotos vencedoras
do Prêmio Fotográfico Censo Agro 2017

PRODUÇÃO ESTATÍSTICA E GEOCIENTÍFICA

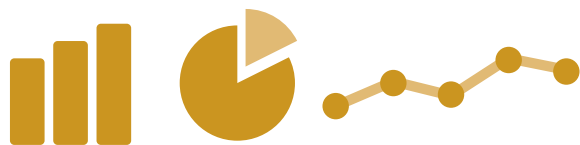
VALOR 1: RETRATAR A REALIDADE FÍSICA, AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL DO BRASIL



A Produção Estatística e Geocientífica é uma linha de negócio basilar de competência do IBGE, organizada com enfoques específicos para a produção de informação a respeito da Estatística e das Geociências. O objetivo primordial dos processos contidos nessa linha de negócio é a produção e disseminação de informações e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do país, contribuindo para a elaboração de diagnósticos mais precisos e para o monitoramento periódico mais eficiente das políticas públicas e programas de governo. Em síntese, a produção estatística e geocientífica tem como principal geração de valor para a sociedade a elaboração de um retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do país.



ESTATÍSTICAS SOCIAIS



Para as estatísticas da área social podemos destacar os seguintes temas abordados em nossas pesquisas:

POPULAÇÃO

Este tema compreende informações sobre:

Características gerais da população

O tamanho e estrutura (por idade e sexo), cor ou raça, distribuição da população, densidade e urbanização.

Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais

Os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como os nascimentos e óbitos.

Família

As estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

O IBGE, empenhando-se em aprimorar as informações disponibilizadas à sociedade e ao governo, sempre se pautando nos valores de ética e profissionalismo, de respeito à confidencialidade, de imparcialidade e independência, de qualidade e transparência, de foco nos usuários, de respeito ao informante e de valorização dos talentos, alcançou, no ano 2018, importantes resultados que contribuíram para o cumprimento da missão institucional.

No âmbito das informações estatísticas foram divulgados 195 resultados, cobrindo as áreas sociodemográfica e econômica, conforme descritos a seguir.

Nupcialidade

Os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, casamentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam sobre a nupcialidade da população brasileira.

Grupos populacionais específicos

As estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens, idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende também pessoas com deficiência.

Podemos destacar como principal fonte dessas informações a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, que visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Alguns temas e tópicos suplementares da PNAD foram pesquisados em trimestres específicos do ano:

- Educação (2º trimestre); e
- Acesso à televisão e à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal (4º trimestre).

Outros temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita foram:

- Habitação (1ª visita);
- Características gerais dos moradores (1ª visita);
- Informações adicionais da força de trabalho (1ª visita);
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário) (5ª visita);
- Trabalho de crianças e adolescentes (5ª visita); e
- Rendimentos de outras fontes (1ª e 5ª visitas).

Outras importantes pesquisas na área social foram divulgadas em 2018, dentre elas:

- **Estatísticas do Registro Civil – 2017**
- **Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil – 2017**
- **Projeção da População do Brasil – Revisão 2018**
- **Estimativas de População 2018**

TRABALHO

Este tema compreende informações sobre:

Trabalho remunerado

A força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo informações sobre população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); trabalho decente; e grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

Outras formas de trabalho

Compreende as informações sobre as outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios).

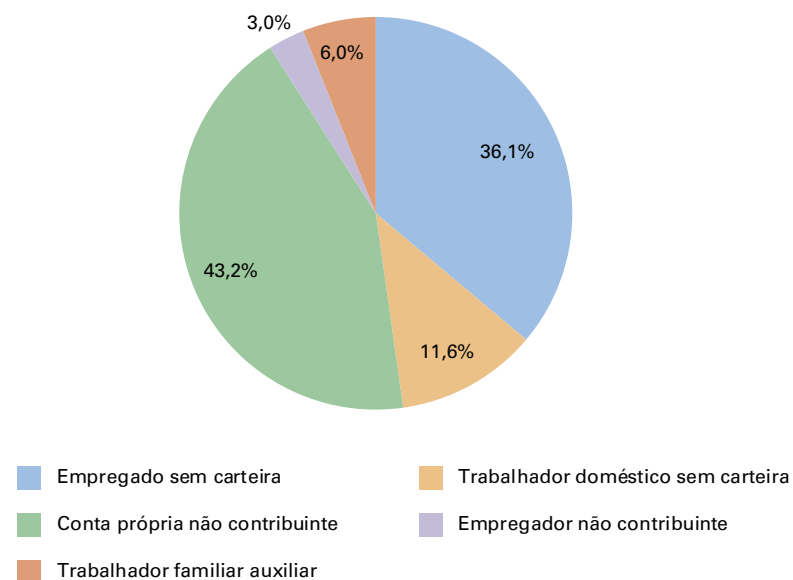
Destacamos como fontes dessas informações:

- A PNAD Contínua, que divulga informações conjunturais (mensais e trimestrais) e estruturais (anuais e variáveis). As informações conjunturais de periodicidade mensal abarcam um conjunto restrito de indicadores

relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil (trimestres móveis), enquanto as de periodicidade trimestral contemplam indicadores relacionados à força de trabalho (trimestres convencionais) para todos os níveis de divulgação da pesquisa. As informações estruturais de periodicidade anual correspondem aos demais temas permanentes suplementares da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho.

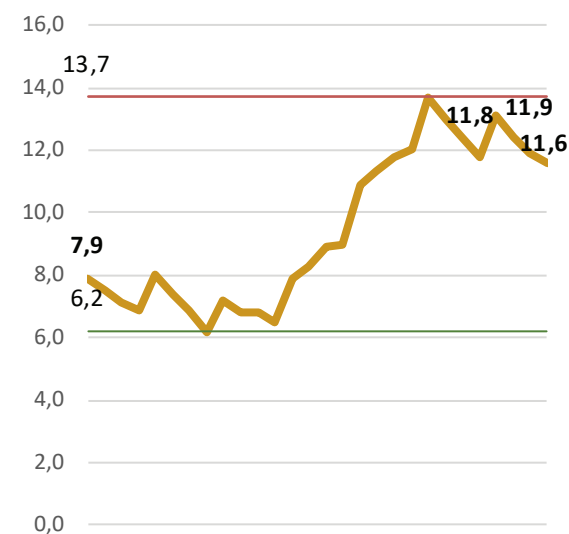
- Um suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C 2012-2017) Características adicionais do mercado de trabalho.

Gráfico 23 - Participação relativa das categorias do trabalho informal - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Taxa de desocupação

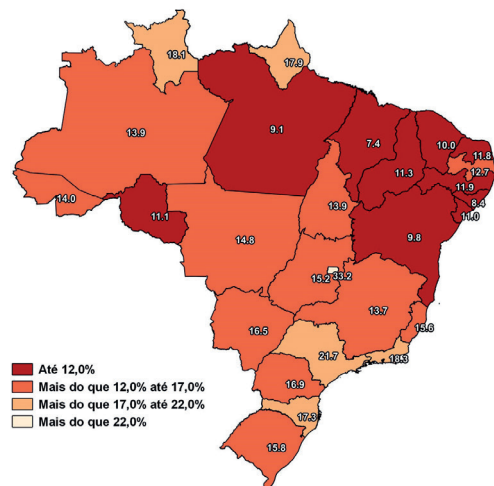


EDUCAÇÃO

Compreende as informações sobre educação, abrangendo condição de alfabetização, frequência a creche ou escola, rede e área de ensino, grau de instrução, e gestão da educação, entre outros aspectos.

Destacamos nesse tema a **Síntese de Indicadores Sociais (SIS)**, que reúne múltiplas informações sobre as condições de vida da população brasileira, acompanhadas de comentários que destacam, em cada uma das dimensões temáticas de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais, com base em indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais. Trata da temática da educação, considerando dois níveis distintos: educação infantil e ensino superior.

Cartograma 2 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, por Unidade da Federação - Brasil - 2017



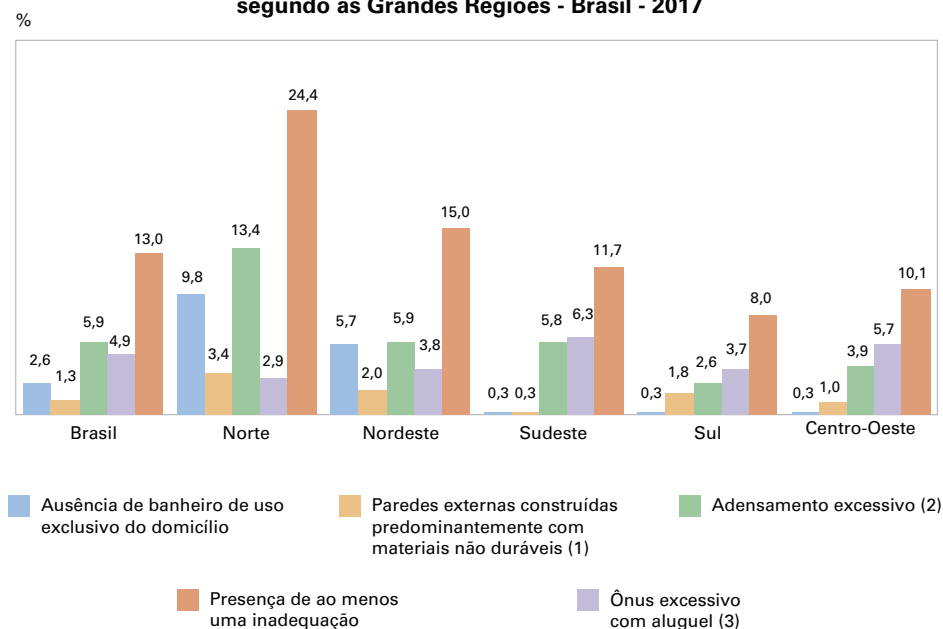
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

HABITAÇÃO

Compreende as informações sobre habitação, abrangendo tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos.

Destacamos a **SIS** como importante fonte dessas informações, já que faz uma análise das desigualdades, a partir de indicadores de distribuição do rendimento, acesso a bens e serviços (condições de moradia), pobreza monetária e restrições de acesso em múltiplas dimensões.

Gráfico 10 - Proporção da população residindo em domicílios com inadequações domiciliares, por tipo de inadequação, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

(1) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada e de outros materiais. (2) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório. (3) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel é igual ou superior a 30% da renda domiciliar declarada (excetuando pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico), exclusive domicílios sem declaração do valor do aluguel.

RENDIMENTO, DESPESA E CONSUMO

Compreende as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; e orçamentos familiares, entre outros aspectos.

A Pnad-Contínua, é a principal pesquisa que acompanha este tema.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

Este tema compreende informações a respeito dos seguintes assuntos:

Estrutura e gestão da administração pública

A gestão da administração pública, a estrutura e a relação dos entes federados.

Participação política e conexões sociais

Os instrumentos utilizados pelas pessoas para expressar seus interesses sociais, econômicos e políticos, abrangendo filiação a sindicatos, associação a órgãos de classe e comunitários, e participação através do sistema de representação política, entre outros aspectos.

Para avaliar a administração pública temos a **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC)** e a **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**, que perfazem um retrato abrangente das duas esferas administrativas.

A **ESTADIC**, efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado sobre a estrutura,

a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais, tendo como unidade de investigação o governo do estado, por meio dos diversos setores que o compõem.

A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública estadual, incluindo a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração; organização do governo estadual; composição do quadro de pessoal por vínculo empregatício, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

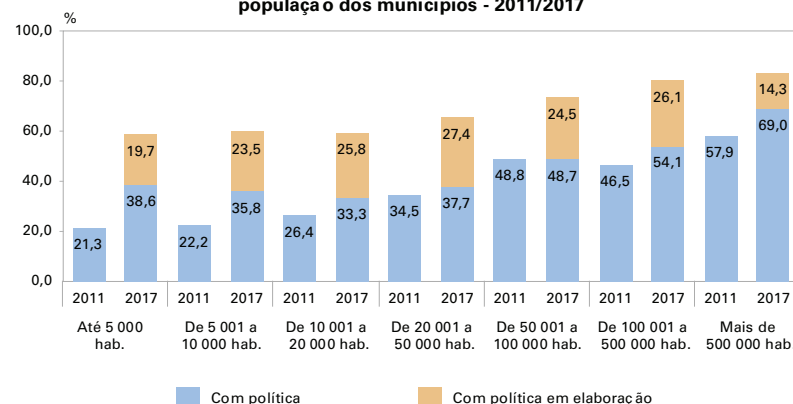
A **MUNIC** efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, tendo como

unidade de investigação o município e, como informante principal, a prefeitura, por meio dos diversos setores que a compõem.

A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública municipal, incluindo a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração, especialmente aqueles discriminados no Estatuto da Cidade e que, junto com o Plano Diretor, têm por meta regular o uso e a ocupação do solo urbano; organização das prefeituras; composição do quadro de pessoal por vínculo empregatício das prefeituras, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

Para a última edição o destaque foi saneamento básico com o subtítulo de **Aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico**.

Gráfico 1 - Proporção de municípios por situação da Política Municipal de Saneamento Básico, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 2011/2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011/2017.

ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

AGRICULTURA, PECUÁRIA E OUTROS

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, que são específicas das atividades da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que pertencem à seção A da CNAE 2.0.

Para essa importante área da economia brasileira o IBGE traça um grande painel do agronegócio com as seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**, a **Pesquisa Trimestral do Couro**, a **Pesquisa Trimestral do Leite** e a **Produção de Ovos de Galinha (POG)**, que levantam dados trimestralmente, entre outros temas, da quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada; da quantidade de couro

cru de bovino adquirida e curtida; da quantidade de leite fluido cru e da variação da produção física de ovos de galinha, respectivamente, em âmbito nacional.

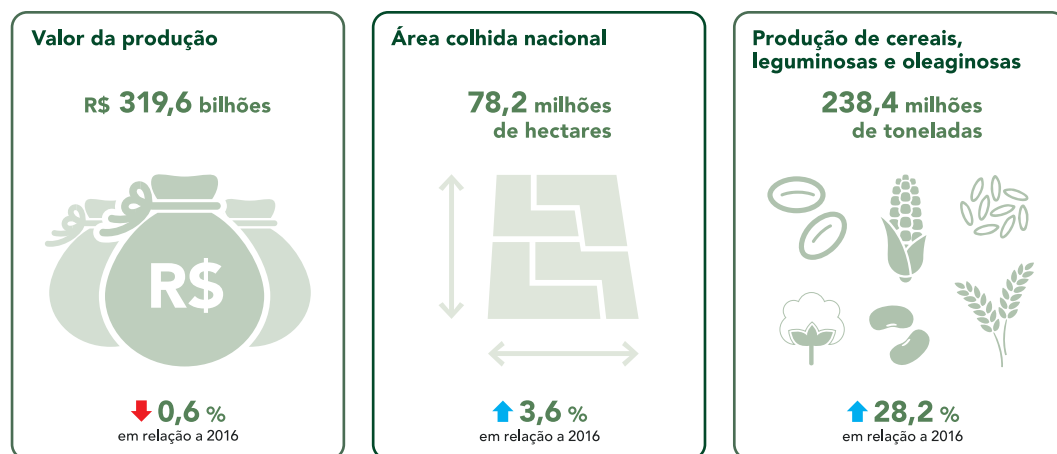
O **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**, que fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecionados com base em critérios de importância econômica e social para o País. Ele permite não só o acompanhamento de cada cultura investigada, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como também o prognóstico da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro.

A **Produção Agrícola Municipal (PAM)**, investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se caracterizam não só pela grande importância eco-

nômica que possuem na pauta de exportações, como também por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o município. A PAM é integrada ao LSPA, isto é: todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM, em 31/12, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento.

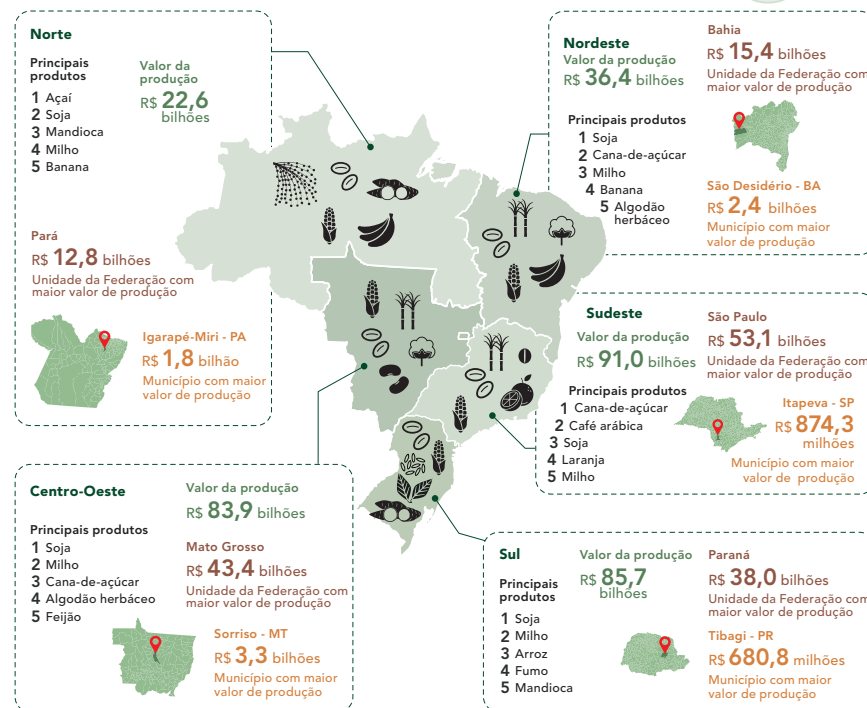
A **Pesquisa de Estoques**, que investiga informações sobre o volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e sobre as unidades onde é feita a sua guarda, tendo como unidade de coleta o estabelecimento que tem instalações ou unidades armazenadoras apropriadas e dedicadas à prestação de serviços de armazenagem ou à guarda de produtos agrícolas vinculados à sua atividade principal.

A **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**, que fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no município na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal, e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura, carcinocultura e malacocultura.



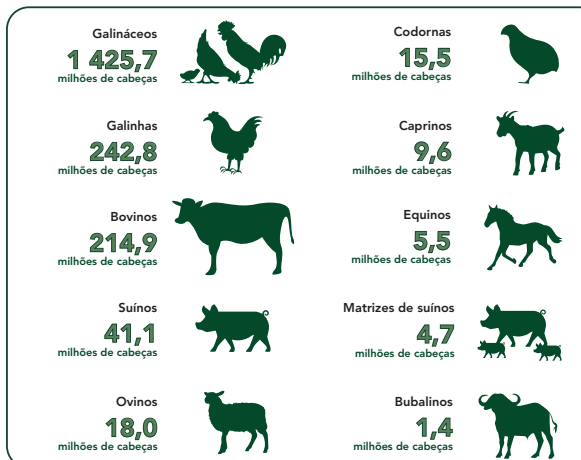
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2017.

Valor da produção agrícola, cinco principais produtos das Grandes Regiões e Unidades da Federação e municípios com maiores valores de produção



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2017.

Efetivos da pecuária

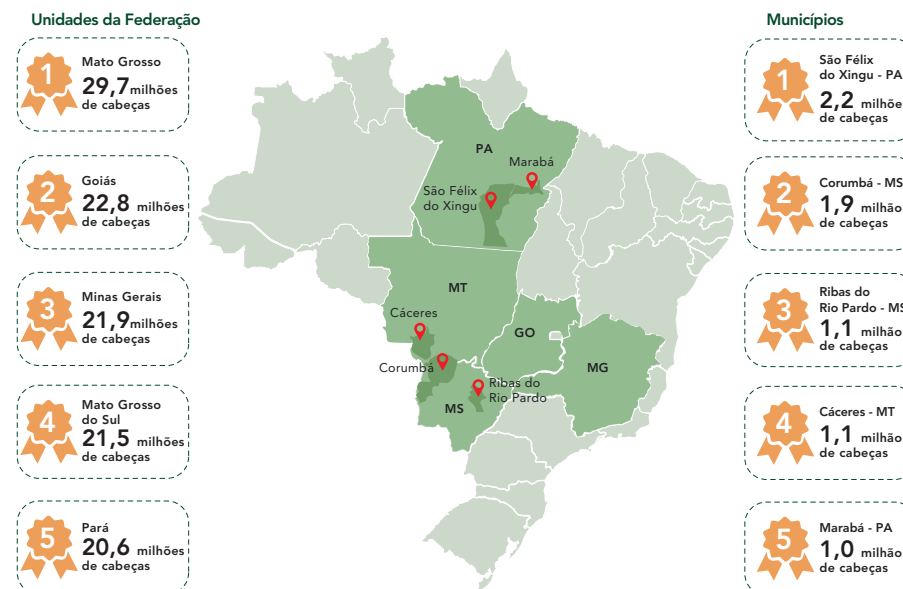


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2017.

Produtos da pecuária

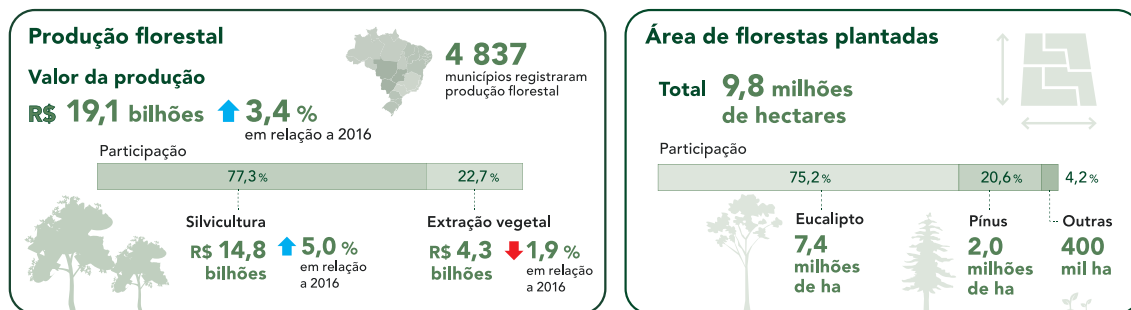


Efetivo de bovinos e cinco principais Unidades da Federação e municípios produtores



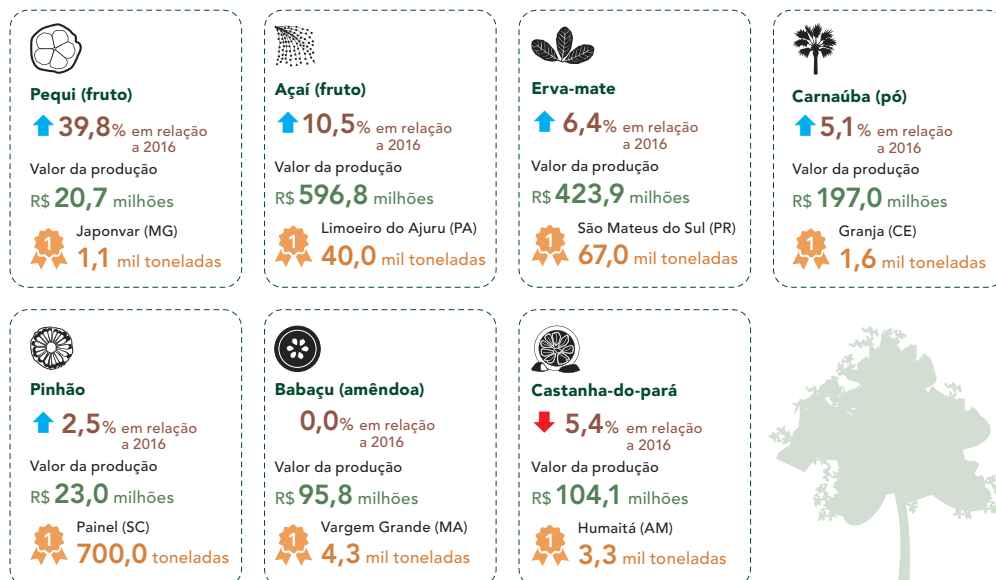
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2017.

A **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**, que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da pesquisa.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2016-2017.

Variação anual do valor de produção dos principais produtos não madeireiros do extrativismo



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2017.

INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO

Este tema investiga as atividades das **indústrias extrativas, indústrias de transformação e de construção**, as pesquisas levantam informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, emprego, entre outros aspectos das atividades específicas.

As principais pesquisas para essa área são:

A **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF)**, que produz indicadores de curto prazo desde a década de 1970, relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação.

A **Pesquisa Industrial Anual - Produto (PIA-Produto)**, que investiga informações referentes a produtos e serviços produzidos pela indústria nacional, tendo por base uma nomenclatura pre-estabelecida, a Lista de Produtos da Indústria, Prodlist-Indústria, elaborada pelo IBGE a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Seus resultados constituem referência para o estudo pormenorizado da composição da produção industrial e para a análise articulada dos fluxos de produção interna e do comércio externo de produtos industriais.

A **Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa)**, que tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem este segmento e subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, formação de capital e pessoal ocupado.

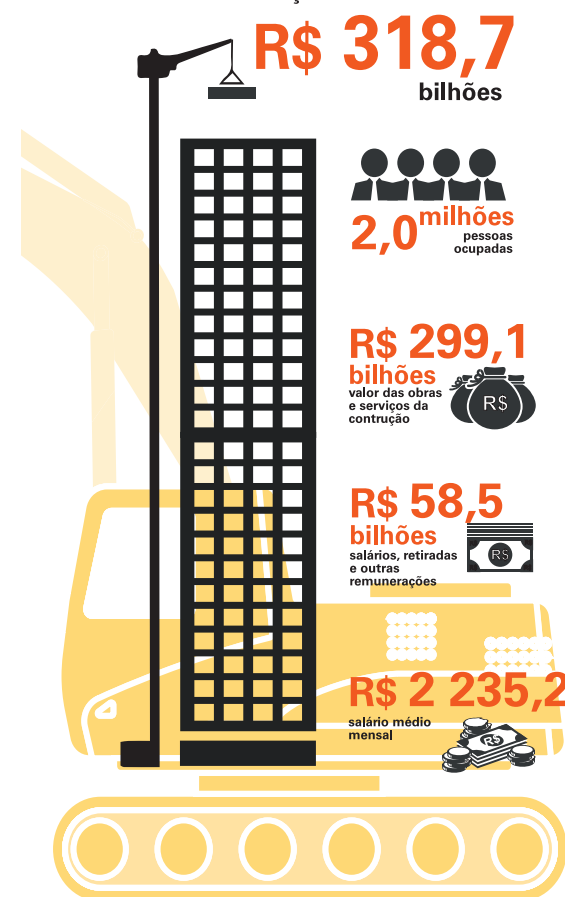
Resultados das empresas industriais



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2016.

A **Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)**, que identifica anualmente as características estruturais da atividade de construção e de suas transformações no tempo. As informações levantadas priorizam as estimativas do valor adicionado, da mão de obra ocupada e sua remuneração e dos investimentos em capital fixo, entre outras.

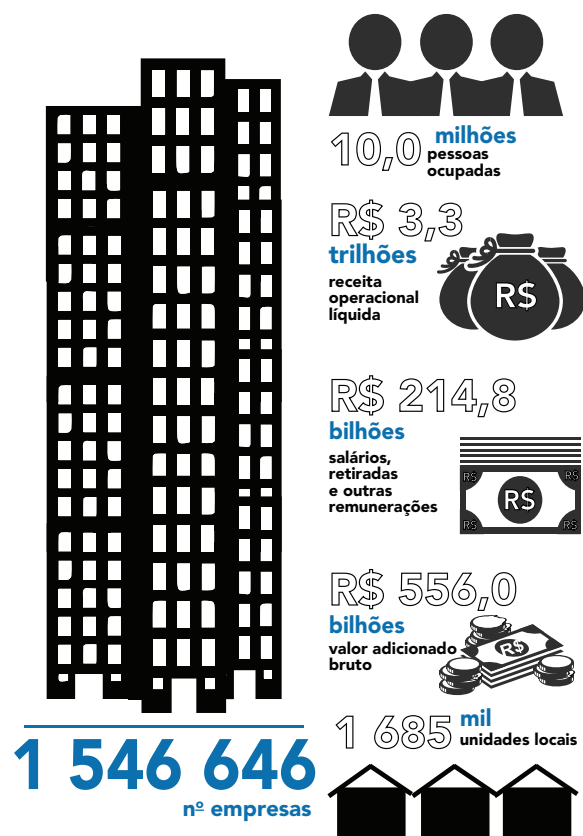
Atividade de construção



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2016.

COMÉRCIO

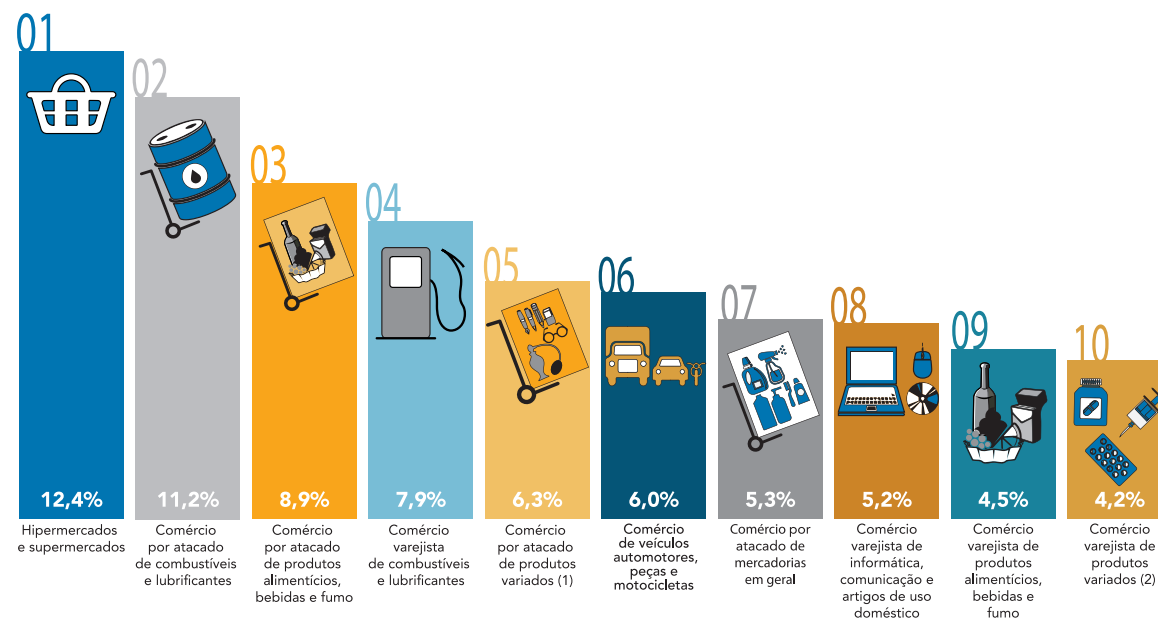
Tema que compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, emprego, entre outros aspectos, que são específicas das atividades do Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, que pertencem à seção G da CNAE 2.0.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio - 2016.

A **Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista. A pesquisa foi iniciada em janeiro de 1995, apenas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, produzindo indicadores de faturamento real e nominal, pessoal ocupado e salários e outras remunerações.

As dez maiores atividades comerciais em 2016



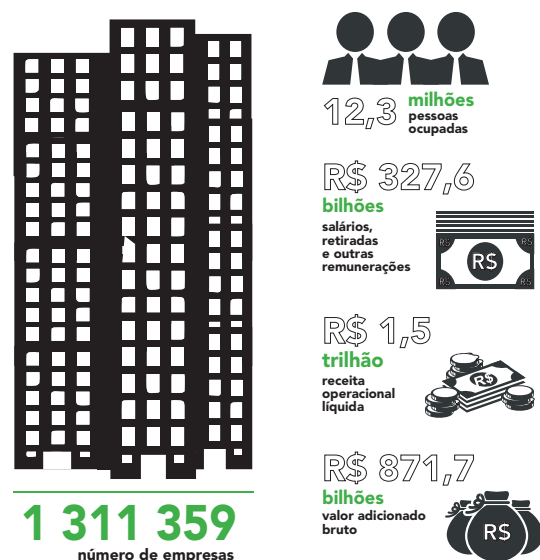
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2007/2016.

(1) Comércio por atacado de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, ópticos, ortopédicos, material escritório, papelaria e artigos de uso doméstico. (2) Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos.

A **Pesquisa Anual de Comércio (PAC)**, que constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto (PIB).

SERVIÇOS

Tema que compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, emprego, entre outros aspectos que são específicas das atividades dos Serviços, que pertencem às seguintes seções da CNAE 2.0: H - Transporte, armazenagem e correio; I - Alojamento e alimentação; J - Informação e comunicação; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades profissionais, científicas e técnicas; N - Atividades administrativas e serviços complementares; parte da seção R - Artes, cultura, esporte e recreação; e S - Outras atividades de serviços.

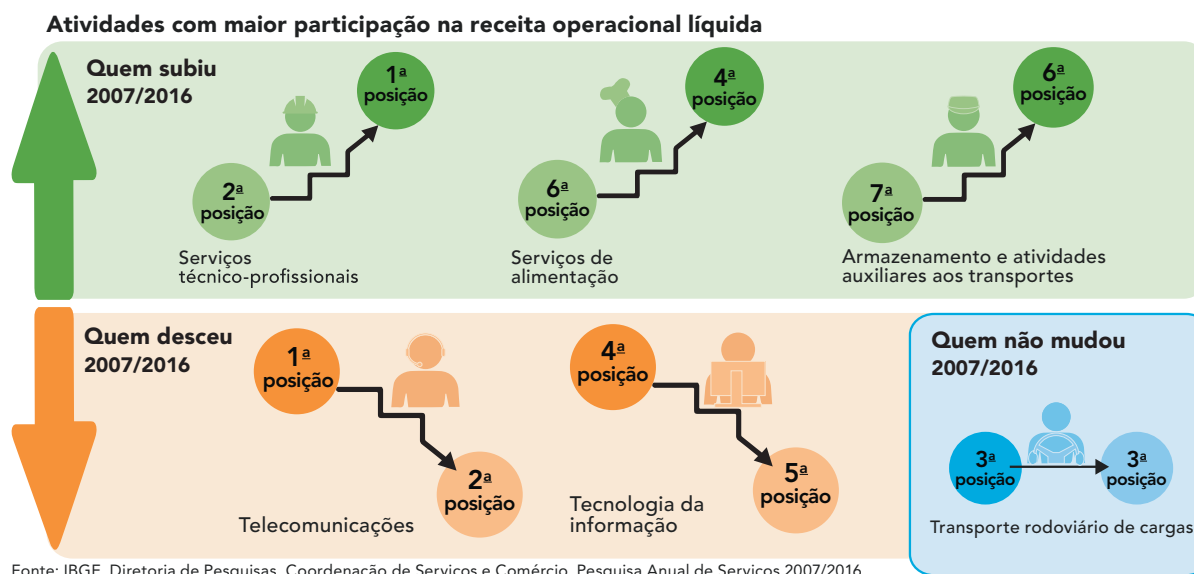


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2016.

O destaque para esse tema são:

A **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

A **Pesquisa Anual de Serviços (PAS)**, que levanta dados econômicos financeiros para conhecer detalhadamente o setor de serviços. Ela investiga anualmente empresas que atuam nos seguintes setores de serviços empresariais não financeiros: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; atividades imobiliárias; e serviços de manutenção e reparação, além de outras atividades de serviços.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2007/2016.

PREÇOS E CUSTOS

Tema que compreende as informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, abrangendo índices de preços ao consumidor, índices de preços ao produtor, e, ainda, comparações internacionais, visando medir as paridades de poder de compra e os níveis correspondentes de preço e volume do Produto Interno Bruto (PIB), entre outros aspectos. Compreende também as informações sobre custos e índices da construção civil.

Essas informações são advindas das seguintes fontes:

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**. O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) produz contínua e sistematicamente o IPCA, que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Essa faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

Esse índice de preços tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e Internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**. O SNIPC produz contínua e sistematicamente o INPC, que tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, por meio da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Essa faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

O **Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação (IPP)**, cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial

para o acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados.

O **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)**, que tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional, bem como de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas e equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O Sistema é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal (CAIXA), realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao Instituto a responsabilidade da coleta, apuração e cálculo, enquanto à CAIXA, a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais na programação de investimentos, sobretudo para o setor público. Os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação de orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos.

CONTAS NACIONAIS

Tema que compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, Renda Nacional Bruta, entre outros aspectos. Tem como referência metodológica as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual System of National Accounts (SNA). Compreende também Contas Regionais e PIB dos municípios.

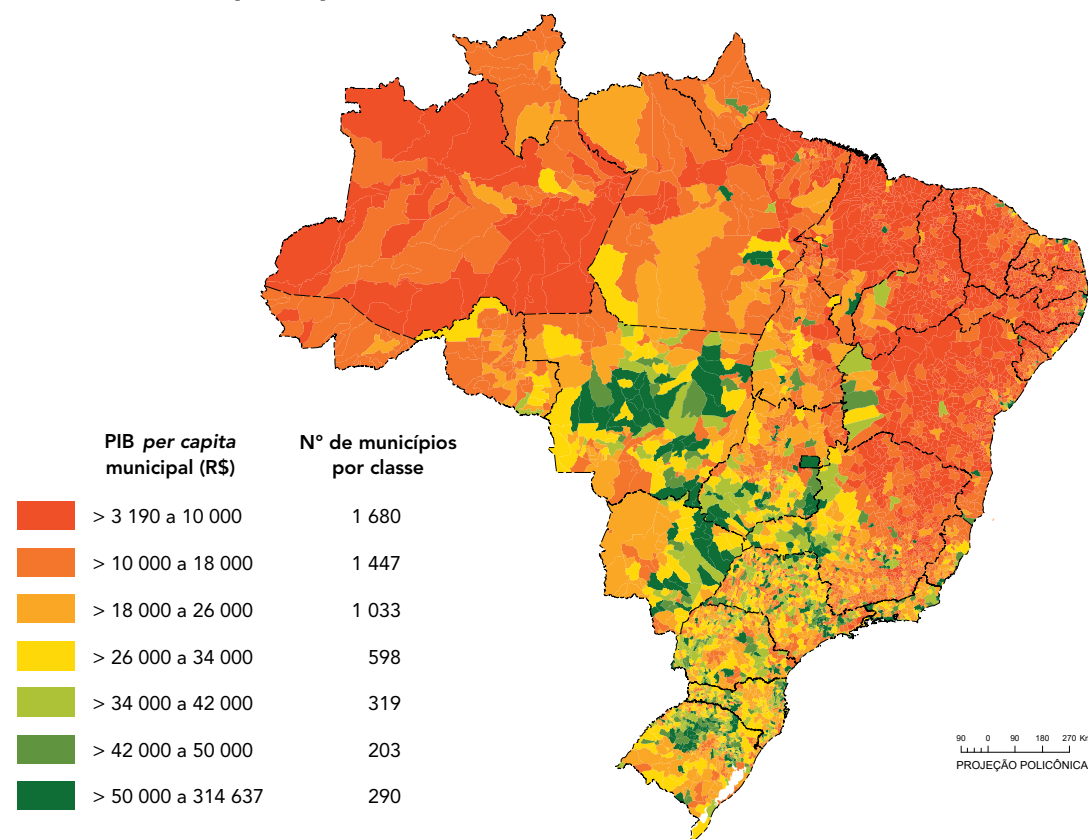
As principais fontes de informação são:

O **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT)**, que apresenta os valores correntes e os índices de volume (1995=100) trimestralmente para o PIB a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

O **Produto Interno Bruto dos Municípios**, que é uma operação estatística na qual o IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), divulga as estimativas do PIB dos Municípios - referência 2010.

Produto Interno Bruto per capita

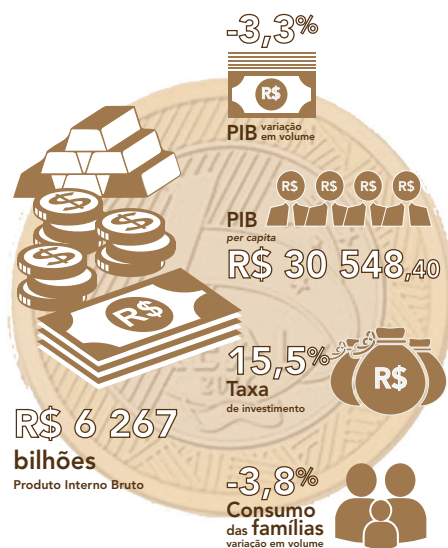
2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

O **Sistema de Contas Nacionais (SCN)**, que apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. Com o lançamento da presente publicação, o IBGE dá prosseguimento à divulgação dos

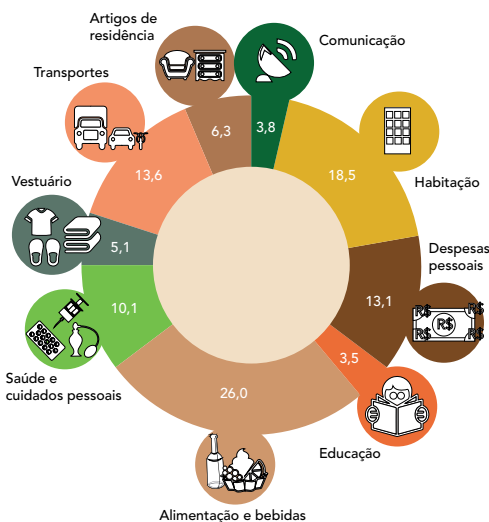
resultados do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010, contemplando, nesta edição, os dados referentes a 2014 e, em caráter excepcional, a revisão de alguns resultados das séries de 2010 a 2013, cujas alterações, motivadas por ajustes metodológicos, entre outros fatores, encontram-se detalhadas em tópico próprio.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Participação dos grupos de produtos no consumo final das famílias (%)

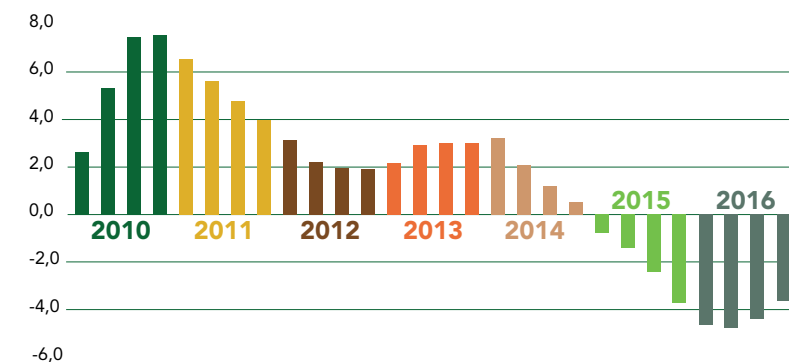
2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Produto Interno Bruto (%)

Taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior)
2010-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

CONDIÇÕES DE VIDA, DESIGUALDADE E POBREZA

Tema que compreende as informações sobre condições de vida da população em seu sentido mais amplo, abrangendo medidas de desigualdade e pobreza; inclusão ou exclusão social; indicadores de situação social, qualidade de vida e de vulnerabilidade ambiental; entre outros aspectos.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Tema que compreende informações sobre os seguintes assuntos:

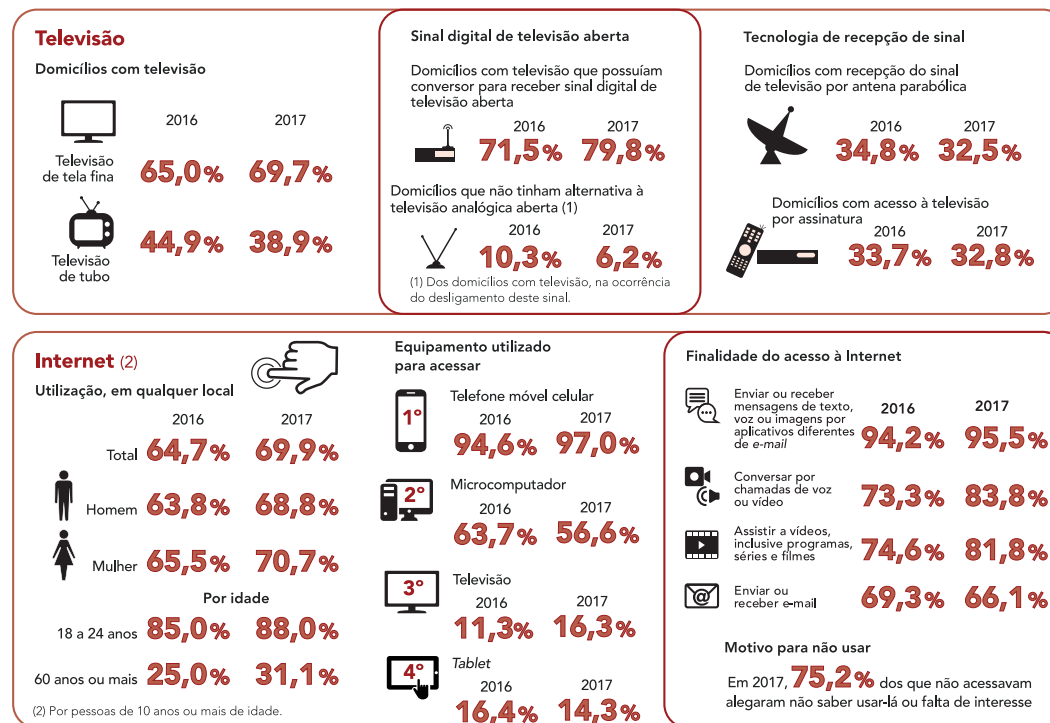
Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I

A nova produção do conhecimento, abrangendo Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); inovação; recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); tecnologias transversais (biotecnologia, nanotecnologia, entre outras); financiamentos em P&D e inovação; indústrias de alta tecnologia; e serviços baseados no conhecimento, entre outros aspectos.

Sociedade da informação

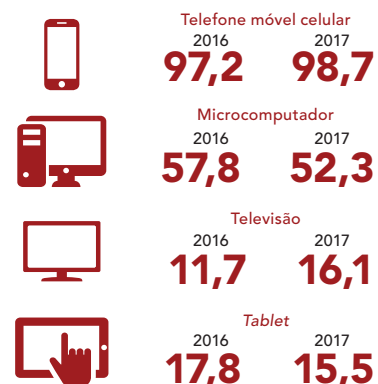
As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo infraestrutura; acesso e utilização (inclusive Internet) por empresas e indivíduos; gastos e investimentos; redes de telecomunicações; comunicações eletrônicas; comércio eletrônico; e-learning; setor TIC; e comércio internacional de produtos, entre outros aspectos.

A **PNAD-C 2016-2017**, destaque como fonte de informação nessa temática, divulgou um suplemento sobre **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**.

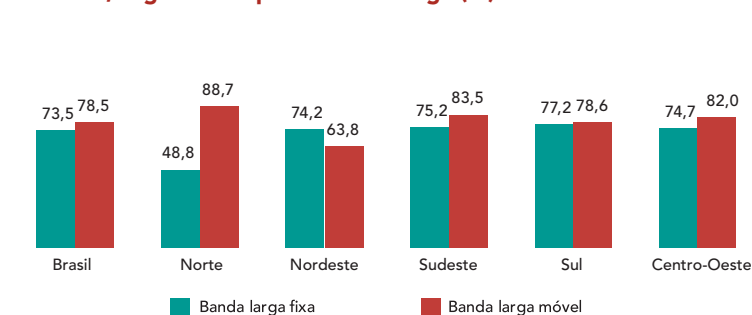


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Equipamento utilizado para acessar a Internet no domicílio (%)



Domicílios em que havia conexão por banda larga na utilização da Internet, segundo o tipo de banda larga (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.



Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos é um objetivo presente na estratégia da Instituição.

Para alcançar tal objetivo, o IBGE vem trabalhando em um conjunto de projetos apresentados a seguir:

O **Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos agropecuários (SNPA)** está concluindo a fase de planejamento, realizando estudos para definição do desenho amostral e foi realizado um encontro gerencial para debater a metodologia de implantação do projeto.

As atividades relativas ao projeto **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Ampliado**, foram

realizadas em grande parte com a entrada em produção de três novas áreas do índice relativas às cidades de Rio Branco (AC), São Luis (MA) e Aracaju (SE) em abril de 2018, a cidade de Cuiabá (MT) está na fase de implementação, devendo ser concluída em 2019.

No tocante ao projeto **Pesquisa de Orçamentos Familiares Contínua (POF C)**, em julho de 2018 foi finalizada a etapa de coleta e agora os dados encontram-se em fase de crítica e análise, cujos resultados serão divulgados em 2019.

Em relação à **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)**, em acordo de cooperação com o Ministério da Saúde (MS), foi iniciado em 2018 o teste de tecnologia da informação e a coleta está programada para 2019. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, também em acordo com o MS, tem previsão para ir a campo em 2021.



O IBGE realizou o Censo Agropecuário 2017 com o objetivo retratar a realidade do Brasil Agrário, considerando-se suas inter-relações com atores, cenários, modos e instrumentos de ação. Assim, em busca de uma aproximação que identificasse e captasse a dinâmica dos meios produtivos e do uso da terra; a variabilidade nas relações de ocupação e

trabalho, o grau de especialização e tecnificação de mão de obra; o crescente interesse quanto aos reflexos sobre o patrimônio ambiental; e todas as alterações ocorridas desde a última pesquisa, o Censo Agropecuário 2006, em 2017, foi aplicado um redimensionamento no modelo de captação do dado, no tocante ao aspecto conceitual, tendo por base as premissas sugeridas no Programa del censo agropecuario mundial 2020, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization – FAO), em 2016. Também foram utilizadas as categorizações da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), elaborada pelo IBGE, em 2007, e conforme à Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas (CIIU).

Desde a última realização da pesquisa, abrangendo o período correspondente ao ano de 2006, ocorreram alterações setoriais significativas, além das mudanças na economia em geral. Devido à necessidade de melhor captar as transformações ocorridas nas atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, e no meio rural, o IBGE

elaborou, para o Censo Agropecuário 2017, um processo de refinamento metodológico, especialmente no que refira à reformulação do conteúdo da pesquisa e à incorporação de conceitos que correspondam a variantes que assumiram notoriedade ou a novidades que se integraram ao universo agrícola nacional. Por inovação tecnológica aplicada ao computador de mão, o dispositivo móvel de coleta (DMC), destacou-se a agregação de imagens com as feições da área de trabalho, de sistema de posicionamento e de registro de percurso do recenseador, além de lista prévia de estabelecimentos agropecuários visitados no Censo anterior, com suas respectivas coordenadas geográficas.



CENSO AGROPECUÁRIO 2017

No ano de 2018, o IBGE divulgou os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017, entregando ao público usuário as primeiras informações do retrato atual da produção agropecuária e do desenvolvimento rural brasileiro.

Seguindo a tradição e experiência dos Censos anteriores, as primeiras informações são divulgadas assim que atingem um número expressivo de entrevistas realizadas, visando ampla consulta pública aos dados. É o mo-

mento em que os grandes números são confrontados com outras bases de informações, registros administrativos e opiniões de especialistas, a fim de validar ou realizar o ajuste fino dos resultados apresentados. Nessa divulgação preliminar de julho/2018, o IBGE já havia coletado informações de **5.072.152** estabelecimentos agropecuários.

Os resultados preliminares foram divulgados no site (https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html). Com as informações obtidas por meio do Censo Agropecuário 2017, serão gerados diversos produtos, entre eles:

Resultados Preliminares	Em versão impressa e digital, com dados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios;
Atlas	Contendo mapas, cartogramas e textos com os resultados obtidos no Censo Agro;
Resultados	Em versão impressa e digital, referidos a novos recortes tipológicos, como agricultura familiar, médios produtores, agricultura de subsistência etc.;
Mapas Municipais	Atualizados com os elementos naturais, artificiais e toponímia identificados durante as etapas de campo da operação censitária
Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)	Contendo endereços e as coordenadas geográficas dos estabelecimentos agropecuários;

Informações Agropecuárias	Conjunto atualizado de informações agropecuárias aptas a modelar e referenciar as pesquisas agropecuárias amostrais do IBGE;
Aplicação Online	Apresentando os resultados preliminares e definitivos das principais variáveis para Municípios, Unidades da Federação e Brasil por meio de cartogramas e gráficos;
Bancos de Dados online	Com destaque para o Banco de Tabelas Estatísticas SIDRA;
Postagens	Veiculadas nas redes sociais com apresentação sintética dos resultados do Censo Agropecuário;
Metodologia	Censo Agropecuário 2017.



RESULTADOS PRELIMINARES

A seguir um resumo dos principais resultados de produção e dos estabelecimentos agropecuários por meio de gráficos e destaques:

Destaques dos resultados de produção e dos estabelecimentos agropecuários

BRASIL: PRODUÇÃO

Decisões corretas sobre o setor rural brasileiro exigem que se conheça detalhadamente a realidade do País.



1,6

milhão

Número de estabelecimentos agropecuários que cultivam o milho em grão.

Foram produzidas 91 milhões de toneladas de milho em grão.

104

milhões de toneladas

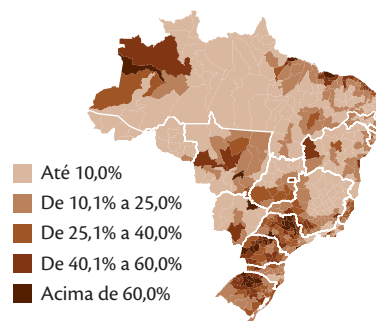
Quantidade de soja em grão produzida em mais de 236 mil estabelecimentos agropecuários.

Agricultura temporária



Área de lavoura

Em relação à área total do estabelecimento, por microrregiões do Brasil.



Pecuária

172

milhões de cabeças



Foi o efetivo de bovinos no Brasil.



30

 bilhões de litros

Produção de leite de vaca

A produção de queijo e requeijão foi de 316 mil toneladas.

Agricultura permanente

7,2

 bilhões

Número de pés de café existentes nos estabelecimentos agropecuários.

A produção de café torrado foi de 47,7 mil toneladas, sendo 35,4 mil em grão e 12,3 mil moído.



Em cerca de 265 mil estabelecimentos, foram produzidas:



2 milhões de toneladas de café arábica



520 mil toneladas de café canephora

1,45

bilhão



de cabeças de aves (galinhas, galos, frangas e frangos).

A produção de ovos atingiu 4,7 bilhões de dúzias.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.



RESULTADOS PRELIMINARES

Destaques dos resultados de produção e dos estabelecimentos agropecuários

BRASIL: ESTABELECIMENTOS E PRODUTORES

350 milhões de ha

Área de todos os estabelecimentos agropecuários.

Houve um aumento de cerca de 5% em relação ao último censo (2006).

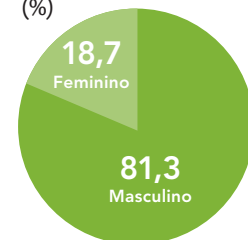


Condição legal das terras

86% ou 301 milhões de ha são de **terras próprias**.

Produtor

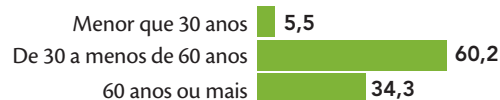
Sexo (%)



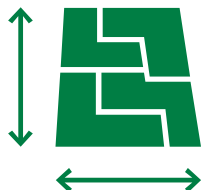
Alfabetização

Sim **77,0 %**
Não **23,0 %**

Idade (%)



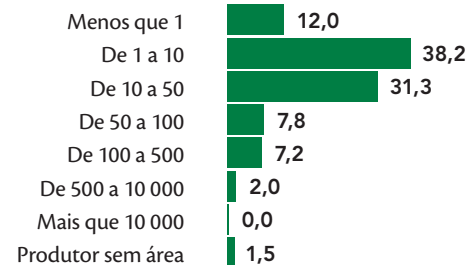
Tamanho do estabelecimento



Cerca de 70% dos estabelecimentos têm área entre 1 e 50 hectares.

Grupos de área (ha)

Estabelecimentos (%)



Utilização das terras

Área (%) **Em relação a 2006**

Lavouras		
Permanentes	2,4	↓
Temporárias	16,5	↑
Pastagens		
Naturais	13,9	↓
Plantadas	33,2	↑
Matas		
Naturais	31,5	↑
Plantadas	2,5	↑



Pessoal ocupado

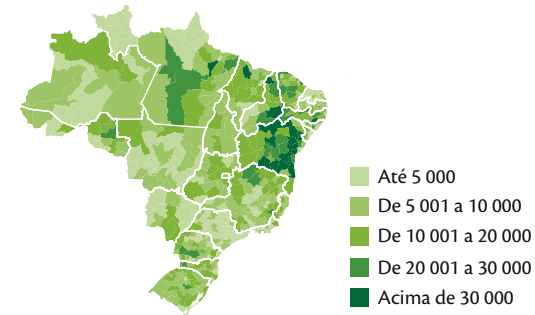
15 milhões

Número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. **Diminuiu 9,2% em relação ao último censo (2006).**



Número de estabelecimentos agropecuários

Por microrregiões do Brasil.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuario 2017.



RESULTADOS PRELIMINARES

Destaques dos resultados de produção e dos estabelecimentos agropecuários

BRASIL: GÊNERO

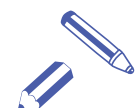
Produtores | Sexo

Decisões corretas sobre o setor rural brasileiro exigem que se conheça detalhadamente a realidade do país.

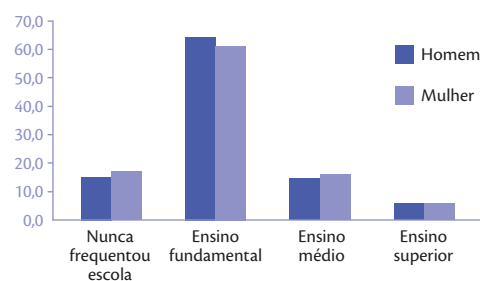


O Censo Agro 2017 nos permite conhecer o produtor rural, fornecendo informações para que possamos caminhar em direção à equalização de oportunidades, independentemente do sexo.

Alfabetização	Homem	Mulher
Sim	77,3%	75,2%
Não	22,7%	24,8%

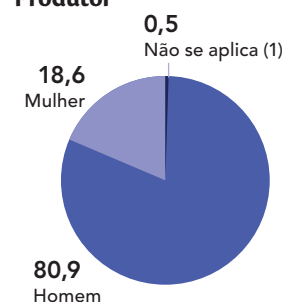


Nível de instrução (%)



Sexo (%)

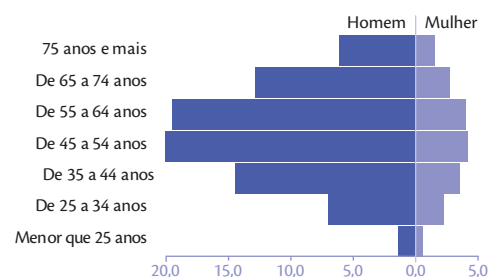
Produtor



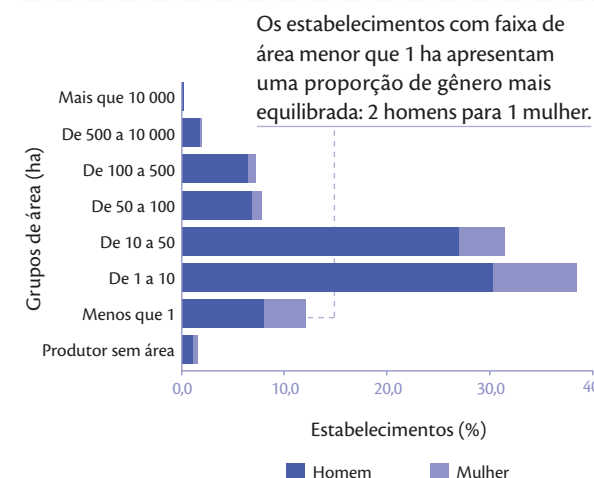
20,3% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por casais, dividindo todas ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento.

(1) A responsabilidade pela direção do estabelecimento é de pessoa jurídica.

Classes de idade do produtor (%)



Tamanho do estabelecimento, por sexo do produtor



Estabelecimentos com produtor do sexo feminino, por Unidade da Federação



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.



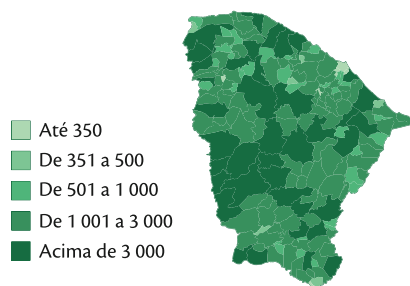
RESULTADOS PRELIMINARES

Destaques dos resultados de produção e dos estabelecimentos agropecuários

BRASIL: ESTADOS - CE



Número de estabelecimentos agropecuários, por municípios



Pessoal ocupado

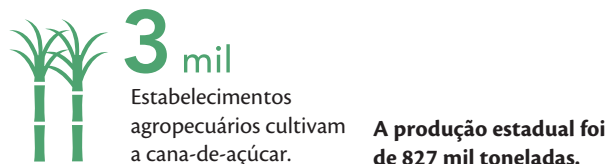
956 mil

Número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias.

Utilização das terras	Área (%)	Em relação a 2006
Lavouras		
Permanentes	4,8	↓
Temporárias	9,4	↓
Pastagens		
Naturais	27,2	↓
Plantadas	7,2	↑
Matas		
Naturais	43,5	↑
Plantadas	0,1	↓



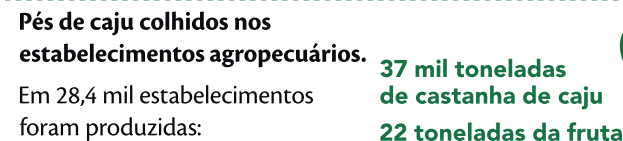
Agricultura temporária



Agricultura permanente (1)



17 milhões



(1) Para estabelecimentos com 50 pés e mais em 30/09/2017.
Fonte: IBGE, Censo Agropecuario 2017.



Com o lançamento dos resultados preliminares, iniciaram-se os trabalhos para delimitação da agricultura familiar no Censo, objeto desse 1º produto. Esse relato apresenta o resultado do esforço, em consulta contínua com os técnicos do IBGE, para definição dos critérios para delimitação da agricultura familiar nos termos da Lei.

Um algoritmo adicional acompanha esse 1º produto: a delimitação dos beneficiários do **PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)**, segundo as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).



Fotos: Camille Perissé





CENSO DEMOGRÁFICO 2020

Conhecer em detalhe como é e como vive o nosso povo é de extrema importância para o governo e para a sociedade. Os resultados obtidos através da realização do Censo Demográfico permitem traçar um retrato abrangente e fiel do País.

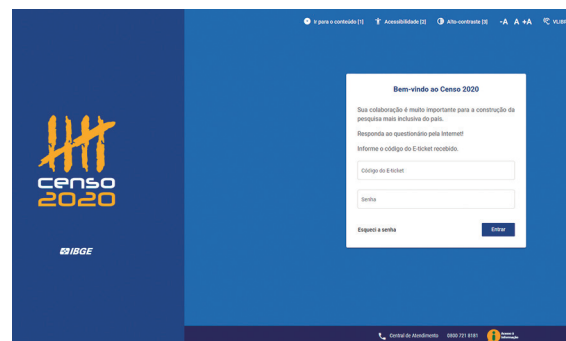
O Censo Demográfico produz informações atualizadas e precisas, que são fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada. Além disso, uma sociedade que conhece a si mesma pode executar com eficácia ações imediatas e planejar com segurança o seu futuro.

Realizar uma operação de tamanha importância para a sociedade, com eficiência e eficácia no uso dos recursos, é uma tarefa que exige um planejamento longo e sólido, o que pressupõe a consecução de diversas etapas fundamentais para garantia de uma produção de informações relevantes e confiáveis.

Em 2018, o IBGE deu prosseguimento às seguintes etapas do Censo Demográfico 2020:



Consulta pública: entre os meses de março e maio, foi disponibilizado em seu portal uma consulta aberta a todos os cidadãos, através da qual foi possível registrar sugestões e comentários e detalhar, por meio da resposta a algumas perguntas, o impacto do uso pretendido para essas informações e a adequabilidade dessas demandas às especificidades da operação censitária. As demandas estão sendo analisadas pelos especialistas.



Teste de preenchimento pela internet: foi realizado, um teste de autopreenchimento pela Internet envolvendo cerca de 9.000 domicílios em 52 municípios do país, espalhados pelas cinco grandes regiões. O objetivo foi aprimorar esse método de coleta, adotado pela primeira vez em 2010, e investigar as diferentes estratégias de coleta possíveis.



Foto: Álvaro Vasconcellos

Comissão consultiva do Censo 2020: a comissão consultiva é composta por 13 membros convidados pelo IBGE, com o objetivo de fornecer subsídios e assessorar o Instituto na definição do conteúdo dos questionários, no uso da amostragem, na definição de métodos de apuração dos dados, entre outros itens. Em 14 de junho, foi realizada a primeira reunião que abordou diversos aspectos técnicos e operacionais da operação.



Foto: Álvaro Vasconcellos

Encontro dos usuários do Censo 2020: cerca de 100 representantes dos setores público, privado, da sociedade civil e do IBGE foram reunidos para conhecer os preparativos para o Censo Demográfico 2020, e os desdobramentos da consulta pública realizada pela internet, que recebeu 3.198 contribuições até maio.

ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO



Quanto às informações geocientíficas produzidas pelo IBGE, os resultados do exercício 2018 dividem-se entre os temas: Organização do território; Posicionamento Geodésico; Atlas; Cartas e Mapas; Informações ambientais; e Métodos e documentos de referência.

ESTRUTURA TERRITORIAL

No tocante à Estrutura territorial, que é o conjunto de informações sobre a estrutura territorial legal brasileira, ao longo do tempo, com sua divisão político-administrativa, foi publicada a **Malha Municipal - 2017**. Foi realizada, também, a **Pesquisa de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas**, com resultados divulgados nos dois semestres do ano. Essa pesquisa tem sido realizada semestralmente desde 2013, identificado a mudança na composição dos recortes legais acima descritos. Houve, também, a atualização da região do Semiárido nos sistemas do IBGE, a partir da publicação de nova portaria da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

DIVISÃO REGIONAL

A Divisão regional compreende as Análises geográficas que identificam recortes territoriais a partir de critérios predefinidos que valorizam a singularidade de cada região nas dimensões social, econômica, territorial e ambiental. Também inclui o acompanhamento de recortes territoriais estabelecidos por outras instituições, para fins de planejamento e Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). As atividades de planejamento do Censo Demográfico 2020 fizeram parte do plano de trabalho em 2018. A atualização da Base



Territorial na temática das áreas de precariedade habitacional no Brasil, conhecidas no IBGE como Aglomerados Subnormais, foi realizada com supervisão nas 27 Unidades da Federação, por meio de visitas.

técnicas e trabalhos de campo, bem como a elaboração de material e treinamento no Rio de Janeiro. No Censo Demográfico, a Diretoria de Geociências (DGC) está envolvida com os temas

de habitação, características dos domicílios e deslocamento. Neste sentido, a participação na elaboração do questionário do Censo Demográfico focou em melhorar os quesitos e atualizá-los para as crescentes demandas da sociedade brasileira. Em outubro foi organizado o **Seminário Rediscutindo o Rural e o Urbano para Produção e Análise de Informações Estatísticas**, com o objetivo de discutir a classificação dos espaços rurais e urbanos do Brasil com vistas ao Censo. O evento contou com a participação de cerca de 150 pessoas do IBGE e de diversos ministérios, órgãos públicos e organizações sociais durante três dias. A oportunidade também possibilitou gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências, os resultados do seminário serão divulgados no ano de 2019.

A Diretoria de Geociências trabalhou em conjunto com a Diretoria de Pesquisas na divulgação do Produto Interno Bruto dos Municípios 2016, com o objetivo de garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais. A especialização dos dados do PIB Municipal gerou **19 pranchas** e cerca de **100 mapas**.

A grande repercussão que obteve na mídia, facilitou o entendimento da população dos dados econômicos dos governos locais. Os resultados podem ser consultados em <https://www.ibge.gov.br/apps/pibmunic/>.



TIPOLOGIAS DO TERRITÓRIO



As tipologias do território podem ser definidas como as análises geográficas que classificam recortes territoriais segundo critérios sociais, econômicos e ambientais, agregando áreas com características semelhantes. No tocante ao tema, foram divulgadas, em 2018, as informações sobre as **Áreas Urbanizadas do Brasil 2015: concentrações urbanas acima de 100.000 ha-**

bitantes e a Caracterização da população em áreas de risco no Brasil.

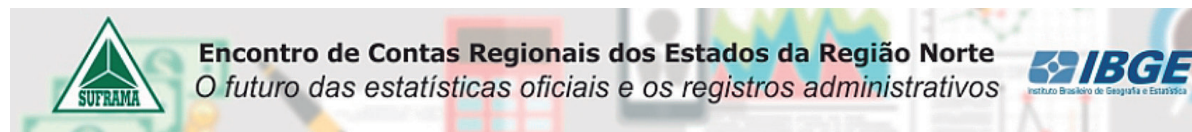
O mapeamento das áreas urbanizadas expandiu sua cobertura atingindo as concentrações urbanas entre 100.000 e 300.000 habitantes. Essa segunda etapa mapeou 120 concentrações urbanas distribuídas em 22 Unidades da Federação, totalizando uma área de 4.885,17 km². Foram 658 municípios abrangidos pelo estudo Áreas Urbanizadas 2015 nas suas duas etapas. **O estudo tem forte correlação com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em especial o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis.** O estudo está disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=sobre>.

A Agenda 2030 também foi contemplada com a divulgação da publicação População em áreas de risco no Brasil. O estudo, realizado em cooperação com Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), apresentou metodologia para contabilizar o número de pessoas em áreas de risco no país, trazendo informações inéditas para colaborar no enfrentamento aos desastres naturais. Com bases nos dados da população em 2010, ano do último Censo Demográfico, foram analisados 872 municípios monitorados pelo CEMADEN e contabilizadas 8.270.127 de pessoas, que viviam em 2.471.349 domicílios particulares permanentes. Os resultados do

estudo podem ser consultados em <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/21538-populacao-em-areas-de-risco-no-brasil.html?=&t=o-que-e>.

A pesquisa **Regiões de Influência de Cidades (REGIC 2018)** foi a campo em 2018, após adiamento devido à coleta do Censo Agro 2017. A partir do levantamento de informações da REGIC é possível definir a rede urbana brasileira, a hierarquia das cidades e as áreas de influência dos núcleos urbanos, constituindo insumo fundamental para subsidiar decisões locais de empresas e de instituições públicas. É importante ressaltar que a REGIC foi a campo junto com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2018), da Diretoria de Pesquisas, o que significou a redução dos custos na ordem de R\$ 1.000.000,00, bem como o melhor aproveitamento dos recursos humanos do Instituto. A pesquisa, que também foi realizada em 1993 e 2007, tem seus resultados previstos para serem divulgados no início de 2020.

A Diretoria de Geociências elaborou, em conjunto com a Diretoria de Pesquisas, o teste piloto para avaliar os dados de nota fiscal eletrônica a fim de desenvolver novos produtos e retratar geograficamente a realidade econômica e social do Brasil. O IBGE participou do Encontro de Contas Regionais dos Estados da Região Norte para apresentar os potenciais usos dos dados da nota fiscal eletrônica para o entendimento das relações entre cidades.



REDES E FLUXOS GEOGRÁFICOS

Os estudos de fluxos geográficos têm sido utilizados pelo próprio IBGE, como no Projeto Rede, que buscou otimizar e aprimorar a distribuição da rede e jurisdição das agências do IBGE, e na distribuição dos postos de coleta do Censo Demográfico 2020, buscando otimizar e reduzir os custos da operação censitária.

POSICIONAMENTO GEODÉSICO

REDES GEODÉSICAS

Na área de Geodésia, a Resolução da ONU, de 26 de fevereiro de 2015, versa sobre a importância de manutenção de uma "Infraestrutura Geodésica Global de Referência para o Desenvolvimento Sustentável", apontando a Geodésia como a ciência capaz de medir as variações do meio ambiente de maneira precisa. Essa preocupação aparece de forma relevante no Relatório de Riscos Globais 2018, do Fórum Econômico Mundial, ao enfatizar o potencial de impacto relacionadas às questões ambientais. Os dados geodésicos desempenham papel importante como ferramenta de apoio a tomada de decisão dos gestores públicos no monitoramento de fenômenos físicos e ambientais.

O IBGE, enquanto gestor do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), tem como missão o estabelecimento, manutenção e acesso às infraestruturas de referência posicional no Brasil em consonância com as tecnologias disponíveis, normas técnicas e recomendações das autoridades científicas internacionais e do Estado brasileiro. Em decorrência da evolução tecnológica, principalmente com o advento dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite

(GNSS), dentre os quais destaca-se o GPS, e a melhoria das tecnologias de comunicação, é possível realizar o monitoramento de maneira mais ágil e precisa.

O IBGE desenvolve sua missão na área por meio da gestão de três redes principais: Altimétrica, Planialtimétrica e Gravimétrica. A evolução e composição da expansão dessas redes na última década pode ser visualizada nos gráficos 1 e 2. É possível monitorar variações posicionais que ocorrem na superfície da Terra ao longo do tempo utilizando a **Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC)**, bem como realizar o monitoramento do nível do mar em diversos pontos da costa brasileira, em tempo bem próximo ao real, por meio da **Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG)**, fundamentais na prevenção de desastres e mitigação dos impactos de danos ambientais.

No tocante à Rede Altimétrica, um conjunto com **68 mil novas altitudes físicas**, resultantes do Reajustamento Altimétrico 2018, foram disponibilizadas por meio do Banco de Dados Geodésicos (BDG). O relatório técnico e metodológico desta atividade encontra-se publicado no portal do IBGE.

No contexto das metas previstas em 2018 para garantir a continuidade e disponibilidade de informações geocientíficas nacionais, **a RBMC foi expandida em 10%** com relação ao ano 2017. Atualmente, **essa rede opera com 152 estações** com apoio do INPE, INCRA e de 70 instituições de ensino das esferas estadual e federal. No âmbito da operação da RBMC, foram **disponibilizados à sociedade 49.235 arquivos diários**, acumulando um **superávit de 36,76%** em comparação com o ano anterior. A obtenção dessas marcas positivas, só foram possíveis de-

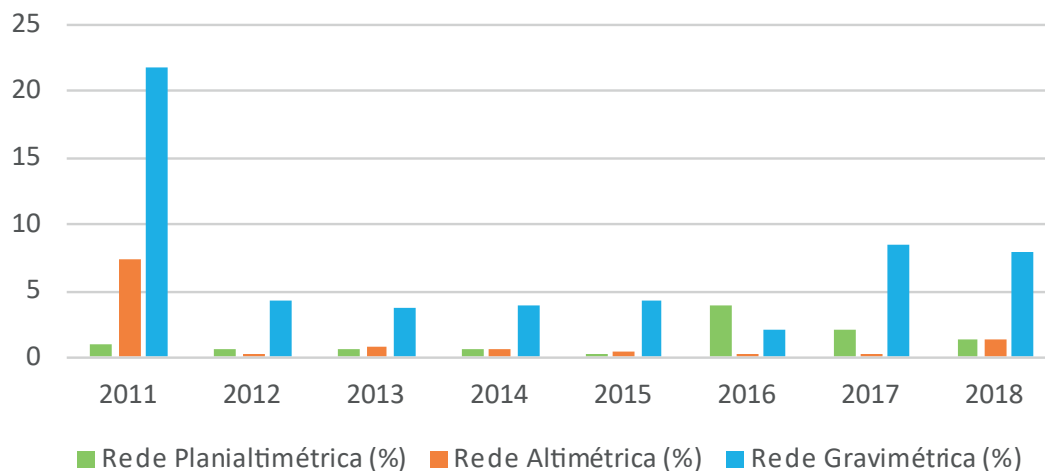
vido à minimização da taxa de perda de dados das estações e a expansão da rede.

No tocante à RMPG, **um conjunto de 1.400 arquivos das estações RMPG foi publicado no portal do IBGE.**

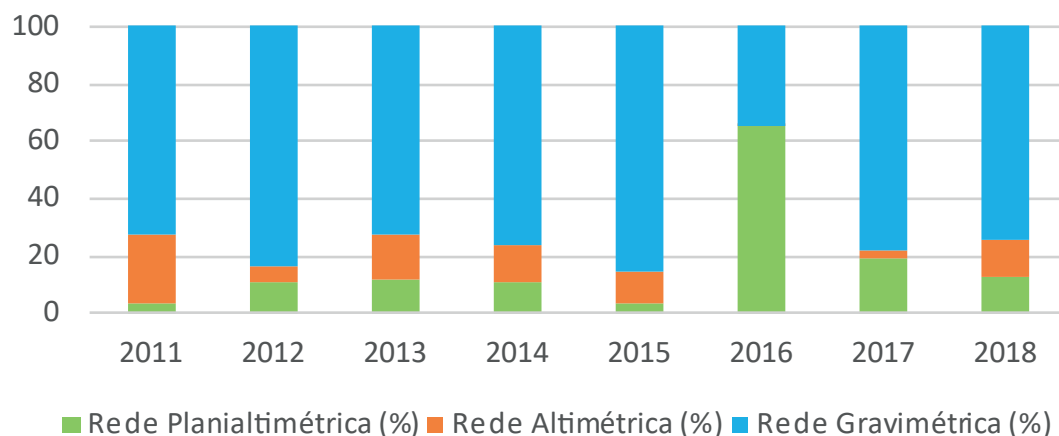
Outras ações ligadas à melhoria das infraestruturas de referência posicional no Brasil merecem destaque:

- Conclusão do **reestabelecimento das redes geodésicas do Estado do Amapá**, totalizando **840 novos marcos geodésicos** e com entrega de relatório técnico ao Governo do Estado;
- **Atualização de informações referentes à 2.019 estações geodésicas** no Banco de Dados Geodésicos (BDG);
- **Inclusão de 84 novas estações GPS de alta precisão** sobre o território brasileiro;
- **Homologação de 38 novas estações GPS** oriundas de contribuições de entidades externas;
- **Medição e carga no banco de dados geodésicos de 3.789 novas estações gravimétricas** com incremento de 26% de produtividade prevista em 2018, decorrente da implantação de novas metodologias de aquisição de dados.
- Lançamento do projeto Visita às Estações Geodésicas (VEG), que contou com o treinamento de servidores da rede de coleta do IBGE em onze estados, e a **visita a aproximadamente 1.200 marcos geodésicos.**

Evolução Percentual da expansão das Redes Geodésicas Brasileiras :
2011- 2018

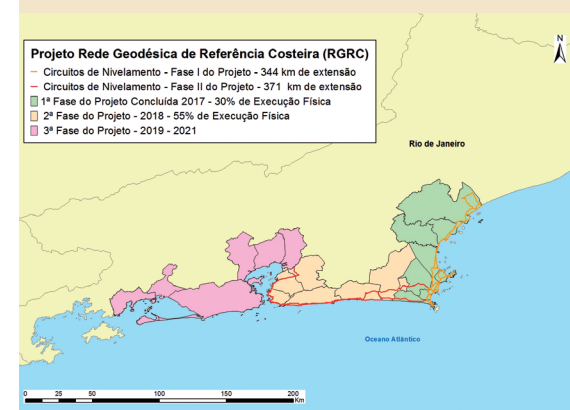


Composição Percentual da expansão das Redes Geodésicas Brasileiras : 2011-2018



Ainda cabe destacar, no tema Posicionamento geodésico, a ampliação da cobertura e do detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos, um objetivo estratégico para o IBGE.

Muito dos resultados da produção geocientífica obtidos no exercício 2018 se referem ao **Projeto Rede Geodésica de Referência Costeira (RGRC)**, que se insere no contexto da agenda internacional de difusão de conhecimentos geocientíficos e ambientais. Houve a continuidade das operações sendo implantados **284 novos marcos geodésicos, medidas 226 novas referências altimétricas com precisão milimétrica** (em 22 delas foram realizadas medições com GPS), **medidas cerca de 758 novas estações gravimétricas** (observações de gravidade) ao longo da região costeira do Rio de Janeiro entre os municípios de Araraial do Cabo a São Gonçalo. O total da execução prevista para essa meta ficou em 75% do planejado para 2018 devido à ocorrência de fatores climáticos desfavoráveis e dificuldades de locomoção das equipes na região metropolitana do Rio de Janeiro. Atualmente o percentual acumulado de execução física da RGRC está em 55% do total previsto.



ATLAS **Atlas Nacional Digital do Brasil**

PGL - Plataforma Geográfica Interativa

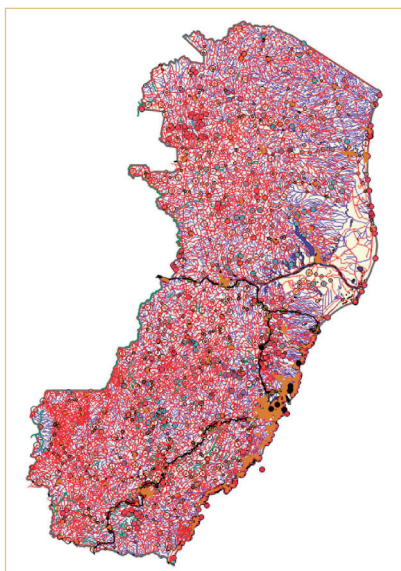
Em relação ao tema Atlas, os principais produtos elaborados em 2018 foram a **atualização e a publicação do caderno temático da versão digital do Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**, disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/.

Foram cerca de **80 pranchas e 300 mapas com atualização de temas divulgados** na versão impressa do Atlas Nacional Milton Santos e os **primeiros resultados do Censo Agro 2017** que compuseram o caderno temático.

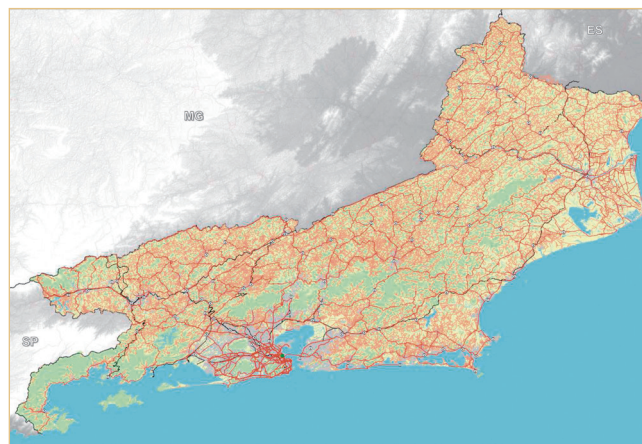
CARTAS E MAPAS

BASES CARTOGRÁFICAS CONTÍNUAS

No tocante às Bases cartográficas contínuas, o conjunto de dados geoespaciais de referência, estruturados em bases de dados digitais, permitindo uma visão integrada do território nacional, foram publicadas a **Base Cartográfica Contínua do Estado do Rio de Janeiro, escala 1:25.000 - RJ25, versão 2018** e a **Base Cartográfica Contínua do Estado do Espírito Santo, escala 1:100.000 - ES100, versão 2018**.



Espírito Santo - ES100, versão 2018



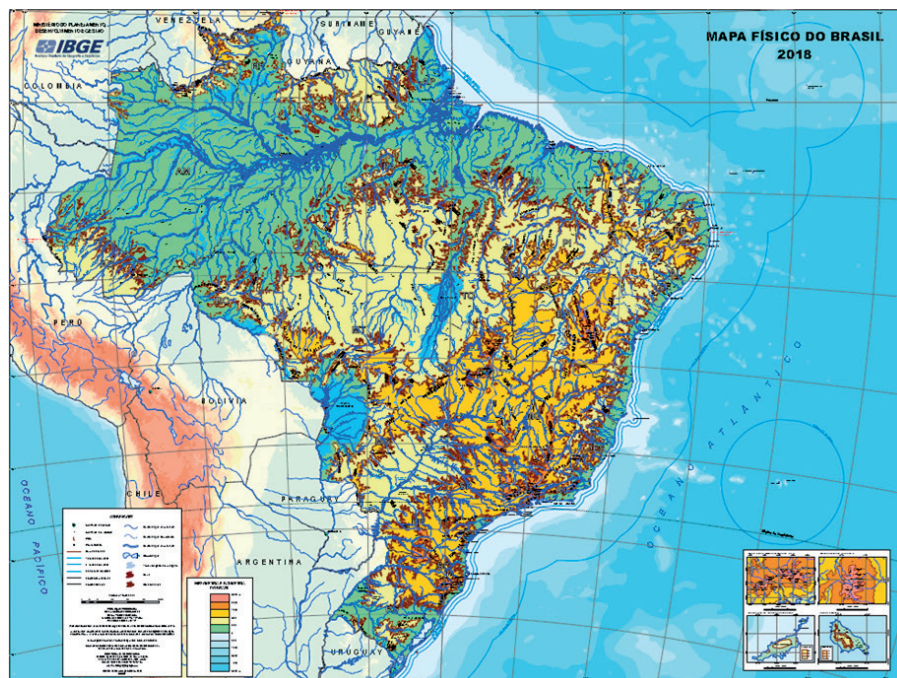
Rio de Janeiro - RJ25, versão 2018

MAPAS MUNICIPAIS

Os Mapas municipais caracterizam-se como Mapas topográficos dos municípios brasileiros, que apresentam sua divisão político-administrativa e as divisas intramunicipais legais, restritos aos municípios que sofreram algum tipo de alteração de limites territoriais em período posterior à divulgação do Censo 2010 e que foram produzidos para o cálculo das estimativas populacionais. Dentro desta categoria, foram publicados, em 2018, os **Mapas Municipais para Estimativas Populacionais 2017**.

MAPAS DE REFERÊNCIA

No tocante aos Mapas de referência, que contemplam informações sobre a sobre a divisão político-administrativa, altimetria e outros elementos físicos do território, foi publicado **Mapa Físico do Brasil, escala 1:5.000.000, versão 2018**.



SOCIEDADE E ECONOMIA

No tocante à sociedade e economia, que refere-se aos mapas oriundos das análises geográficas dos resultados dos Censos Demográfico e Agropecuário, além de outras informações de natureza demográfica, econômica, social entre outros temas, foi publicado o **Mapa das Indicações Geográficas, escala 1:5.000.000, versão 2018**, em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

COBERTURA E USO DA TERRA



Destaca-se, em 2018, a publicação do **Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra - Brasil - 2016**. Tal produto consiste na espacialização e quantificação da cobertura e uso da terra para cada um dos 8,5 milhões de km² do território brasileiro, permitindo a análise da dinâmica do território em termos dos processos de ocupação, da utilização da terra e de suas transformações. As informações advindas deste levantamento permitem a elaboração das **Contas Físicas para Cobertura e Uso da Terra** que quantificam as formas de cobertura da superfície do país.



O **Projeto de atualização dos biomas brasileiros** visa à criação de um mapa de biomas na escala

cartográfica de 1:250.000 (1cm = 2,5 km). O projeto contribuirá para o objetivo estratégico de ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos.

Em 2018, o IBGE foi em campo para atualizar o mapeamento dos biomas brasileiros: a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal. Foram cinco meses de viagens a diferentes regiões do país, percorrendo distâncias que variam de 2.000 km até 5.000 km.

GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA, PEDOLOGIA, VEGETAÇÃO

A **Publicação da Plataforma de Consulta BdiAWeb** (<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>), plataforma dedicada em disponibilizar as informações ambientais contidas no Banco de Dados de Informações Ambientais referentes ao Projeto Mapeamento de Recursos Naturais. São disponibilizados nesta plataforma, os mapas dos temas geologia, geomorfologia, pedologia e vegetação, contendo os atributos com as características ambientais e gráficos



com percentual das áreas que cada um dos temas retratados ocupa no território nacional.

A **Publicação dos volumes 35 e 37 do Projeto RADAMBRASIL - Relatórios detalhados do Projeto RADAMBRASIL** (décadas de 70 e 80) contendo informações dos recursos naturais brasileiros das Regiões de Curitiba e Paranapanema, com fotos, tabelas e perfis, incluindo mapas dos temas Geologia, Geomorfologia, Avaliação do Relevo, Solos, Vegetação, Capacidade de Uso dos Recursos Naturais Renováveis.



MÉTODOS E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

REVISTAS E MANUAIS TÉCNICOS

No tocante a revistas e manuais técnicos, que são publicações voltadas para a sociedade com o objetivo de apresentar conceitos e metodologias fundamentais sobre as atividades de geociências, foram disponibilizadas as duas edições semestrais da Revista Brasileira de Geografia. A interação com a produção dos mundos acadêmico e científico é de grande importância para as pesquisas e estudos desenvolvidos no IBGE. Assim sendo, a **Revista Brasileira de Geografia (RBG)**, relançada em agosto de 2016, publicou dois números em 2018, sendo um deles o dossiê temático Zona Costeira do Brasil com colaboração de editor convidado do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. O objetivo da revista, além da difusão de trabalhos inéditos na área de geociências, é avançar na classificação Qualis, atualmente B4, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no triênio 2017-2019. A RBG está disponível em <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg>.

VOCABULÁRIO E GLOSSÁRIOS

No que se refere a vocabulário e glossários, as publicações que apresentam os verbetes considerados os mais relevantes nas atividades da geociências de modo a auxiliar o uso consistente nas diversas publicações do IBGE, foi publicado o **Glossário dos Termos Genéricos dos Nomes Geográficos Utilizados no Mapeamento Sistemático do Brasil - Volume 1 - BCIM, versão 2016**.

OUTROS DOCUMENTOS TÉCNICOS

Cabe, ainda, uma observação sobre o projeto **Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres**, que compõe o Programa Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais do Governo Federal. O programa estabeleceu como responsabilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) a produção do mapeamento temático, na escala 1:25.000, de suscetibilidade a processos de movimentos de massa, enchentes e inundações para 821 municípios considerados críticos. Para produção desses mapas, são usados, entre outros dados, ortomosaicos (mosaicos de fotografias aéreas ou de imagens de radar aerotransportado ortoretificadas) e modelos digitais de terreno.

No âmbito do Programa, o projeto no IBGE tem por objetivo a elaboração de Relatórios Técnicos sobre a avaliação da qualidade posicional dos insumos, a fim de certificar-se de que atendam às necessidades da produção do mapeamento de suscetibilidade na referida escala. Os relatórios são usados como referência para produção dos mapas pela CPRM. A partir do mapeamento, são elaborados planos de intervenção nos municípios, que identificam a vulnerabilidade das habitações e da infraestrutura dentro dos setores de risco e propõem soluções para os problemas encontrados.

Para a citada avaliação da qualidade posicional dos insumos, pontos de verificação são medidos em campo (in loco) com o uso de sistema de posicionamento por rastreamento de satélites. Os resultados obtidos no exercício 2018 compreenderam um total de **500 (quinhentos) pontos de controle medidos**, assim como a **elaboração de relatórios técnicos correspondentes às análises para 70 municípios**.

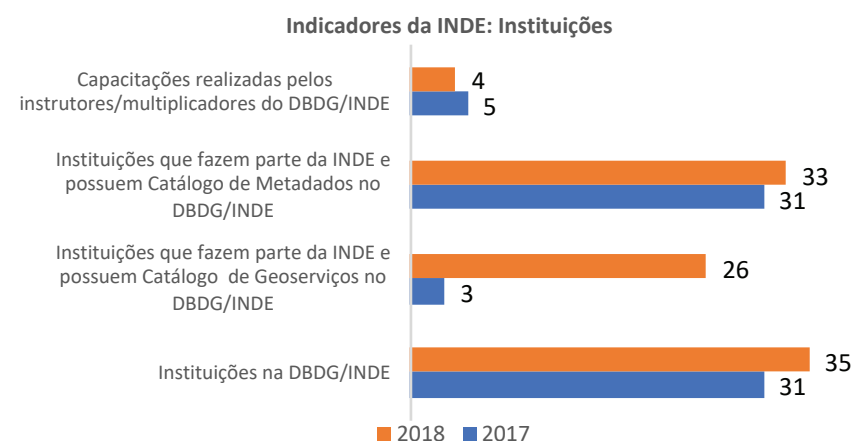


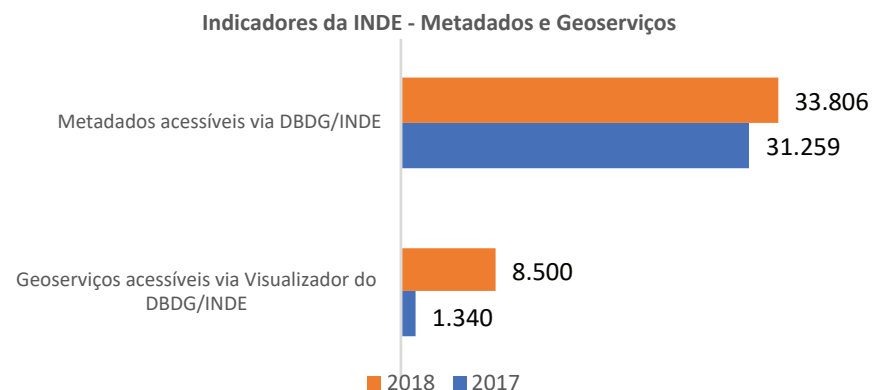
INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ESPACIAIS

Outro tema que merece destaque é a atuação do IBGE na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). A INDE, entre outros objetivos, visa o compartilhamento de dados e informações geoespaciais que se encontram dispersos nas várias instituições do setor público. Até pouco tempo, essas informações mantinham-se isoladas, servindo apenas a fins setoriais e departamentais específicos e até mesmo sua existência e localização eram, muitas vezes, desconhecidas. Isso obrigava o usuário, não raramente, a acessar várias fontes em busca dos dados e informações e a submetê-los a complexos e demorados processos de integração. A INDE vem gradualmente modificando esse quadro, ao propiciar os mecanismos institucionais, normativos e tecnológicos que permitem aos usuários localizar, explorar e acessar os dados e informações geoespaciais de que necessitam. O IBGE desempenha vários papéis relevantes na implantação da INDE: é um dos principais produtores de dados geoespaciais de referência e temáticos do País e, também, de produtos de geoinformação de alto valor agregado; é o Gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG) da INDE, como é chamada a rede de servidores que reúne produtores de dados geoespaciais e usuários, por meio da Internet; é o criador e mantenedor do geportal oficial da INDE, além de

apoiar técnica e administrativamente a Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), entidade que coordena e estabelece as normas e padrões da INDE.

O Portal da INDE, que dá acesso aos recursos distribuídos do DBDG, foi inaugurado em 10 de abril de 2010 e, desde então, a INDE vem evoluindo gradualmente. Muito já foi conquistado e muito mais ainda há por fazer. Um aprendizado importante desses anos de implantação da INDE é que a sua expansão e evolução passam necessariamente pelo fortalecimento institucional da CONCAR, como órgão diretivo e normativo da INDE, e do IBGE, em seu papel de Gestor do DBDG e captador dos recursos necessários para assegurar o crescimento e o sucesso dessa importante iniciativa do Estado brasileiro.





DESAFIOS E RISCOS

- Capacidade de atender à crescente demanda, cada vez mais intensa e diferenciada, por informações geocientíficas e estatísticas, sobre diversos temas e aspectos da vida, da sociedade, da economia e do meio ambiente, principalmente em cenários de restrições orçamentárias, que têm sido frequentes nos últimos anos do país, acompanhando a tendência da maior parte dos países do mundo.
- O crescimento da demanda da sociedade por informações georreferenciadas ou geolocalizadas impele a produção de novas informações e produtos por meio de pesquisas e estudos ainda não desenvolvidos.
- Fortalecer as atividades de coordenação e gestão de parcerias e alianças estratégicas, com diferentes órgãos oficiais federais produtores de informações, de modo a não se perder de vista os três pilares de um necessário sistema de informações: a abrangência temática e espacial, a permanência temporal e a padronização conceitual.
- Redução do quadro de servidores por aposentadoria e na estrutura gerencial do IBGE.
- Avançar no uso de registros administrativos como uma alternativa eficiente e menos custosa do que a coleta direta tradicional das pesquisas, utilizando dados administrativos que já foram coletados por outros órgãos governamentais para complementar a produção estatística e geocientífica.
- Repetir o ciclo de pesquisas e estudos geocientíficos realizados, buscando a comparabilidade das informações e o panorama de mudanças ocorridas nas temáticas investigadas.



CENSO GEOGRÁFICO

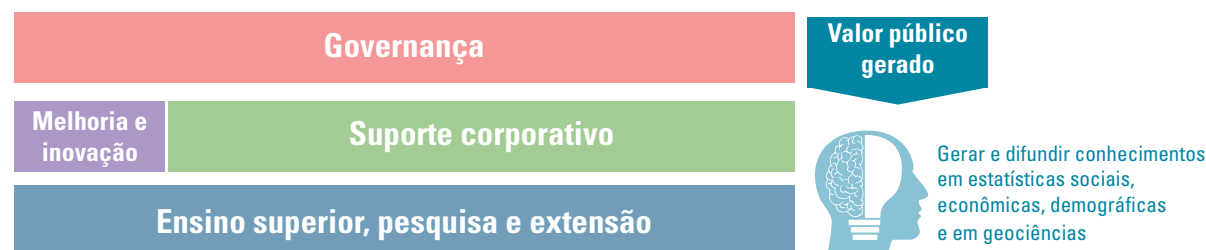
O Projeto **Censo Geográfico** foi apresentado em meados de 2017 e teve sua primeira dotação orçamentária em 2018.

O Censo Geográfico é o conjunto de operações para levantar, caracterizar e analisar os elementos que compõem a paisagem e suas relações e articulações com as características sociais, econômicas e ambientais. Deste modo, o Censo Geográfico considera a produção informações geoespaciais para subsidiar a sustentabilidade das ações humanas trazendo originalmente em seu escopo estudos relacionados a vulnerabilidade ambiental e acessibilidade socioeconômica.

Em 2018, na primeira fase de planejamento da matriz GGIBPM, "especificando as necessidades", foram consolidados os objetivos e conceitos do projeto e, também, realizados seminários nacionais e internacionais visando conformar a necessidade do Projeto. Deste modo, foram realizadas duas consultas externas: um seminário com as universidades públicas para ouvir a opinião da academia e uma visita técnica ao INEGI, em Aguascalientes no México, buscando alternativas na produção de indicadores geográficos e arcabouço tecnológico para produção de dados. Como parte das ações necessárias à infraestrutura para o Censo Geográfico, foi iniciado em 2018 o projeto Visita às Estações Geodésicas (VEG), que contou com o treinamento de servidores de 10 Unidades Estaduais e envolveu 27 agências do IBGE. As ações do projeto resultaram em visitas a aproximadamente 1.200 marcos geodésicos em 2018.

ENSINO SUPERIOR, PESQUISA E EXTENSÃO

VALOR 2: GERAR E DIFUNDIR CONHECIMENTOS EM ESTATÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E EM GEOCIÊNCIAS



Ensino superior, pesquisa e extensão é outra importante linha de negócio de competência do IBGE, que tem como principal valor entregue para a sociedade a geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências.

As Geociências englobam um conjunto de disciplinas científicas sobre o estudo da Terra que contribuem para uma visão integrada do ambiente, uma compreensão da relação do ser humano com a Natureza e da apropriação e uso dos recursos naturais. São orientadoras dos processos de gestão e organização do espaço territorial e da proteção ao meio ambiente. Juntamente com as Geociências, encontra-se a Estatística, ampliando a capacidade de conhecimento da realidade sociodemográfica e econômica do país.

O que se conhece como Ciências Estatísticas, ou simplesmente Estatística, é o conjunto de técnicas e métodos de pesquisa e análise de dados que, entre outros tópicos, envolve o planejamento do experimento a ser realizado, a coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento de técnicas estatísticas de obtenção e análise de informações permitem o controle e o estudo adequado de fenômenos, fatos, eventos e ocorrências em diversas áreas do conhecimento.

A Estatística tem por objetivo fornecer métodos e técnicas para lidarmos racionalmente com situações sujeitas a incertezas.

O crescente uso da Estatística vem ao encontro da necessidade de realizar análises e avaliações objetivas, fundamentadas em conhecimentos científicos. As informações estatísticas são concisas, específicas e eficazes, fornecendo, assim, subsídios imprescindíveis para a tomada racional de decisão. Neste sentido, a Estatística fornece ferramentas importantes para que as empresas e instituições possam definir suas metas, avaliar sua performance, identificar seus pontos fracos e atuar na melhoria contínua de seus processos. Na prática, a Estatística pode ser empregada como ferramenta fundamental em várias outras ciências.

É por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), uma Instituição Federal de Ensino Superior, fundada em 06 de março de 1953, que o Instituto promove atividades de pesquisa e atua em três níveis de ensino (Bacharelado, Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu), oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão.

BACHARELADO

O Bacharelado em Estatística da ENCE foi criado em março de 1953, para formar um quadro estatístico voltado para a produção das Estatísticas Nacionais, tendo sido a primeira escola superior de Estatística do Brasil e da América Latina.

O Curso de Graduação em Estatística da ENCE caracteriza-se por buscar uma estreita dinâmica entre a teoria e a prática, visando formar profissionais com competências e habilidades para atuar com a informação em diferentes segmentos do mercado de trabalho.

Para tal, o curso foi concebido de forma a contemplar disciplinas de cunho teórico, onde são desenvolvidos os conteúdos básicos que constituem a Estatística, e disciplinas de cunho aplicado, onde o aluno tem contato com fundamentos e problemas de áreas aplicadas onde o método estatístico se faz necessário, desde a coleta de dados até a aplicação e avaliação crítica de modelos ajustados a estes problemas.

De modo a aproveitar melhor o potencial de ensino da Instituição, a grade curricular do Curso de Graduação também contempla conteúdos relacionados à expertise do IBGE e da Pós-Graduação da ENCE, os quais são traduzidos nas disciplinas na forma de tópicos de Demografia, Economia e Planejamento de Pesquisas quantitativas.

Esta diversidade permite ao curso oferecer conteúdos de forma a atender as expectativas do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, desenvolver as habilidades essenciais de um aluno egresso de uma Graduação em Estatística, conforme diretrizes da legislação vigente.

O curso tem duração prevista de 4 anos e funciona de segunda a sábado no turno da manhã (das 8:00 às 12:10 horas), e de segunda a sexta no turno da noite (das 18:20 às 22:30 horas). A opção de turno é feita no ato da inscrição para o processo seletivo, conforme norma própria.

Para o ano letivo de 2018, foram oferecidas 120 vagas, sendo 60 vagas para o turno noturno (1º

Número de candidatos e relação de candidatos por vaga no PSD 2018.

	2018/1	2018/2
Número de candidatos	536	486
Candidato por vaga	8,9	8,1

semestre letivo) e 60 vagas para o turno matutino (2º semestre). O número de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente (PSD) 2018 chegou a 536, no 1º semestre, e 486, no segundo, sendo a relação candidato/vaga de 8,9 e 8,1, respectivamente.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu **11 bolsas de monitoria por mês** ao longo dos semestres letivos, cada bolsa no valor de R\$ 600,00, as quais podem contemplar até 22 discentes, garantindo, assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e de pesquisa.

No intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o Programa de Iniciação Científica, contando, em 2018, com **10 bolsas do IBGE no primeiro semestre** e com **10 bolsas do CNPq no segundo semestre**.

Número de alunos bolsistas em 2018

	2018/1	2018/2
Bolsa de monitoria	11	11
Bolsas de iniciação científica	10	10
Bolsa auxílio	12	12

2018 – 1º semestre

225 alunos matriculados, em dois turnos, manhã e noite.

27 professores do quadro permanente e

6 professores colaboradores.

45 turmas oferecidas (34 obrigatórias e 11 eletivas)

15 alunos graduados

2018 – 2º semestre

236 alunos matriculados, em dois turnos, manhã e noite.

26 professores do quadro permanente e

7 professores colaboradores.

46 turmas oferecidas (33 obrigatórias e 13 eletivas)

6 alunos em vias de receber o diploma no segundo semestre letivo de 2018.

O Projeto **Ação Afirmativa - Inclusão Social**, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno com carência financeira e, consequentemente, maior dedicação aos estudos e aumento no rendimento escolar, contou, em 2018, com **12 bolsas-auxílio por mês ao longo do primeiro semestre letivo e 15 ao longo do segundo semestre letivo**. Cada bolsa tem o valor de R\$ 400,00. Foram realizados dois processos seletivos para o Projeto Ação Afirmativa, um em cada semestre.

Quarenta e um alunos de graduação realizaram estágio supervisionado durante o ano de 2018. A remuneração média de todos os estágios foi de R\$ 1.243,58, além dos benefícios. Para os estágios de 20 e 30 horas semanais, a remuneração média foi de, respectivamente, R\$ 866,34 e R\$ 1.299,72, além dos benefícios. As atividades de estágio de alunos da ENCE são sempre reguladas por meio de convênios firmados pelo IBGE/ENCE com as empresas contratantes.

É relevante destacar, também, **a participação de docentes e discentes em eventos científicos nacionais e internacionais** ao longo de 2018, tais como *ISBA 2018 World Meeting*, em Edimburgo; Seminário Internacional de Estatística com R (SER), em Niterói; Encontro Brasileiro de Estatística Bayesiana (XIV EBEB), no Rio de Janeiro; 23º Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística (SINAPE), em São Pedro; International Conference on Mathematics and Statistics (ICOMAS 2018), em Memphis; 38th *International Symposium on Forecasting* (ISF), em Boulder; XXXVIII Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional (CNMAC), em Campinas; *Conference on Graphics, Patterns and Images* (SIBGRAPI 2018), em Foz do Iguaçu; Congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica, em Arma-

ção dos Búzios e; *23rd Iberoamerican Congress on Pattern Recognition* (CIARP 2018), em Madri.

Eventos que contaram com participação de professores e/ou alunos da ENCE em 2018.

Evento	Cidade	País
23º SINAPE	São Pedro	Brasil
38th ISF	Boulder	Estados Unidos
CBEB 2018	Armação dos Búzios	Brasil
CIARP 2018	Madri	Espanha
ICOMAS 2018	Memphis	Estados Unidos
ISBA 2018 World Meeting	Edimburgo	Reino Unido
SER	Niterói	Brasil
SIBGRAPI 2018	Foz do Iguaçu	Brasil
XIV EBEB	Rio de Janeiro	Brasil
XXXVIII CNMAC	Campinas	Brasil

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de comitês, comissões, produções bibliográficas, na orientação de monografias/dissertações e na organização de eventos pertinentes à Estatística e ao IBGE, tais como: a Comissão Própria de Avaliação, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a Comissão de Ensino e Pesquisa da Graduação - CEPGrad e o Colégio de Docentes.

Adicionalmente, foram realizadas as seguintes atividades:

- **Cursos de Verão** nos meses de janeiro e fevereiro, para os alunos de graduação da ENCE. Em 2018 foram oferecidos os cursos "Curso Básico de SAS", ministrado pelo professor Breno Trotta de Oliveira, com carga horária de 16 horas; "Coleta e Análise de Dados de Redes Sociais", ministrado pelo professor Tiago Mendes Dantas, com carga horária de 16 horas; "PYTHON", mi-

nistrado pelo professor Eduardo Correa Gonçalves, com carga horária de 15 horas; e "Valores, Inteligências e Processos: Novos Olhares para uma Cultura de Valor nas Organizações", ministrado pelos professores Armando Nembri, Danielle Marques e Bernardo Castanho, com carga horária de 15 horas.

- Como parte das **atividades ligadas à Iniciação Científica**, de 29 de outubro a 01 de novembro de 2018, a ENCE realizou sua 2ª Semana de Iniciação Científica. No dia 29 de outubro foi realizado o minicurso "Manejo de Dados com dplyr: aplicação aos dados da PNAD", ministrado pela professora Alinne Veiga - ENCE/IBGE. No dia 30 de outubro de 2018 realizou-se a XI Jornada de Iniciação Científica com a conferência de abertura "Armas e suicídio: propondo novas medidas indiretas", realizada pelo professor Jony Arrays Pinto Junior (GET/UFRJ). No dia 31 de outubro de 2018 ocorreu a sessão pôsteres com diversos trabalhos apresentados pelos alunos da Escola e, por fim, no dia 1 de novembro de 2018 houve a "Oficina de *Web Scrapping* e *Text Mining*" dada por Luiz Fernando G. N. Maia (Assistente de Pesquisa/FGV) e a premiação para os melhores trabalhos da XI Jornada de Iniciação Científica e da Sessão Pôster.

- **Comemoração do Dia do Estatístico**, com o tema "A estatística aplicada aos esportes". O evento ocorreu no dia 8 de junho de 2018, foi organizado pela Coordenação de Graduação e sediado na própria Escola. Nele foram apresentadas as palestras "Usain Bolt x Michael Phelps: cálculo de índice de desempenho em esportes", ministrada pelo professor Daniel Takata Gomes (ENCE/IBGE); "A importância da Estatística na tomada de decisão no Voleibol", ministrada por Sandra Caldeira (Supervisora de Estatística da Federação Internacional de Voleibol); e "Probabilidade aplicada a jogos e campeonatos de Futebol", ministrada por Marcelo Leme de Arruda (criador do site Chance de Gol).

- **Concurso ENCE Copa do Mundo 2018**, evento que contou com participação de alunos que tinham como objetivo acertar o maior número possível de times classificados para as oitavas-de-final do torneio baseado em uma metodologia quantitativa condizente.

- **Convênio com o CEFET/RJ**, estabelecido pelo prazo de 5 anos, a partir de julho de 2014, visando o intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos, atividades de pesquisa em temas de interesse comum, cessão mútua de recursos laboratoriais, formação de pessoal (mestrado e doutorado) e intercâmbio de professores.



PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO E LATO SENSU

O IBGE, por meio da ENCE, executa ações relativas a **Programas de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu**. Desde 1998 a ENCE oferece um curso de mestrado e, a partir de 2015, um curso de doutorado. Inicialmente chamado de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, o programa de pós-graduação teve sua nomenclatura alterada, em 2014, para **População, Território e Estatísticas Públicas**. Tal modificação atendeu de forma mais significativa à interdisciplinaridade do programa e se vinculou, sobretudo, à reformulação realizada quando da proposição do curso de doutorado à Capes. Inserido na grande área de Ciências Sociais Aplicadas e especificamente na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da Capes, o programa **alcançou nota 4 na última avaliação**, cujos resultados foram divulgados em 2017. Atualmente, conta com **348 dissertações de mestrado** e **2 teses de doutorado defendidas**. Desde 1997, a Escola oferece a **Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território**, curso Lato Sensu com **226 monografias concluídas**.

O curso de pós-graduação Stricto Sensu, que exige dedicação integral por parte dos alunos, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado, para atividades de docência, pesquisa e de profissionais que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País.

A partir de 2014, com a reformulação do programa e inclusão do nível de doutorado, as linhas de pesquisa foram organizadas em duas: Popu-



lação, Território e Condições de Vida e Produção de Estatísticas Públicas. A primeira tem como objetivo o estudo da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida da população, principalmente a partir do uso de indicadores e do emprego de métodos e modelos que reflitam tais dinâmicas, explorando as bases de dados existentes a partir de informações quantitativas e qualitativas. Já a segunda linha tem como foco o estudo de questões ligadas ao planejamento e à condução de levantamentos como censos, pesquisas amostrais e registros administrativos usados para a produção de estatísticas públicas que retratem o estado e a dinâmica populacional e territorial e as condições de vida da população.

Ao todo, 70 alunos estiveram regularmente matriculados no programa ao longo do ano de 2018. Desses, foram alunos ingressantes em 2018 24 alunos, sendo 16 em nível de mestrado e 8

de doutorado. Estiveram ainda com matrículas regulares 30 alunos em nível de mestrado e 16 alunos em nível de doutorado – ingressantes em 2015, 2016 e 2017 no caso do doutorado e em 2016 e 2017 no caso do mestrado.



O programa de pós-graduação stricto sensu da ENCE busca sempre oferece bolsas de estudos a todos os alunos que estejam aptos a recebê-la. Em 2018, foram 13 bolsistas com Bolsa de Demanda Social oferecida pela CAPES no mestrado e 6 no doutorado. Dos 8 discentes do curso de doutorado que ingressaram em 2018, 2 solicitaram bolsa. Nesse sentido, ao longo do de 2018, tivemos 7 alunos de doutorado com bolsas financiadas pelo IBGE e, ainda, 13 alunos bolsistas de mestrado que contaram com os recursos do Instituto. Importante mencionar que também há entre nossos discentes servidores do IBGE com afastamento de suas atividades laborais em tempo integral. A dedicação exclusiva dos alunos é fundamental para um Programa de Pós-graduação stricto sensu, pois é um facilitador para que a conclusão das dissertações e teses ocorram nos prazos recomendados pela CAPES.

Em 2018, ocorreram um total de 12 defesas de dissertações e 1 defesa de tese de doutorado. Adicionalmente, foram realizados 6 exames de qualificação do curso de doutorado. As versões finais das dissertações já entregues pelos discentes encontram-se disponíveis na biblioteca da ENCE e no Portal da Instituição para leitura do texto completo. Também submetemos uma versão em formato digital à Plataforma Sucupira, portal da Capes para a coleta dos dados do programa.

A seleção dos ingressantes é feita anualmente a partir da publicação do edital de chamada. Para as turmas de mestrado e doutorado que terão início em março de 2019, cujo processo seletivo ocorreu em 2018, foram oferecidas até 24 vagas para o mestrado e até 10 vagas para o curso de doutorado. Neste processo seletivo, houve 54 candidatos inscritos para o mestrado, sendo 7 de fora do estado do Rio de Janeiro e 11 de fora do município do Rio de Janeiro, mas ainda residentes em território fluminense. Também recebemos a inscrição de um candidato de Moçambique. Para a seleção do doutorado, inscreveram-se 21 candidatos, sendo 6 residentes fora do estado do Rio de Janeiro e 3 residentes fora da capital, mas ainda dentro dos limites do estado. Houve a inscrição, ainda, de dois candidatos estrangeiros: um de Moçambique e uma de Cuba, tendo esta última sido aprovada. Após a finalização do processo seletivo, foram aprovados 13 candidatos para o mestrado e 10 para o doutorado.

Em 2018, o Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes (PNPD) na ENCE contou com uma bolsista que deu continuidade às atividades desempenhadas desde fevereiro de 2016. Em novembro de 2017, por sua vez, a bolsista solicitou sua desvinculação do Programa. Houve a aber-

tura de processo seletivo para preenchimento da vaga e, a partir de dezembro, outra bolsista iniciou suas atividades na Pós-Graduação.

Com relação ao corpo docente do programa, em 2018 contamos com 16 professores permanentes e 5 colaboradores para os cursos de mestrado e doutorado. Os professores estiveram envolvidos em 27 projetos de pesquisa, vários contemplados em editais por agências de fomento; realizaram orientações acadêmicas, de dissertações e de teses de doutorado; ministraram aulas na pós-graduação e, ainda, em disciplinas da graduação.



Vários dos professores do corpo docente permanente tiveram publicações em, pelo menos, um periódico classificado pelo Qualis da CAPES (sistema da Capes utilizado para estratificação da qualidade de artigos publicados em periódicos científicos) e participaram de congressos nacionais e internacionais, bem como seminários, por meio de financiamento do programa ou de recursos externos concedidos por instituições como Capes, CNPq, Faperj ou o próprio organizador do evento. Ressalta-se também que, visando o acompanhamento da atuação dos do-

centes junto à CAPES, tem-se incentivado a atualização de forma mais constante dos Currículo Lattes dos professores.

Tais atividades são de maior importância para a evolução do programa e conquista de maiores notas no âmbito da avaliação da CAPES, com aumento da produção intelectual dos docentes e de projetos financiados pelos diversos órgãos de fomento.

Os professores e alunos também participaram de atividades de caráter científico internas ao IBGE, tais como planejamento e organização do 7º Seminário de Metodologia do IBGE e do Encontro ENCE-DPE. Externamente, docentes e discentes da pós-graduação participaram de importantes atividades científicas relacionadas às áreas de atuação da instituição como: *VIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población*, XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, *Joint Statistical Meetings* e 23º Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística. Ademais, cumpre destacar a participação de membros do corpo docente no Comitê Editorial da Revista Latino Americana de Estudos de População da Associação Latino Americana de População (ALAP); no Comitê Editorial da Revista de Cartografia Brasileira (RCB); assim como em associações científicas (ALAP, ABEP, ISI, IASI, ABER, ASA, SBC, dentre outras).

Adicionalmente, ressalta-se a continuidade dos processos administrativos, como a disponibilização de informações na página da pós-graduação no Portal ENCE; a informatização do Sistema Acadêmico de Atos Escolares relacionados ao mestrado e ao doutorado; a implementação dos regulamentos do estágio de docência e do Programa de Pós-Doutorado; e a realização do Cursos de Verão, nos meses de janeiro e fevereiro,

formados por disciplinas optativas da grade dos cursos de Mestrado e Doutorado, abertos tanto para alunos regulares, quanto para alunos avulsos, da sociedade em geral, mediante apresentação de documentos de Identidade, Currículo, Histórico completo da Graduação e/ou da Pós-graduação, acompanhados de carta com justificativa da solicitação de matrícula na disciplina. Em 2018 foram oferecidos dois cursos: “Análise Multivariada”, ministrado pelos professores Cléber Nascimento do Carmo e José André de Moura Brito; e “Políticas Populacionais e Dinâmica Demográfica”, ministrado pela professora Ana Carolina Soares Bertho. Ambos com carga horária de 45 horas.

Em relação às atividades e projetos futuros, o principal objetivo da pós-graduação se vincula ao fortalecimento do curso de doutorado e à melhoria das notas de avaliação junto à CAPES. Para isso, são fundamentais avanços na internacionalização do programa através de intercâmbio de discentes e docentes, ingresso de estudantes estrangeiros e realização de projetos de pesquisa e publicações em colaboração com instituições estrangeiras. Além disso, buscam-se continuamente avanços, principalmente em questões administrativas. Dentre essas destacamos a finalização da implementação do sistema acadêmico informatizado, a revisão do conteúdo do Portal Internet e Intranet, o aperfeiçoamento do processo de avaliação das disciplinas feito pelos alunos, a realização de um censo de alunos egressos, a definição de uma comissão de publicações para retomar as publicações dos Textos para Discussão e outras publicações pertinentes.

No tocante ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, em 2018 fora implementada a nova matriz curricular, com

vistas a atender às demandas acadêmicas e ao disposto no Planejamento Estratégico do IBGE. Ao longo do ano, houve 19 alunos regularmente matriculados que ingressaram em março de 2018 e 13 alunos matriculados da turma de 2017, totalizando 32 alunos regularmente matriculados no curso de pós-graduação *lato sensu*.

OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

"Em 2018, cabe destacar alguns resultados alcançados no âmbito das relações institucionais e da consolidação dos sistemas Estatístico e Geocientífico nacionais"



49ª SESSÃO DA COMISSÃO ESTATÍSTICA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNSC)

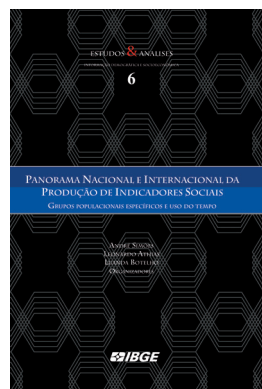
Participação na 49ª sessão da Comissão Estatística das Nações Unidas (UNSC), com o tema "Melhores dados, melhores vidas". Além da participação nas sessões plenárias, o IBGE organizou três eventos paralelos:

- Uso de tecnologias na operação do Censo Agropecuário, em parceria com o National Bureau of Statistics of China (NBS)
- Modelo genérico de negócios de Geoinformação, com o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) do México,
- Evento sobre o Instituto Interamericano de Estatística (IASI), realizado em parceria com Argentina, México e Panamá.



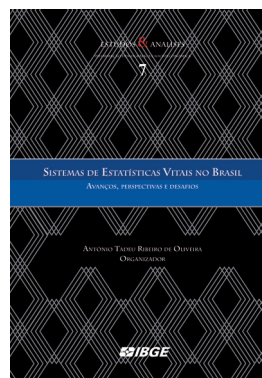
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

Recepção do Grupo de Trabalho de Estatísticas sobre Trabalho Forçado, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para discussões sobre metodologia para a produção de indicadores relativos ao tema, envolvendo pesquisadores de 23 países. A produção de indicadores relativos ao assunto é crucial para o cumprimento do item 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que versa sobre a eliminação de situações análogas à escravidão, tráfico humano e trabalho infantil.



PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

Publicação que tem o objetivo de contribuir para sistematizar a produção dos indicadores sociais, levando em consideração as recomendações internacionais e a experiência dos institutos nacionais de estatística. A publicação é uma contribuição à responsabilidade do IBGE de coordenar o Sistema Estatístico Nacional.



SISTEMAS DE ESTATÍSTICAS VITAIS NO BRASIL: AVANÇOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Publicação elaborada para subsidiar as discussões sobre a cooperação entre IBGE e Ministério da Saúde, visando a harmonização entre as duas grandes bases de dados oficiais de Estatísticas Vitais, como recomenda as Nações Unidas para a formação de um sistema nacional de estatísticas vitais robusto. Entre os objetivos dessa harmonização estão a qualificação dos dados coletados, a uniformização de conceitos e a melhora das informações prestadas por ambas as fontes, de forma a atender aos distintos propósitos de estudos sociodemográficos e de fomento às políticas públicas brasileiras, em particular as de caráter epidemiológico.



Foto: Acervo IBGE

III ENCONTRO DE PRODUTORES DE INFORMAÇÃO VISANDO À AGENDA 2030

Evento organizado em parceria com a Secretaria de Governo, que reuniu cerca de 300 técnicos de instituições do governo federal para avançar na elaboração dos indicadores globais para acompanhar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Foi um evento importante para os ODS, que serão considerados na elaboração do novo Plano Plurianual, uma vez que proporciona um ambiente de discussões e debates técnicos que possibilitam o avanço na construção da Agenda.



PLATAFORMA DIGITAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PLATAFORMA ODS)

Site com o primeiro conjunto de indicadores globais do Brasil para o acompanhamento dos ODS, com fichas metodológicas, tabelas, gráficos e mapas. Pela plataforma é possível conhecer em que etapa se encontra cada indicador, como os que já foram produzidos, os que estão em análise/construção, os que ainda não possuem dados, os que não têm metodologia global definida e ainda aqueles que não se aplicam ao Brasil.

<https://ods.ibge.gov.br/>



INSTITUTO MEXICANO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (INEGI)

Acordo cooperação técnica com o INEGI com o objetivo de trocar experiências sobre a integração entre estatística e geografia, aspecto em que os dois são referência no mundo.



INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA UNIÃO EUROPEIA (EUROSTAT)

Acordo cooperação técnica com o Eurostat com os objetivos de promover a coordenação e a cooperação no desenvolvimento de estatísticas oficiais, de aumentar as trocas entre os serviços estatísticos e de apoiar e promover as melhores práticas nas estatísticas oficiais, através do intercâmbio de informações estatísticas.



Prêmio ODS Brasil.
Você faz. O Brasil reconhece.
O mundo fica melhor.



22º SEMINÁRIO ESTADUAL DE DIVULGAÇÃO DO PRÊMIO ODS BRASIL

Com o slogan "Você faz. O Brasil reconhece. O mundo fica melhor", a premiação foi criada para reconhecer boas práticas que tenham contribuído para as metas de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, coordenada pelas Nações Unidas. O evento buscou não só divulgar o prêmio e as contribuições sustentáveis já feitas, mas também reforçar o debate sobre a Agenda, que atinge não só os níveis de governo, mas toda a sociedade. Objetivou, ainda, a construção de um banco de práticas sustentáveis, cujas iniciativas podem servir de referência para projetos posteriores, sobretudo para pequenos municípios.

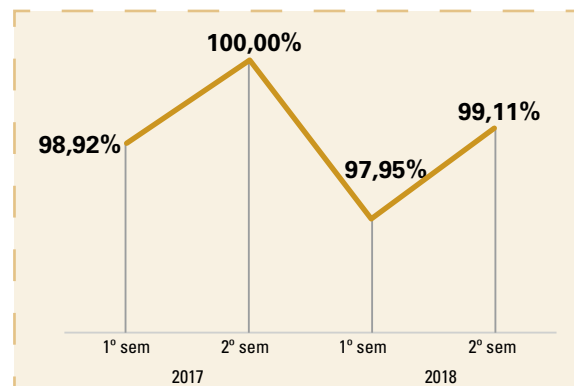
INDICADORES

O sucesso sustentado é alcançado quando a organização atrai e retém a confiança dos usuários e de outras partes interessadas e tem, nesta interação, uma oportunidade de criação de valor. Compreender e atender às necessidades (atuais e futuras) dos usuários e empenhar-se em exceder suas expectativas, produzindo e disseminando produtos relevantes que acompanhem as mudanças e as demandas da sociedade, é condição fundamental para o alcance desse sucesso.

Um conjunto de indicadores contribuem para que o IBGE monitore e avalie se as informações produzidas e disseminadas por ele têm se mantido relevantes e capazes de atender às necessidades dos usuários.

Além dos indicadores **Taxa Geral de Satisfação dos Usuários**, que avalia o grau de satisfação, possibilitando conhecer até que ponto suas expectativas são atendidas, e **Tempo Médio de Resposta**, apresentados na seção "Relacionamento com a sociedade" do capítulo 2, merecem destaque os seguintes indicadores:

TAXA DE RESULTADOS ALCANÇADOS



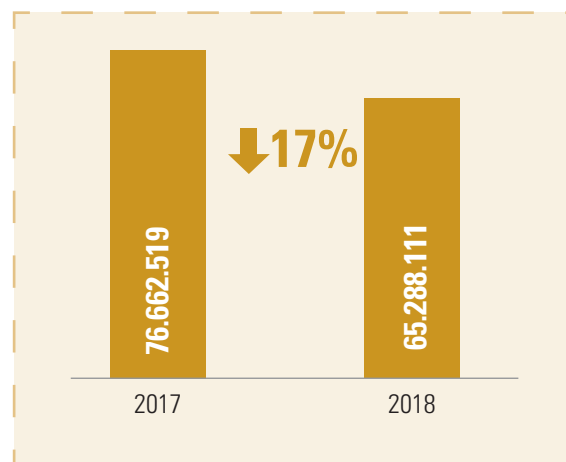
O objetivo do indicador é mensurar a dimensão eficácia, avaliando o cumprimento das metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional.

Em 2018, a Instituição apresentou uma ligeira queda alcançando o patamar de 97,95% no primeiro semestre e uma recuperação no segundo semestre do exercício chegando a 99,11%, conseguindo um ótimo desempenho, no que concerne a eficácia, no alcance das metas institucionais.

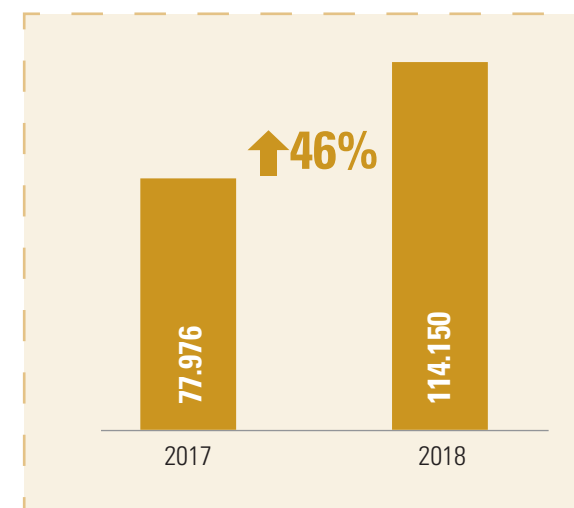
Nº DE USUÁRIOS ATENDIDOS PELO PORTAL DO IBGE

O indicador representa o número de usuários de informações estatísticas e geocientíficas atendidos, pelo Portal do IBGE, no ano de 2018.

A queda de aproximadamente 17% pode ter se dado em função da tendência de uso, por parte dos usuários, de novas formas de obtenção de informação, tais como: as redes sociais (facebook, instagram, twitter) e o Aplicativo IBGE para 'mobile'.



Nº DE MATÉRIAS NA MÍDIA QUE CITARAM O IBGE



O indicador tem o objetivo de monitorar as menções feitas na mídia sobre o IBGE e as informações disseminadas por ele.

O expressivo aumento em 2018 representa o quanto a informação disseminada pelo Instituto é relevante e tem valor para a sociedade.

5

Alocação de recursos e áreas especiais de gestão



O IBGE para assumir o papel de principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil e órgão das diversas esferas de governo, possui em sua estrutura quatro diretorias e duas coordenações gerais. A seguir, são apresentadas a base normativa, as atribuições e a forma de atuação das duas Diretorias de suporte que apoiam as atividades finalísticas.

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, de registros e análises contábeis, e de atividades de suporte às atividades administrativas realizadas nas unidades descentralizadas.¹

Diretoria de Informática

A Diretoria de Informática é responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administrar o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer as necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.²

¹ Art. 17 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, alterado pelo Decreto nº 8.952, de 9 de janeiro de 2017, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

² Art. 20 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, alterado pelo Decreto nº 8.952, de 9 de janeiro de 2017, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

O Plano Estratégico do IBGE 2017-2027, revisado a partir de dezembro de 2017, num trabalho que seguiu ao longo de 2018, apresenta as orientações estratégicas institucionais para o período sob uma nova perspectiva. Foi a partir do uso da ferramenta gerencial *Balanced Scorecard (BSC)*, com o intuito de redesenhar seu Mapa Estratégico, que se traduziu a missão e a estratégia da Instituição em um conjunto de 19 objetivos e medidas de desempenho, nas perspectivas de análise “aprendizagem e crescimento”, “processos” e “sociedade”. Também fruto desse esforço, são os instrumentos “Painel de Indicadores e Metas” e o “Portfólio de Projetos Estratégicos” que, a partir daquele momento, passou a ser composto de 48 projetos estratégicos, sendo as demais iniciativas classificadas como projetos setoriais, para acompanhamento no âmbito de suas diretorias.

O IBGE enfrenta dois grandes desafios na atualidade, as restrições orçamentárias e a redução de quadro de pessoal. São questões importantes para o Instituto, que vem aumentando sua produção, em resposta à demanda da sociedade, com a manutenção da qualidade e da confiabilidade amplamente reconhecidas.

Nesse contexto, cabe destacar algumas ações das áreas do IBGE, alinhadas à sua estratégia institucional, com objetivo de ilustrar avanços e resultados obtidos no decorrer de 2018.

Programa de Desenvolvimento de Lideranças

Ciente da importância do desenvolvimento constante de seus servidores e de suas lideranças para o alcance dos objetivos e metas institucionais, tal como o objetivo estratégico 14 “Equilibrar a força de trabalho”, o IBGE vem adotando

o Programa de Desenvolvimento de Lideranças, que tem como objetivo principal desenvolver os aspectos comportamentais de algumas competências dos gestores e potenciais líderes do IBGE. No ano de 2018, foram realizadas 11 turmas com participação de 376 servidores.

Investimentos de capital

IBGE fez investimentos diversos na aquisição de bens que elevaram seu patrimônio em um valor total de R\$ 23,6 milhões. Dentre os principais investimentos, cabe destacar os dois mais relevantes: R\$ 10,1 milhões em equipamentos de processamento de dados e R\$ 7,2 milhões em veículos de tração mecânica.

Segurança da Informação

O IBGE tem um compromisso legal com o sigilo das informações prestadas, previsto pela Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, sendo isso determinante para a confiabilidade e credibilidade da Instituição. O Instituto atua nesse sentido ao implementar ações de normatização de procedimentos e processos, investir em novas tecnologias e ao ofertar oportunidades de educação permanente do quadro de pessoal, sobretudo com a necessidade de atendimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, de Proteção de Dados Pessoais.

Sustentabilidade ambiental

O ano de 2018 marcou o início dos trabalhos do Comitê de Gestão da Sustentabilidade (CGS) para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IBGE 2019-2023 e de seu Plano de Trabalho para o ano de 2019. Nesse contexto, tanto esse quanto aquele pla-

no buscam institucionalizar a gestão da logística sustentável na Instituição, de maneira alinhada às determinações legais e dando continuidade ao desenvolvimento de iniciativas que objetivam o desenvolvimento organizacional sustentável. Dentre os exemplos de tais iniciativas, destacam-se medidas para a racionalização no uso de materiais de consumo, como os copos descartáveis e o papel A4, cujas reduções anuais de consumo verificadas em 2018 foram de 54% e 18%, respectivamente.

Racionalização das despesas

Diante de um processo sistemático de reduções orçamentárias das dotações da Ação “Administração da Unidade” diretamente responsável pelo orçamento da infraestrutura, o IBGE na busca por maior eficiência de gestão, promoveu algumas iniciativas internas de racionalização das despesas que produziram resultados positivos em itens como: (i) locação de imóveis, (ii) energia elétrica e (iii) água e

esgoto, todos exemplos de ações gerenciais bem-sucedidas ligadas à Administração Central do Instituto.

O cenário de restrições orçamentárias, principalmente pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que limitou as despesas da União ao montante gasto no ano anterior corrigido pela inflação, com o propósito de adequar o gasto público federal à capacidade de custear despesas. Nesse contexto, corre-se o risco de se ter impactos negativos sobre o plano de trabalho. Um claro compromisso com medidas de racionalização de gastos e maior controle gerencial apontam para uma necessária reflexão sobre a reorganização da estrutura da instituição, de maneira que permita a continuidade dos resultados até então alcançados.

Quanto ao quadro de servidores, podemos afirmar que o uso de TICs, o aumento da qualificação dos servidores oriundos dos últimos concursos e a automatização dos processos de trabalho, contribuíram para a manutenção

das atividades do IBGE, inclusive com aumento de sua produtividade. Por outro lado, as demandas por novas informações estatísticas e geocientíficas continuam crescendo, desenhando uma previsão de insustentabilidade, principalmente quando levamos em consideração os esforços necessários para a realização do Censo Demográfico 2020. A possibilidade de 500 novas aposentadorias até o final 2020, o fechamento de 12 agências por falta de servidores e o funcionamento de 61 agências com apenas um servidor, a não realização da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) no intervalo entre 2013 e 2017, são exemplos práticos de quanto é preocupante a situação atual e de quão urgente é a recomposição do quantitativo de pessoal no Instituto.

A conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública [SIAFI (Tesouro Gerencial), SIAPE, SIORG, SPIUnet, SIOP].

Gestão orçamentária e financeira

a) Perfil do Gasto do IBGE

1. Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função

EMPENHADO						
Funções de Governo	2016	%	2017	%	2018	%
Administração	1.336.244.204,60	57,4%	1.761.330.527,73	60,8%	1.568.488.261,17	56,9%
Previdência Social	990.176.271,05	42,6%	1.135.647.502,77	39,2%	1.186.119.965,30	43,1%
Encargos Especiais	13.335,03	0,0%	19.732,56	0,0%	62.415,98	0,0%
Segurança Pública	170.946,66	0,0%	386.358,31	0,0%	-	0,0%
Total Geral	2.326.604.757,34	100,0%	2.897.384.121,37	100,0%	2.754.670.642,45	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (06/02/2019)

LIQUIDADO						
Funções de Governo	2016	%	2017	%	2018	%
Administração	1.258.832.667,02	56,0%	1.598.276.342,32	58,5%	1.522.339.497,19	56,2%
Previdência Social	989.293.373,60	44,0%	1.135.647.502,77	41,5%	1.186.015.116,28	43,8%
Encargos Especiais	13.335,03	0,0%	19.732,56	0,0%	62.415,98	0,0%
Segurança Pública	164.625,33	0,0%	153.319,56	0,0%	-	0,0%
Total Geral	2.248.304.000,98	100,0%	2.734.096.897,21	100,0%	2.708.417.029,45	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (06/02/2019)

PAGO						
Funções de Governo	2016	%	2017	%	2018	%
Administração	1.257.101.822,35	56,0%	1.595.524.722,58	58,4%	1.435.655.917,55	56,2%
Previdência Social	989.293.308,60	44,0%	1.135.647.502,77	41,6%	1.120.845.841,04	43,8%
Encargos Especiais	13.335,03	0,0%	19.732,56	0,0%	58.599,98	0,0%
Segurança Pública	164.625,33	0,0%	153.319,56	0,0%	-	0,0%
Total Geral	2.246.573.091,31	100,0%	2.731.345.277,47	100,0%	2.556.560.358,57	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (06/02/2019)

As Funções de Governo representam o maior nível de agregação das diversas áreas das despesas que competem ao setor público. Estão diretamente relacionadas à competência do órgão orçamentário ao qual a ação se vincula. No que diz respeito às Funções de Governo, nos últimos anos, as atividades do IBGE contribuíram para quatro destas, quais sejam, Administração, Previdência Social, Encargos Especiais e Segurança Pública.

Dentre essas funções, a de maior representatividade no orçamento do IBGE tem sido a de “Administração” que, representando uma média de 58,4% do orçamento dos últimos anos, agrega tanto Ações finalísticas (voltadas à realização das atividades de pesquisa da organização) quanto Ações de apoio (voltadas à manutenção da infraestrutura da instituição).

Em segundo lugar fica a Função “Previdência Social” com uma média de 41,6%, seguida da Função “Encargos Especiais” e, por fim, particularmente nos anos de 2016 e 2017, a Função “Segurança Pública”. A existência desta última se deu em razão da realização da Ação “Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres”. Essa Ação foi resultado de uma colaboração feita pelo IBGE ao Plano “Gestão de Riscos e Respostas a Desastres” no sentido de disponibilizar informações cartográficas acerca das áreas que apresentavam risco de desastre natural identificadas pelo Governo.

2. Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de despesa / Elemento de despesa	2016	%	2017	%	2018	%
Pessoal	1.951.933.870,05	83,9%	2.150.004.826,88	74,2%	2.145.698.318,35	77,9%
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	796.497.930,11	40,8%	914.832.745,44	42,6%	955.264.270,44	44,5%
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	704.863.042,82	36,1%	738.456.588,53	34,3%	696.384.333,67	32,5%
03 - Pensões do RPPS e do Militar	176.592.067,11	9,0%	212.264.593,94	9,9%	224.289.887,77	10,5%
Demais despesas de pessoal	273.980.830,01	14,0%	284.450.898,97	13,2%	269.759.826,47	12,6%
Custeio (Outras Despesas Correntes)	310.379.667,01	13,3%	664.760.593,34	22,9%	580.684.752,28	21,1%
04 - Contratação por tempo determinado	34.375.678,06	11,1%	267.066.246,11	40,2%	232.598.704,26	40,1%
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	128.829.182,44	41,5%	126.345.221,74	19,0%	66.928.835,17	11,5%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	-	0,0%	-	0,0%	39.766.008,36	6,8%
33 - Passagens e despesas com locomoção	6.638.616,54	2,1%	44.455.149,23	6,7%	37.169.817,48	6,4%
37 - Locação de mão-de-obra	30.988.196,10	10,0%	33.787.183,94	5,1%	37.066.381,54	6,4%
04 - Contratação por tempo determinado	-	0,0%	48.273.416,35	7,3%	33.088.816,83	5,7%
Demais despesas de custeio	109.547.993,87	35,3%	144.833.375,97	21,8%	134.066.188,64	23,1%
Investimentos	64.291.220,28	2,8%	82.618.701,15	2,9%	28.287.571,82	1,0%
52 - Equipamentos e material permanente	57.717.467,46	89,8%	74.348.946,28	90,0%	17.488.141,62	61,8%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	-	0,0%	-	0,0%	6.101.334,83	21,6%
Demais despesas de investimento	6.573.752,82	10,2%	8.269.754,87	10,0%	4.698.095,37	16,6%
Total Geral	2.326.604.757,34	100,0%	2.897.384.121,37	100,0%	2.754.670.642,45	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (06/02/2019)

A tabela acima traz os valores empenhados nos anos de 2016 a 2018, por Grupo de Natureza da Despesa (GND) e principais Elementos de despesa, tendo em sua última coluna a média de participação de cada grupo e elemento de despesa no ano de 2018. A título elucidativo cabe mencionar que o Grupo de Natureza da Despesa (GND) constitui um agregador de elementos de despesa com as mesmas características no que se refere ao objeto do gasto e o elemento de despesa trata-se de um código de dois algarismos que tem por finalidade identificar o objeto do gasto. A partir da análise da tabela é possível verificar que os gas-

tos do IBGE se concentram, basicamente, nos grupos de despesa: Pessoal, Custeio (Outras Despesas Correntes) e Investimento.

Os gastos de pessoal englobam as despesas com o pagamento de pessoal ativo e aposentados, representando a maior parcela dos grupos de despesa com uma participação de, aproximadamente, 78% dos valores empenhados no exercício de 2018.

Em segundo lugar, com aproximadamente 21% dos valores empenhados em 2018, ficam as despesas de Custeio que dão conta das atividades

finalísticas e da manutenção da infraestrutura da instituição. O principal gasto nesse grupo se deu com elemento de despesa "Contratação por tempo determinado" voltado, majoritariamente, ao pagamento dos profissionais temporários encarregados das atividades censitárias realizadas pela instituição nesse ano.

No que se refere ao grupo "Investimentos", que representou aproximadamente 1% dos empenhos de 2018, a maior parcela do gasto destinou-se à aquisição de material permanente e à contratação de serviços de tecnologia por parte de Pessoa Jurídica.

3. Execução orçamentária das principais Ações do IBGE

A tabela abaixo traz a execução (valor empenhado) das ações do IBGE nos últimos três anos divididas em duas categorias de despesa, quais sejam, Obrigatórias e Discricionárias. A primeira (Obrigatórias) é composta por Ações padrão do Governo sobre as quais o IBGE não tem qualquer poder de decisão em razão de se tratar de despesas obrigatórias da União. No IBGE, compõem as Ações obrigatórias despesas como: salário dos servidores, aposentadorias, previdência e benefícios.

Já a segunda (Discricionárias) refere-se às

Ações sobre as quais o IBGE possui ingerência e, portanto, gestão orçamentária. Compõem esse grupo tanto as Ações voltadas à realização das pesquisas estatísticas e levantamentos geocientíficos, quanto as Ações direcionadas à manutenção da infraestrutura de trabalho e capacitação dos servidores.

As Ações obrigatórias como um todo representaram, em 2018, 81,4% do total empenhado, sendo este percentual equivalente a 2,24 bilhões de reais. Ainda no que tange às despesas obrigatórias, as Ações: "Aposentadorias e Pensões Civis da União" e "Ativos Civis da União" foram as de maior expressividade nesta categoria e representaram, conjuntamente, algo em torno

de 73,3% dos valores empenhados nos últimos anos. Particularmente em 2018, a execução dessas duas Ações totalizou, aproximadamente, 2 bilhões de reais como pode ser verificado na tabela que baliza a presente análise.

O percentual restante dos valores empenhados em 2018, aproximadamente 18,6% (513,7 milhões de reais), destinou-se à realização das Ações discricionárias do IBGE. Dentre estas, destacaram-se as Ações "Administração da Unidade", "Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico" e "Pesquisas e Estudos Estatísticos" que juntas somaram cerca de 489 milhões de reais. Essa quantia equivaleu a 17,8% do total empenhado em 2018.

Categorias / Ações	2016	%	2017	%	2018	%
Obrigatórias	2.047.902.132,43	88,0%	2.246.463.279,23	77,5%	2.240.934.377,58	81,4%
Aposentadorias e Pensões Civis da União	990.134.031,05	48,3%	1.135.602.526,77	50,6%	1.186.119.965,30	52,9%
Ativos Civis da União	822.230.451,92	40,1%	868.173.817,29	38,6%	824.523.714,03	36,8%
Demais ações	235.537.649,46	11,5%	242.686.935,17	10,8%	230.290.698,25	10,3%
Discricionárias	278.702.624,91	12,0%	650.920.842,14	22,5%	513.736.264,87	18,6%
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	3.208.920,91	1,2%	430.336.139,73	66,1%	284.283.258,90	55,3%
Administração da Unidade	219.967.157,88	78,9%	160.652.796,30	24,7%	163.958.824,11	31,9%
Pesquisas e Estudos Estatísticos	39.858.362,97	14,3%	38.072.592,64	5,8%	40.906.725,47	8,0%
Demais ações	15.668.183,15	5,6%	21.859.313,47	3,4%	24.587.456,39	4,8%
Total Geral	2.326.604.757,34	100,0%	2.897.384.121,37	100,0%	2.754.670.642,45	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (06/02/2019)

b) Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

Em R\$ bilhões

Categorias / Grupo de despesa	2016			2017			2018		
	Dotação atualizada	Execução	% Execução	Dotação atualizada	Execução	% Execução	Dotação atualizada	Execução	% Execução
Obrigatória	2,09	2,05	98,0%	2,30	2,25	97,7%	2,41	2,24	92,8%
Pessoal	1,99	1,95	98,1%	2,20	2,15	97,9%	2,31	2,15	92,9%
Custeio	0,10	0,10	96,4%	0,10	0,10	92,9%	0,10	0,10	90,8%
Discrecionária	0,29	0,28	96,3%	0,75	0,65	87,3%	0,52	0,51	99,0%
Custeio	0,22	0,21	95,5%	0,66	0,57	86,4%	0,49	0,49	99,4%
Investimento	0,06	0,06	99,0%	0,09	0,08	93,9%	0,03	0,03	92,1%
Inversões financeiras	0,00	-	0,0%	-	-	-	-	-	-
Total Geral	2,38	2,33	97,8%	3,05	2,90	95,1%	2,93	2,75	93,9%

Fonte: Tesouro Gerencial (06/02/2019)

A tabela acima traz as dotações orçamentárias do IBGE entre os exercícios de 2016 a 2018, suas respectivas execuções e percentuais de execução, estando os mesmos divididos por Categoria e Grupo de Despesa. A análise dos percentuais de execução considera a divisão por categoria de despesa, dado que uma avaliação correta da performance do IBGE na execução de seus recursos implica, necessariamente, a separação entre os recursos sobre os quais o

IBGE possui ingerência (discrecionário) e aqueles sobre os quais o IBGE não possui qualquer tipo de gestão (obrigatório).

Como pode ser visto na tabela, o IBGE tem apresentado elevada aderência entre o planejamento, materializado na figura da dotação atualizada, e a execução do orçamento programado, tendo sido o exercício de 2018 um destaque nesse quesito. Nesse exercício, as despesas

discrecionárias atingiram um percentual de execução de 99,0%, tendo as despesas com investimentos alcançado um patamar de 92,1% e as despesas de custeio chegado a um percentual de 99,4%. O bom aproveitamento observado nesses dois Grupos de Despesa deve-se ao fato da maioria das Ações discrecionárias programadas para 2018 ter performado acima de 90% no que diz respeito à execução dos orçamentos programados.

Tendências identificadas

No que diz respeito a possíveis tendências diante do quadro orçamentário apresentado, verifica-se alguns pontos de atenção que cabem ser mencionados

Em 2018 observou-se uma tímida redução das despesas de pessoal (-0,2%) em relação ao exercício de 2017 como consequência do alto índice de aposentadorias que o IBGE vem apresentando. Ainda assim, a economia proporcionada por esta dinâmica, embora bem-vinda, tende a gerar impacto direto sobre a operação que, em seus moldes atuais, não comporta reduções sensíveis no quadro. Essa perda de servidores acaba tendo reflexos na qualidade da produção finalística da instituição, tornando-a indesejável e insustentável. Nesse sentido, devemos verificar, nos exercícios vindouros, um aumento das despesas com pessoal em função da necessária reposição do quadro funcional do IBGE.

No que diz respeito às despesas discricionárias de custeio pode-se apontar outra tendência preocupante fundamentada pelos dados abaixo:

A tabela abaixo traz a dotação orçamentária e a execução (valor empenhado) de custeio das principais Ações discricionárias do IBGE, nos anos de 2016 a 2018, junto aos seus respectivos percentuais de execução. Essas

Ações foram destacadas, tanto pelo fato de serem as responsáveis pela produção dos principais produtos do IBGE, quanto porque, juntas, equivaleram a cerca de 98% das despesas discricionárias de custeio da instituição no exercício de 2018.

Observa-se, então, que essas principais Ações atingiram em 2018 um percentual de execução de 99,7%, caracterizando o bom uso do recurso público. Todavia tal performance, notadamente no que diz respeito à “Ação Administração da Unidade”, traz consigo algumas preocupações que devem ser abordadas.

A análise do histórico das dotações alocadas à Ação “Administração da Unidade” mostra que esta Ação vem apresentando desde 2016 um processo sistemático de redução orçamentária que se estende até 2018. Diante disso o IBGE, engajado na busca por maior eficiência de gestão, promoveu algumas iniciativas internas de racionalização das despesas que produziram resultados positivos em itens como: (i) locação de imóveis, (ii) energia elétrica e (iii) água e esgoto, todos exemplos de ações gerenciais bem-sucedidas ligadas à Administração Central do Instituto.

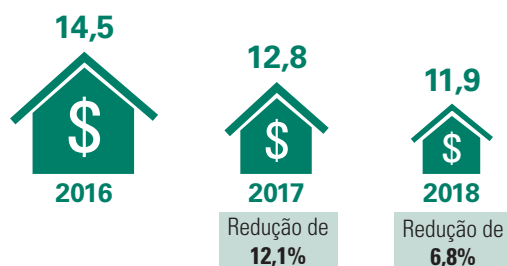
Ações	Execução 2016	Execução 2017	Var 16-17	Execução 2018	Var 17-18
Pessoal	1.951.933.870,05	2.150.004.826,88	10,1%	2.145.698.318,35	-0,2%
Aposentadorias e Pensões Civis da União	990.134.031,05	1.135.602.526,77	14,7%	1.186.119.965,30	4,4%
Ativos Civis da União	822.230.451,92	868.173.817,29	5,6%	824.523.714,03	-5,0%
Ação Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	139.569.387,08	146.228.482,82	4,8%	135.054.639,02	-7,6%
Total Pessoal	1.951.933.870,05	2.150.004.826,88	10,1%	2.145.698.318,35	-0,2%

Fonte: Tesouro Gerencial (06/02/2019)

Em R\$

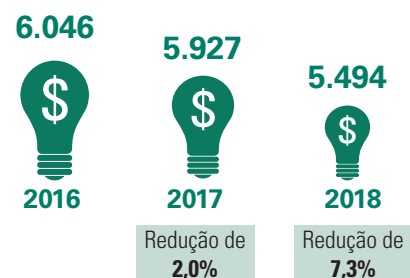
Ações	Dotação atualizada	Execução 2016	% Exec.	Dotação atualizada	Execução 2017	% Exec.	Dotação atualizada	Execução 2018	% Exec.
Custeio	220,33	211,24	95,9%	642,35	559,36	87,1%	475,98	474,48	99,7%
Administração Da Unidade	159,88	158,57	99,2%	152,50	148,47	97,4%	146,10	146,03	100,0%
Gestão Da Documentação E Disseminação De Informações	5,08	4,91	96,7%	5,85	5,17	88,4%	5,40	5,39	99,9%
Censos Demográfico, Agropecuário E Geográfico	5,50	3,21	58,3%	437,65	363,50	83,1%	282,44	281,32	99,6%
Pesquisas E Estudos Estatísticos	44,59	39,86	89,4%	41,38	37,71	91,1%	37,37	37,11	99,3%
Pesquisas, Estudos E Levantamentos Geocientíficos	5,28	4,69	88,7%	4,97	4,51	90,6%	4,67	4,62	99,0%
Total	220,33	211,24	95,9%	642,35	559,36	87,1%	475,98	474,48	99,7%

Gasto com locação de imóveis na Administração Central (em milhões de reais)



Repactuação, em abril de 2017, do valor do metro quadrado alugado no Complexo Chile, de R\$ 110,00 para R\$ 90,00, gerando uma economia mensal com este aluguel superior a **R\$ 200mil**

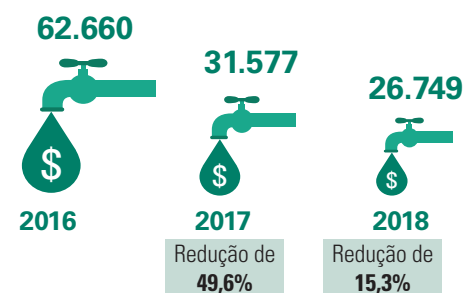
Consumo de energia elétrica na Administração Central (em kWh x 1.000)



Ações de racionalização de consumo

- Substituição gradual de lâmpadas fluorescentes por outras do tipo LED;
- Troca de aparelhos de ar-condicionado por outros que contenham o selo Procel de eficiência energética, classificação "A";
- Instalação de sensores de presença para iluminação de corredores e banheiros;
- Manutenção sistemática dos quadros parciais de energia.

Consumo de água e esgoto na Administração Central (em m³)



Ações de racionalização de consumo

- Substituição da rede aterrada de água;
- Substituição de hidrômetros;
- Instalação de torneiras com temporizador;
- Instalação de descargas com duplo acionamento; e
- Verificação diária dos registros, torneiras e válvulas de descarga a fim de identificar e tratar possíveis vazamentos.

Cabe destacar que, nos casos das despesas com energia elétrica e água e esgoto apresentadas acima, os seus respectivos gastos mantiveram-se praticamente constantes entre 2016 e 2018, apesar da inflação acumulada nesses anos. Tais gastos, por sua vez, não revelam a redução sistemática dos consumos, em quilowatt-hora e em metros cúbicos, das referidas despesas no período.

Ainda assim, em 2018, a “Ação Administração da Unidade” atingiu um percentual de execução de 100%, o que é alarmante, uma vez que as despesas que compõem essa Ação são majoritariamente voltadas ao custeio de manutenção da infraestrutura da instituição. Essa despesa é formada, em grande parte, por contratos continuados onde não há mais margem para reduções.

Sendo assim, se o contexto de restrições orçamentárias que impactam em particular a ação Administração da Unidade perdurar, corre-se o risco de se ter impactos negativos sobre o plano de trabalho. Nesse sentido, um claro compromisso com medidas de racionalização de gastos e maior controle gerencial apontam para uma necessária reflexão sobre a reorganização da infraestrutura da instituição, de forma a permitir a continuidade dos resultados até então alcançados.

c) Explicações sobre variações do resultado do desempenho financeiro

Ao analisar o Balanço Financeiro do 2º semestre de 2018, verifica-se que o aumento da disponibilidade de caixa durante o exercício foi de 80%, R\$ 77.776.361,16. Este exercício terminou com saldo significativo em caixa, pois a folha de dezembro foi paga somente em janeiro de 2019. Isso ocorreu devido à mudança de rotina no sistema para pagamento de Ordens Bancárias (OB) e, conforme mensagem 2018/1569926, a folha de pagamento referente a dezembro só teve OB's geradas em 02/01/2019.

Houve redução nas receitas orçamentárias, pois em 2017 foi realizado concurso, o que elevou bastante o saldo no período. Além disso, até 2017, as Receitas Orçamentárias Ordinárias contemplavam os valores realizados na fonte 0100 – Tesouro, porém a partir de 2018 essa fonte deixou de refletir nas contas de receitas orçamentárias, ficando registrada somente em contas de controle. Os Recebimentos Orçamentários foram superiores aos Dispendios Orçamentários em apenas 0,31%.

As despesas orçamentárias empenhadas neste exercício, quando comparadas ao exercício de 2017, apresentaram uma redução de 5%. Do total empenhado, 1,68% não foi liquidado e 92,81% já foi liquidado e pago.

Com relação ao pagamento de Restos a Pagar não Processados e Processados, verifica-se que houve um aumento no exercício de 2018, de 73,5%. No que se refere às inscrições em Restos a Pagar no ano de 2018, houve um grande aumento nos valores inscritos em Restos a Pagar Processados, sendo de 5419%.

Principais desafios e ações futuras

Principais desafios

- Acompanhar os desdobramentos da execução orçamentária e financeira no momento da implantação do e-Social, com reflexos na "Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf" que será obrigatória para os órgãos públicos a partir de janeiro de 2020.

Ações futuras

- Implantação da contabilidade de custos;
- Aplicação do regime de competência nas despesas registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); e
- Automação dos processos de execução orçamentária e financeira.

1. Gestão de pessoas

A área de Gestão de Pessoas do IBGE é responsável pelas questões ligadas à administração de pessoal (folha de pagamento, benefícios, aposentadorias, pensões, processos judiciais); ao provimento (seleções internas e externas); à movimentação de pessoas; ao acompanhamento de RH; à avaliação de desempenho; aos cargos e salários; ao desenvolvimento de pessoas; e à saúde e segurança do trabalhador, além do atendimento às normas e legislações vigentes.

Atualmente, o IBGE conta com cerca de 10.000 trabalhadores em campo, entre servidores efetivos e temporários. Somando aposentados e pensionistas a esse número, são mais de 20.000 pessoas em sua folha de pagamento, o que representa mais de 80% de todo o orçamento do Instituto. Logo, a gestão de pessoas é atividade estratégica e delicada na instituição.

1.1 Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o IBGE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Nesse contexto, o IBGE verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do MP, Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), e orienta as Unidades Estaduais quanto aos regulamentos aplicáveis.

Controles e auditorias

As informações registradas no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) são submetidas a auditorias internas preventivas, a fim de verificar se as atividades de administração de pessoal encontram-se de acordo com os normativos vigentes.

Todos os processos de aposentadoria e pensão, bem como seus cálculos, são verificados por auditoria interna. Além disso, todas as diligências apontadas por órgãos externos de fiscalização, como TCU e CGU, são analisadas para que as correções pertinentes sejam realizadas.

Em 2018, o TCU enviou ao IBGE 386 indícios de irregularidade em atos de pessoal. Todos os indícios foram respondidos, sendo, em sua grande maioria, causados por erro operacional.

Controle de ponto

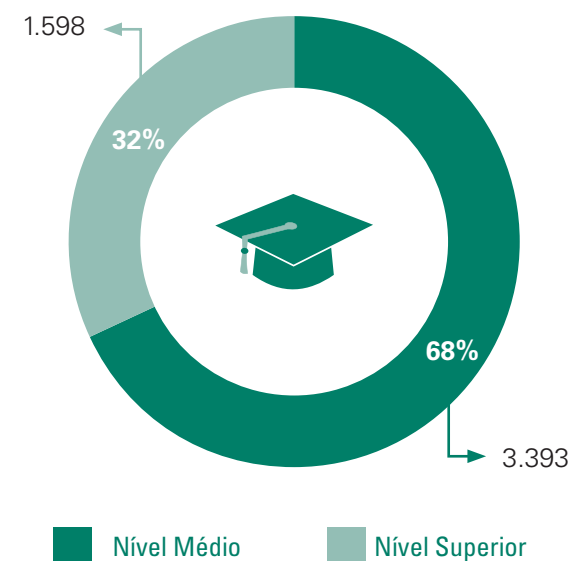
Em atendimento ao Decreto 1.867, de 17 de abril de 1996, o registro de assiduidade e pontualidade dos servidores, estagiários e contratados temporários, é realizado mediante controle eletrônico de ponto. No caso de ausências ao trabalho não compensadas, há desconto na remuneração proporcional aos minutos não trabalhados. Por exemplo, apenas na folha de pagamento de dezembro/2018, o total de descontos referentes a faltas e atrasos lançados em folha de pagamento de servidores foi de R\$ 124.443,96.

O IBGE instruiu processos a título de Reposição ao Erário, a fim de devolver aos cofres públicos valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e pensionistas. Em 2018, o total de descontos de reposição ao erário lançados em folha de pagamento foi de R\$ 362.999,16.

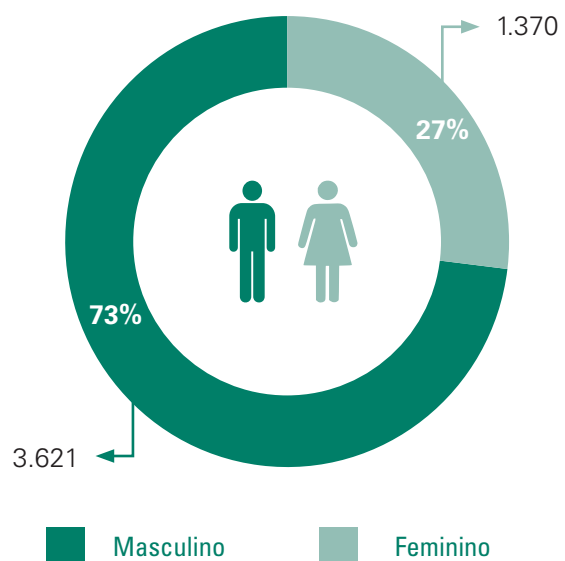
1.2 Avaliação da força de trabalho

Apresentamos a seguir a distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício.

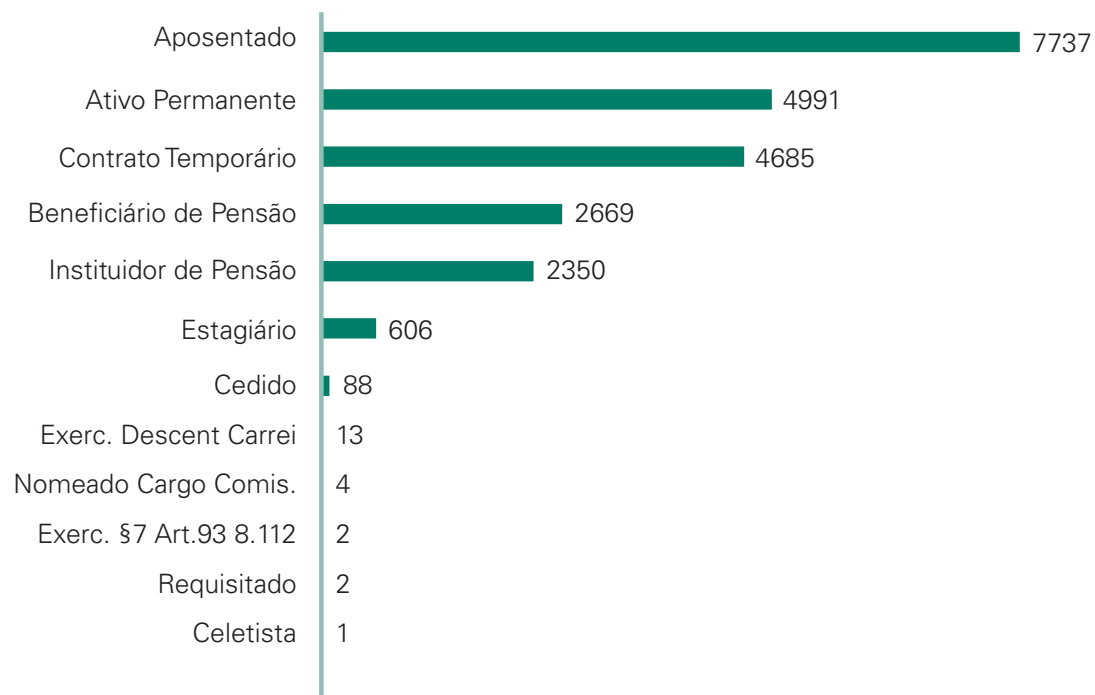
Escolaridade dos servidores efetivos



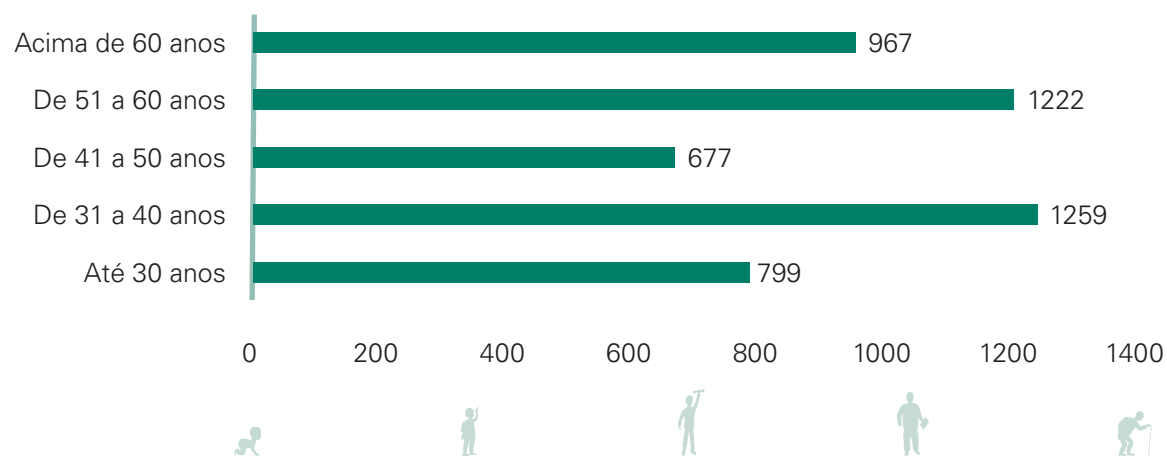
Gênero dos servidores efetivos



Número de servidores por situação funcional

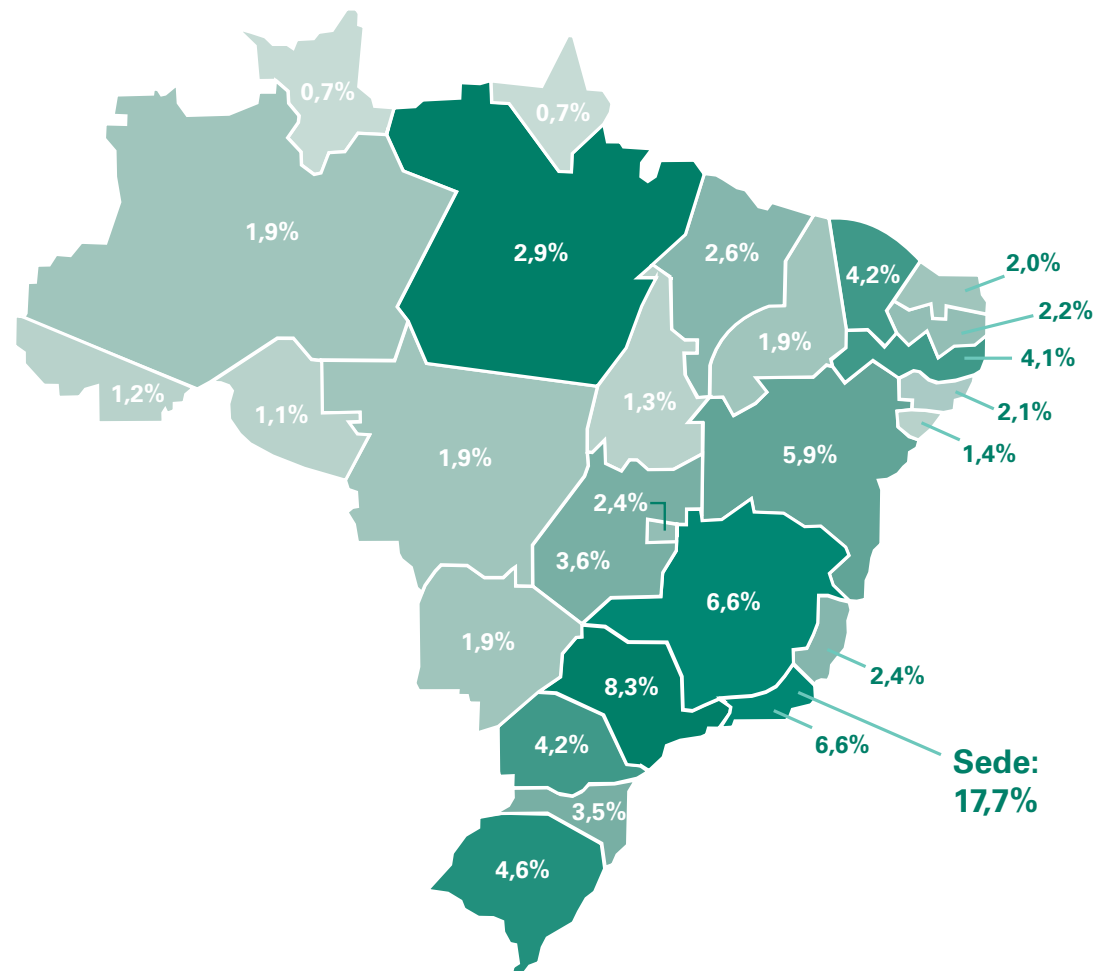


Número de servidores efetivos por faixa etária



UF	Sigla	Efetivo	Temporário	Total Geral
Sede do IBGE	RJ	1.520	192	17,7%
Acre	AC	30	84	1,2%
Alagoas	AL	66	142	2,1%
Amazonas	AM	60	128	1,9%
Amapá	AP	28	43	0,7%
Bahia	BA	288	287	5,9%
Ceará	CE	170	235	4,2%
Distrito Federal	DF	113	122	2,4%
Espírito Santo	ES	78	158	2,4%
Goiás	GO	144	202	3,6%
Maranhão	MA	104	151	2,6%
Minas Gerais	MG	328	315	6,6%
Mato Grosso do Sul	MS	71	109	1,9%
Mato Grosso	MT	73	108	1,9%
Pará	PA	139	143	2,9%
Paraíba	PB	86	126	2,2%
Pernambuco	PE	158	236	4,1%
Piauí	PI	72	112	1,9%
Paraná	PR	206	200	4,2%
Rio de Janeiro	RJ	262	374	6,6%
Rio Grande do Norte	RN	85	105	2,0%
Rondônia	RO	41	67	1,1%
Roraima	RR	21	42	0,7%
Rio Grande do Sul	RS	204	242	4,6%
Santa Catarina	SC	145	194	3,5%
Sergipe	SE	60	79	1,4%
São Paulo	SP	400	403	8,3%
Tocantins	TO	39	86	1,3%
Total Geral	-	4.991	4.685	100,0%

Distribuição do quadro efetivo e temporário por unidade da federação



1.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Concurso público

Ainda em 2018, o IBGE teve resposta à sua solicitação ao extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de autorização para o provimento de 600 vagas para os cargos de analista e tecnologista e 1.200 vagas para o cargo de técnico. O pedido não foi autorizado.

Processos seletivos simplificados

Edital	Função	Vagas	Observações
02/2016	Agente de Pesquisas e Mapeamento (APM)	7.500	Validade prorrogada para 03/10/2020.
03/2016	Agente de Pesquisas por Telefone (APT) Supervisor de Pesquisas	300 – APT 25 - SUPERVISOR	Validade prorrogada para 03/10/2020.
01/2017	Analista Censitário	171	Validade: 09/08/2019.
	Agente Censitário Administrativo (ACA)	344	
	Agente Censitário Regional (ACR)	350	
	Agente Censitário de Informática (ACI)	174	

Processos seletivos internos

O Processo de Seleção Interna (PSI) para o preenchimento de cargos gerenciais é realizado para escolher os Chefes das Unidades Estaduais do IBGE desde 2003 e os Coordenadores das Diretorias e Coordenações-Gerais do Instituto, desde 2015, quando há a vacância do cargo.

Este processo abrange o recrutamento e a seleção de servidores para a vaga aberta, utilizando-se, para isso, as seguintes etapas: (1) Análise de currículo, (2) Prova situacional, (3) Dinâmica de Grupo ou Entrevista por Competências e (4) Entrevistas médico social e Entrevista Técnica com o os Diretores e Coordenadores-Gerais adjuntos. O Processo de Seleção Interna termina com a indicação de uma lista tríplex para os membros do Conselho Diretor que, finalmente, decidem pelo nome do novo ocupante da vaga em aberto.

Em 2018, foram realizados 3 Processos de Seleção Interna para a preenchimento de três vagas de Chefes de Unidades Estaduais. Além disso, a seleção interna para o cargo de Chefe da Unidade Estadual do IBGE em Alagoas foi iniciada, em 2018.

Processos Seletivos	Localidades com vagas
2018.1	Rio Grande do Norte
2018.2	Santa Catarina
2018.3	Roraima
2018.4 (em andamento)	Alagoas

Censo Demográfico 2020

Em 2018, foram encaminhados três ofícios para solicitação de contratação temporária de pessoal para a realização do Censo Demográfico 2020. A autorização para esta contratação não foi concedida no decorrer de 2018.

- Ofício IBGE/PR nº 248, de 18/05/2018 - solicitação de autorização para contratação temporária de 397 analistas censitários para o planejamento operacional do Censo.
- Ofício IBGE/PR nº 355, de 15/08/2018 - solicitação de autorização para contratação temporária de pessoal para o Censo Experimental, conforme abaixo:
Agente Censitário Municipal: 3 vagas;
Agente Censitário Supervisor: 28 vagas;
Recenseador: 220 vagas.
- Ofício IBGE/PR nº 526, de 20/12/2018 - solicitação de autorização de contratação de pessoal temporário para atividades que ocorrerão em 2020, inclusive aquelas que antecedem a coleta de dados, conforme abaixo:
Coordenador Censitário de Subárea: 1.450 vagas;
Agente Censitário Operacional: 800 vagas;
Agente Censitário Municipal: 6.500 vagas;
Agente Censitário Supervisor: 26.000 vagas;
Recenseador: 207.000 vagas;
Codificador Censitário: 500 vagas.

1.4 Detalhamento da despesa de pessoal

A área de Recursos Humanos do IBGE é descentralizada e estrutura-se com uma Supervisão/Gerência de Recursos Humanos em cada Unidade Estadual para atender as demandas de administração de pessoal locais. As rotinas de pagamento também são descentralizadas, havendo treze (13) Unidades Pagadoras distintas, responsáveis pela folha de pagamento de sua Unidade Estadual e outras, conforme abaixo:

IBGE - Unidades Pagadoras



Entre 2014 e 2018, o custo com despesas de pessoal com as situações funcionais de Ativos, Aposentados e Instituidor de Pensão, foram:

Despesas de Pessoal				
Anos	Ativos	Aposentados	Instituidor	Total Geral
2014	R\$ 783.608.978	R\$ 667.690.181	R\$ 184.859.949	R\$ 1.636.159.108
2015	R\$ 795.617.434	R\$ 730.541.850	R\$ 201.339.330	R\$ 1.727.498.614
2016	R\$ 776.613.653	R\$ 837.671.723	R\$ 219.362.876	R\$ 1.833.648.252
2017	R\$ 810.681.621	R\$ 968.224.847	R\$ 241.740.558	R\$ 2.020.647.026
2018	R\$ 762.407.520	R\$ 1.010.061.659	R\$ 249.840.325	R\$ 2.022.309.504
Total Geral	R\$ 3.928.929.206	R\$ 4.214.190.260	R\$ 1.097.143.038	R\$ 9.240.262.504

Fonte: SIAPE

1.5 Remuneração, avaliação de desempenho e meritocracia.

Composição Remuneratória aplicada aos servidores do IBGE

O IBGE possui cinco cargos, cuja composição remuneratória é apresentada abaixo:

Cargos de Nível Superior						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Pesquisador	Mestrado	5.440,06	3.159,20	991,81	9.591,07	40h
	Doutorado			2.269,54	10.868,80	

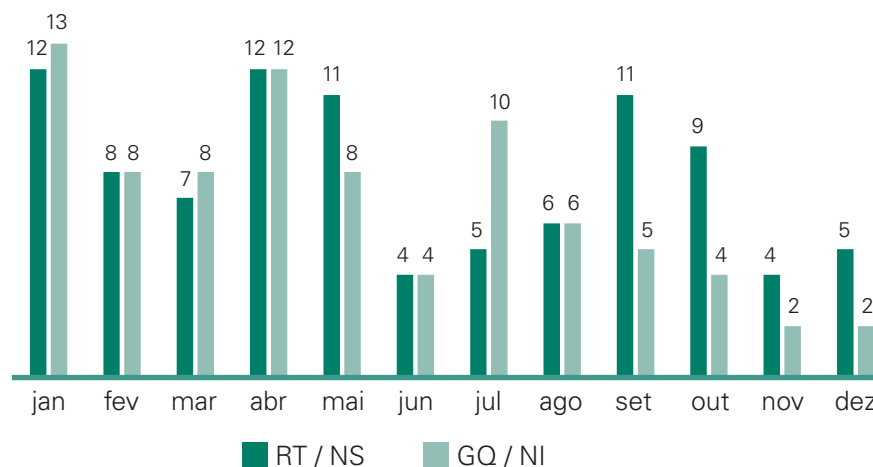
Cargos de Nível Superior						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Analista e Tecnologista	Sem Titulação			-	7.755,07	40h
	Especialização	4.821,47	2.933,60	435,26	8.190,33	
	Mestrado			870,51	8.625,58	
	Doutorado			1.921,27	9.676,34	

Cargos de Nível Intermediário/Médio						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Técnico	Sem GQ			-	3.432,87	40h
	GQ I	2.455,27	977,60	472,30	3.905,17	
	GQ II			897,37	4.330,24	
	GQ III			1.705,00	5.137,87	

No ano de 2018, tivemos um total de 2.802 progressões funcionais deferidas e 187 progressões funcionais indeferidas, por não atendimento aos requisitos legais previstos.

Apresentamos ao lado o gráfico de concessão de Retribuição por Titulação para nível superior (RT/NS) e Gratificação por Qualificação para nível médio (GQ/NI). Foram um total de 94 e 82 concessões, em 2018, respectivamente.

Número de servidores por situação funcional



A busca da recomposição remuneratória em termos de poder aquisitivo, dadas as perdas acumuladas desde o último reajuste ocorrido, o qual se deu em 1º de janeiro de 2017, é um desafio para o IBGE, assim como para diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Programa de Acompanhamento das Unidades Estaduais

O IBGE possui Unidades Estaduais distribuídas em cada um dos estados brasileiros. O Programa de Acompanhamento das Unidades Estaduais teve início em 2017. Os principais objetivos do programa são: aprimorar a comunicação entre a Sede e as Unidades Estaduais; compreender as demandas específicas das Unidades relacionadas à gestão de pessoas (como clima organizacional, satisfação dos servidores, gestão de equipes e de conflitos etc.), propondo ações práticas de acordo com cada realidade; e acompanhar a gestão estabelecida pelos líderes, identificando pontos de melhoria que são comunicados à Chefia, em reunião de *feedback*. Em 2018, foi realizado o acompanhamento nas Unidades Estaduais da Paraíba, Mato Grosso, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Roraima e Bahia.

Unidade Estaduais envolvidas no Programa de Acompanhamento em 2018



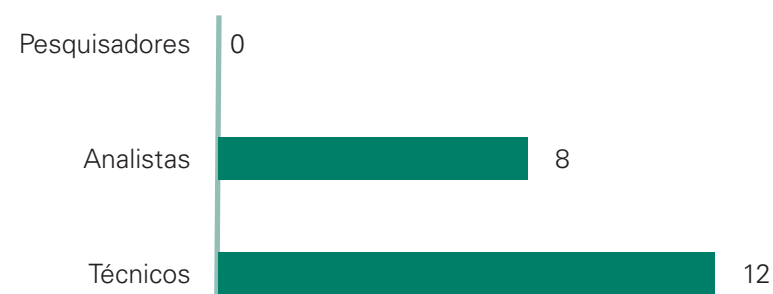
Avaliação de Desempenho Individual

O processo de avaliação de desempenho está configurado na Lei do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE (Lei 11.355/2006) e regulamentado internamente, pela Resolução do Conselho Diretor nº 14, de 2014. O desempenho dos servidores é aferido semestralmente, por meio de processo de avaliação que utiliza as metas de desempenho institucional e individual como referência para pagamento da gratificação de desempenho do órgão (GDI-BGE), bem como para a homologação do estágio probatório dos ingressantes por concurso público. No segundo semestre de 2018, foram realizadas 5.071 avaliações de desempenho dos servidores do quadro efetivo.

Estágio Probatório

Em 2018, concluíram o estágio probatório 20 servidores, adquirindo estabilidade e passando a fazer jus a alguns benefícios que possuem a estabilidade como pré-requisito, dentre eles, Licença para Interesse Particular, Licença Capacitação e Licença para Mestrado e Doutorado:

Número de servidores por cargo que concluíram o estágio probatório em 2018



1.6 Capacitação

Nos últimos anos, o IBGE, ciente da importância do desenvolvimento constante de seus servidores e de suas lideranças para o alcance dos objetivos e metas institucionais, vem adotando, com o objetivo de fortalecer as competências do quadro de servidores, uma série de ações e programas. Importante destacar o Programa de Desenvolvimento de Lideranças, que tem como objetivo principal desenvolver os aspectos comportamentais de algumas competências dos gestores e potenciais líderes do IBGE.

A execução do Programa está alinhada ao Plano Estratégico do IBGE 2017–2027, que tem como objetivo estratégico nº 14 “Equilibrar a força de trabalho”, o que inclui a “identificação e formação de líderes, sucessores e gestores e a retenção de talentos para alocação em projetos adequados às suas competências”.

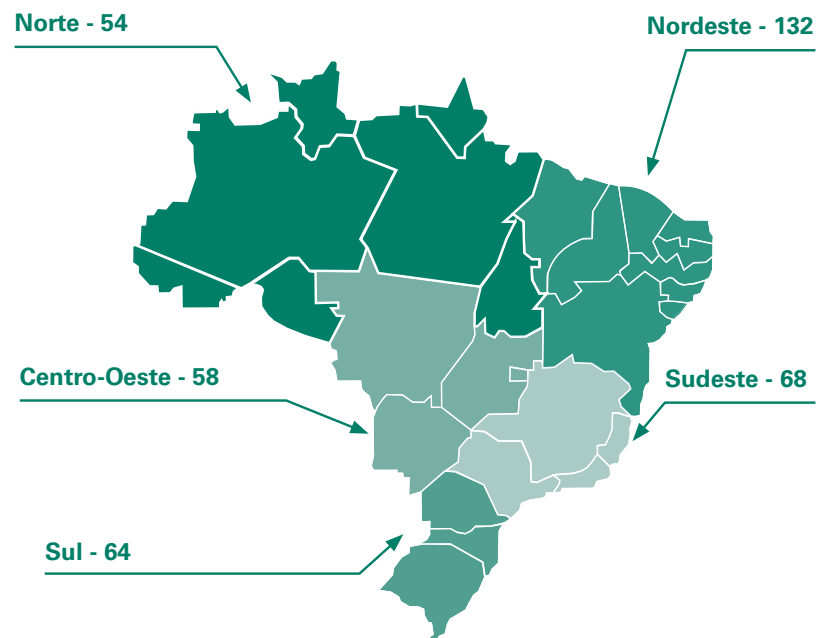
No ano de 2018, foram realizadas as seguintes edições do programa:

Programa de Desenvolvimento de Lideranças – Supervisores e Gerentes de Unidades Estaduais

Desenhado pelo IBGE em parceria com a FGV, foi executado por docentes da FGV por meio de 3 Oficinas, totalizando 5 dias de atividades e 40 horas de capacitação para cada turma. Foram capacitados 376 servidores e o valor do investimento de contratação da FGV foi de R\$ 854.000,00.

Região	Nº de participantes	Quando	Competências
Norte	54		Desenvolvimento de Equipes
Nordeste	132	Maior (2 turmas)	Relacionamento Interpessoal
Centro-Oeste	58	Agosto (3 turmas)	Gestão do Conhecimento
Sul	64	Setembro a dezembro (6 turmas)	Gestão da Excelência e Visão Sistêmica
Sudeste	68		Ética e Orientação à Sociedade
Total	376		

Programa de Desenvolvimento de Lideranças



Programa de Desenvolvimento de Lideranças – Agências

UE	Nº participantes	Quando	Competências
RJ	26	16 a 18/04	
RS	50	10 a 12/04 17 a 19/07	Desenvolvimento de Equipes
SP	25	07 a 09/08	Gestão do Conhecimento
PR	25	18 a 20/09	Planejamento Operacional
MG	27	23 a 25/10	
BA	24	06 a 08/11	
Total	177		




Foram realizadas 7 turmas, compostas pelos chefes das agências de 6 estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Bahia. Ainda em 2018, na modalidade EaD do curso, foram formados 53 servidores.

Outros Programas de Treinamento e Desenvolvimento realizados em 2018 foram:

Programa	Definição	Número de pessoas
Licença capacitação	Afastamento por até 3 meses para estudo	140
Afastamento para eventos de curta duração	Afastamento para cursos curtos, atendendo necessidades imediatas de trabalho	297
Programa Cidadania Financeira	Programa para promover a reflexão do servidor sobre sua relação com o dinheiro e sobre como fazer a adequada gestão de suas finanças pessoais.	30
Educação para o Trabalho e Aposentadoria	Programa para promover o desenvolvimento dos servidores, a partir da apresentação de conteúdos relevantes para o aprimoramento profissional e pessoal, em temas fundamentais para a carreira, para a vida ao longo do tempo de trabalho, bem como para o momento da aposentadoria.	315
Treinamento técnico das estatísticas sociais	Programa de treinamento de agentes de coleta e supervisores das pesquisas estatísticas sociais, abrangendo os temas: população; trabalho; educação; saúde; habitação; rendimento, despesa e consumo; administração pública; justiça e segurança; e proteção social.	1.173
Treinamento técnico das estatísticas econômicas	Programa de treinamento de agentes de coleta e supervisores das pesquisas estatísticas econômicas, abrangendo os temas: agricultura e pecuária; indústria e construção; comércio; serviços; preços e custos; setor informal; contas nacionais; e finanças públicas.	657
Treinamento técnico das estatísticas multidomínio	Programa de treinamento de agentes de coleta e supervisores das pesquisas estatísticas multidomínio, abrangendo os temas: condições de vida, desigualdade e pobreza; ciência, tecnologia e inovação; empreendedorismo; gênero; cultura, recreação e esporte; turismo; e meio ambiente.	2.444

O papel da Escola Nacional de Ciências Estatísticas na capacitação dos servidores

A Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA), da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), tem como missão analisar, planejar, propor, desenvolver, implementar e monitorar ações de extensão, capacitação e desenvolvimento, atuando de maneira consultiva junto às áreas do IBGE, para a qual conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais. As ações de capacitação dos servidores realizadas pela CTA, no ano de 2018, atingiram o resultado de 6.621 concluintes, nas modalidades presencial, a distância e híbrida, ultrapassando a meta física anual estabelecida de 4.500 concluintes. As ações de capacitação estão distribuídas em seis áreas de conhecimento: Estatística; Geociências; Ensino; Tecnologia; Comunicação; e Gestão e Governança.

Concluintes	Modalidade	Áreas de conhecimento
6.621 	Presencial Distância Híbrida 	Estatística Geociências Ensino Tecnologia Comunicação Gestão e Governança 

Na modalidade presencial, foram capacitados 470 participantes, em 23 cursos desenvolvidos pela CTA, entre eles: Apresentações Eficazes; Gestão dos Relacionamentos Interpessoais nas Organizações (G.R.I.O); Integração do QGIS com o PostGIS; Introdução à Ciência da Geoinformação; Introdução a Metodologias Ágeis de Projetos – SCRUM; Introdução às Contas Nacionais - Kangaré I; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Noções Básicas; Metodologia Aplicada às Pesquisas por Empresas do IBGE; Padronização de Nomes Geográficos; SAS Enterprise Guide; e Programação SAS Básico.

Com relação aos cursos oferecidos na modalidade a distância, vale destacar os que se destinaram aos treinamentos de pesquisas realizadas pelo IBGE. O desenvolvimento de treinamentos utilizando a internet possibilita o acesso equânime dos servidores aos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à realização das pesquisas, bem como viabiliza o acompanhamento de sua aprendizagem, a otimização do tempo da capacitação e redução de seus custos, alcançando toda a rede de coleta. Por intermé-

dio da Escola Virtual IBGE, foram capacitados 4.901 servidores, com destaque para o Treinamento das Pesquisas Estruturais por Empresas (1.279 formados) e da Pesquisa Estatística do Registro Civil (1.312 formados). Também nessa modalidade, foram ofertadas capacitações transversais, tais como: Elaboração de Gráficos e Tabelas Estatísticas (216 formados), Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (228 formados), e Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais (141 formados).

Destaca-se, ainda, a oferta de capacitação na modalidade híbrida, presencial e a distância, dos Seminários em Rede, que reuniram diversos especialistas e capacitaram 1.250 servidores em todo o

Brasil, abordando duas novas temáticas:

- Gestão Institucional no IBGE: planejamento, processos, riscos e sustentabilidade em novos tempos, temas alinhados aos projetos do Plano Estratégico do IBGE 2017-2027 (594 formados); e
- Base Territorial, com foco na atuação das agências no planejamento para o Censo Demográfico 2020 (656 formados).

Ressalta-se a continuidade das parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), visando à ampliação das ofertas de capacitação no IBGE e à eficiência dos gastos dos recursos orçamentários. Em parceria com a ENAP, foram capacitados presencialmente 56

servidores, em sete cursos. Em parceria com a ESAF, também presencialmente, foram capacitados 38 servidores das Unidades Estaduais e da administração central do Instituto, na XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, evento que objetivou atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira, compras, controle externo e auditoria.



Evolução das horas de capacitação (*):

Área de conhecimento	2016			2017			2018			Total (h)
	Presencial (h)	EAD (h)	Híbrida (h)	Presencial (h)	EAD (h)	Híbrida (h)	Presencial (h)	EAD (h)	Híbrida (h)	
Comunicação	496	0	0	3.496	0	144	2.576	0	0	6.712
Ensino	363	168	0	100	822	0	300	810	0	2.563
Estatística	6.302	71.599	0	3.718	108.995	0	7.232	93.473	0	291.319
Geociências	2.580	27.480	0	2.792	24.720	0	2.256	5.800	656	66.284
Gestão e Governança	1.388	22.995	0	2.360	33.235	0	752	14.595	1.188	76.513
Tecnologia	322	0	0	1.450	0	0	800	0	0	2.572
Total	11.451	122.242	0	13.916	167.772	144	13.916	114.678	1.844	445.963

(*) carga horária multiplicada pelo número de concluintes

1.7 Outras iniciativas de gestão de pessoas

Transferência do Conhecimento

A fim de manter na instituição os conhecimentos relativos ao Censo Demográfico, tendo em vista o crescente número de aposentáveis no quadro atual de servidores, o IBGE iniciou o Projeto-Piloto de Transferência do Conhecimento para o Censo Demográfico 2020. O projeto foi iniciado na Gerência Técnica do Censo Demográfico da Diretoria de Pesquisas (DPE/GTD), ao se identificar potenciais lacunas de conhecimentos necessários à realização de atividades críticas em seus principais processos de trabalho. Em seguida, diversas ações de gestão do conhecimento foram planejadas e executadas, a fim de que esses conhecimentos fossem transferidos, armazenados e disseminados para os servidores da GTD, que será uma das gerências responsáveis pela realização do próximo Censo Demográfico.

O Projeto-Piloto está alinhado ao objetivo estratégico nº 10, “Implementar a política de gestão do conhecimento”, especialmente no que diz respeito a “ações para retenção e proteção do conhecimento, incluindo formas de armazenamento e ações para utilização, acesso e compartilhamento”.

II Concurso Práticas Inovadoras em Gestão do IBGE

O Concurso visa a incentivar o desenvolvimento de ideias inovadoras que podem contribuir para a melhoria dos processos de trabalho do IBGE e do serviço prestado à so-

cidade. Além de valorizar os servidores que atuam de forma criativa e proativa em suas atividades, o concurso ajuda a disseminar soluções inovadoras que sirvam de inspiração para outras áreas e contribui para a melhoria da gestão institucional. Em 2018, foram inscritas 37 iniciativas, sendo 11 premiadas nas seguintes áreas temáticas: (1) Disseminação de Informações ao Cidadão; (2) Gestão da Informação e da Melhoria dos Processos de Trabalho; (3) Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e (4) Gestão Orçamentária, de Recursos Financeiros e Materiais.

O Concurso também visa atender ao objetivo estratégico nº 10, “Implementar a política de gestão do conhecimento”, uma vez que estimula a inovação e a difusão de boas práticas dentro da instituição.

1ª Pesquisa de Clima Organizacional

O IBGE realizou, em 2018, sua 1ª Pesquisa de Clima. Um grupo de trabalho envolvendo servidores de diversas áreas e das 5 regiões do Brasil criou e validou o questionário, que foi aplicado de novembro/2018 a janeiro/2019. A pesquisa investigou os seguintes aspectos relacionados ao trabalho: (1) realização profissional; (2) treinamento e desenvolvimento; (3) comunicação interna e integração entre áreas; (4) imagem do IBGE; (5) relacionamento interpessoal; (6) infraestrutura, segurança do trabalho e saúde; (7) salários e benefícios; (8) estrutura organiza-

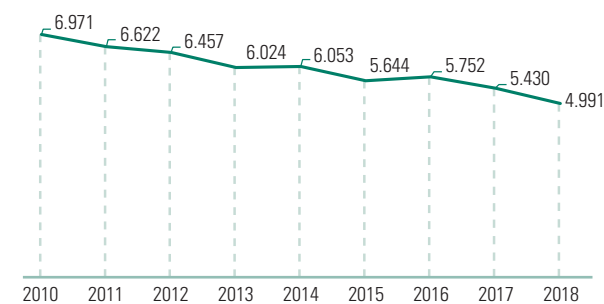
cional e processo decisório; e (9) características demográficas. O seu resultado poderá nortear ações futuras de melhorias. Foram respondidos 4.046 questionários da pesquisa, representando aproximadamente 42% dos servidores ativos e temporários do IBGE.

1.8 Principais desafios e ações futuras

Redução do quadro de servidores

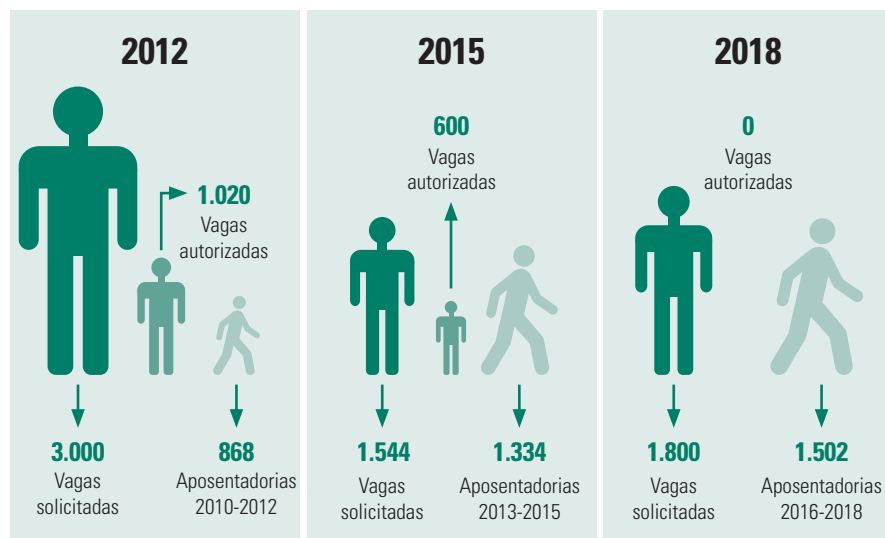
O quadro de servidores efetivos ativos do IBGE representa hoje um dos maiores desafios da Instituição. O elevado número de aposentadorias ocorridas nos últimos oito anos, sem reposição adequada, leva o IBGE para uma situação insustentável. De 2010 a 2018, o quadro de servidores ativos efetivos teve uma redução de 30%, o que representa quase dois mil servidores.

Redução no quadro de servidores



Fonte: Siape

Diversas tentativas têm sido realizadas para recompor a força de trabalho da Instituição, mas o número de vagas autorizadas nos últimos concursos tem sido insuficiente. Além disso, o IBGE vem trabalhando para identificar o quadro de servidores ideal da Instituição, considerando o quantitativo, a formação e a lotação desse quadro.



Quadro ideal da força de trabalho

Tendo em vista a necessidade de levantamento de um quantitativo ideal de força de trabalho pelo IBGE, foi formado um grupo de trabalho para

analisar as demandas de cada setor e consolidar um número ideal de quadro de funcionários.

Os chefes dos setores foram instruídos a preencherem no sistema interno “Força de Trabalho”, o quadro considerado ideal para o melhor funcionalmente da unidade a qual é responsável.

Após aprovação, a Coordenação de Recursos Humanos (CRH) teve acesso aos formulários preenchidos e começou o trabalho de análise dos números propostos.

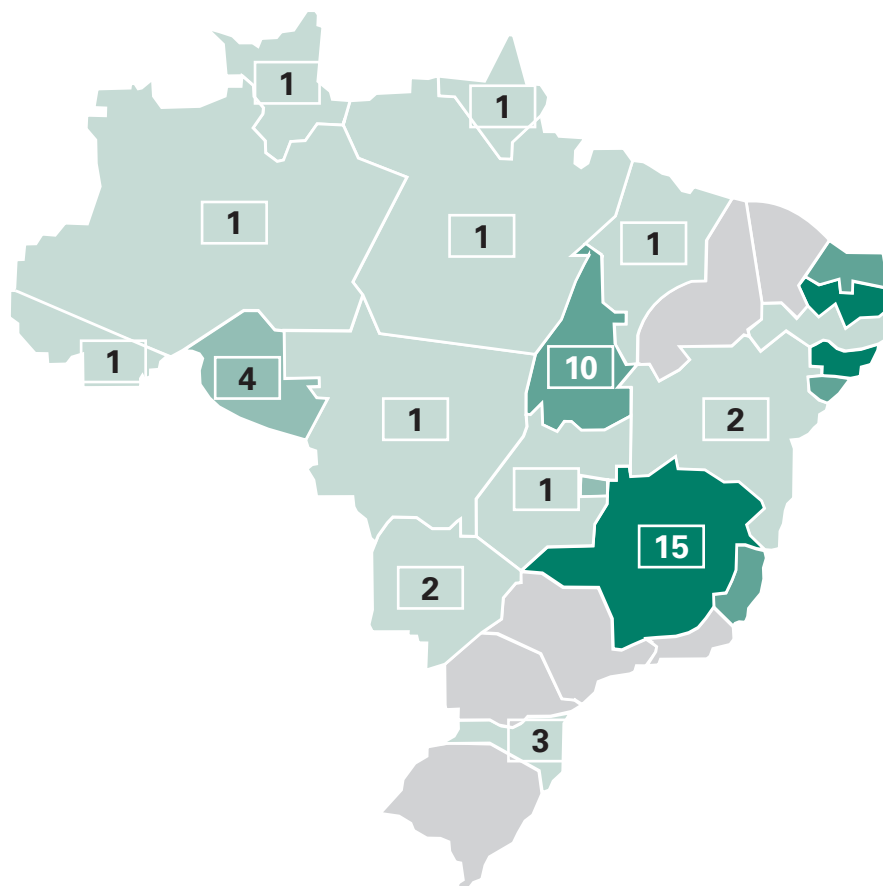
Buscando atender as peculiaridades de cada área de atuação, as análises foram divididas em 3 grupos: Sede, Unidades Estaduais e Agências.

Seguindo metodologias específicas para cada grupo, os quantitativos propostos ainda deverão ser deliberados e aprovados pelo conselho diretor da instituição.

Localidades com atendimento em unidades do SIASS

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), foi instituído pelo Decreto 6.833, de 29 de abril de 2009, com o objetivo de coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal. Após 10 anos de sua criação, carece, ainda, de autonomia administrativa-financeira, que compromete sobremaneira o atendimento pericial dos servidores das mais de 500 unidades do IBGE espalhadas no território nacional, bem como de servidores dos diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Quantitativo de localidades onde há acordo de cooperação entre o IBGE e unidades do SIASS



Do ponto de vista das iniciativas de melhoria contínua, a CTA aprimorou o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), antecipando para novembro o início do processo, num esforço para que os dados levantados pudessem subsidiar a elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC), a partir de janeiro de 2019. Além disso, foram realizadas revisões nos processos de planejamento, desenvolvimento e implementação de soluções de capacitação, bem como a introdução de novos mecanismos de avaliação dessas soluções.

Com relação às expectativas para o exercício de 2019, a CTA incluiu em seu Plano de Trabalho o desenvolvimento de novas capacitações alinhadas com as temáticas de gestão da qualidade e riscos, em consonância com as ações do Plano Estratégico, que visam implementar novos modelos voltados à gestão de riscos, qualidade, resultados e conhecimento. Internamente, a CTA visa dar continuidade ao mapeamento de processos e à ampliação da base de conhecimento de processos de trabalho no formato wiki, que possibilita a colaboração das equipes e gestão do conhecimento, e, ainda, a atualização do ambiente virtual de aprendizagem.

Em atendimento à Política de Segurança de Informação e Comunicações (POSIC) do IBGE, planeja-se a oferta de uma solução de capacitação como parte de um conjunto de iniciativas relacionadas ao tema. Tal projeto está diretamente relacionado aos valores do Mapa Estratégico 2017-2027, que tratam do respeito à confidencialidade e ao informante, ética e profissionalismo.

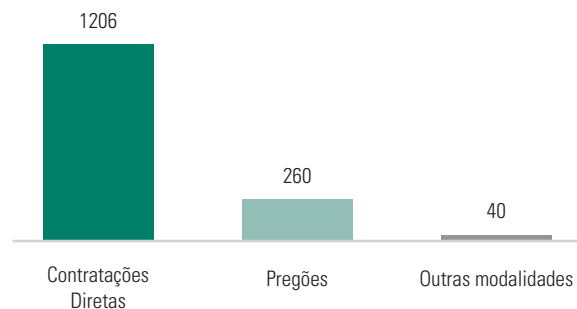
Visando o fortalecimento da difusão do conhecimento, um objetivo estratégico da instituição, a CTA planeja ampliar a oferta da capacitação em Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), para o público externo, e avaliar sua inclusão na Escola Virtual de Governo (EVG).

Os treinamentos das pesquisas estruturais por empresas e da Pesquisa Estatísticas do Registro Civil serão atualizados em relação aos últimos desenvolvimentos tecnológicos e de processos que envolvem essas pesquisas. Novas soluções de capacitação que estão diretamente relacionadas com as pesquisas do IBGE também estão em processo de desenvolvimento, como exemplo, as direcionadas ao Censo Demográfico 2020, ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), ao Projeto de Visita às Estações Geodésicas, ao treinamento das pesquisas conjunturais por empresas e à Pesquisa Nacional de Saúde.

1.506

processos de aquisição em 2018 em 32 unidades contratantes (UASGs) do IBGE

Modalidades de contratação



Principais tipos das contratações diretas:

- I. Baixo valor (982 contratações abaixo de R\$ 17.600);
- II. Locação de imóveis
- III. 117 Inexigibilidades

Contratações Diretas - Justificativas

As dispensas de licitação por baixo valor justificam-se pela manutenção da continuidade dos serviços pontuais nas diversas unidades do IBGE pelo Brasil, e baseiam-se no inciso II, do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.

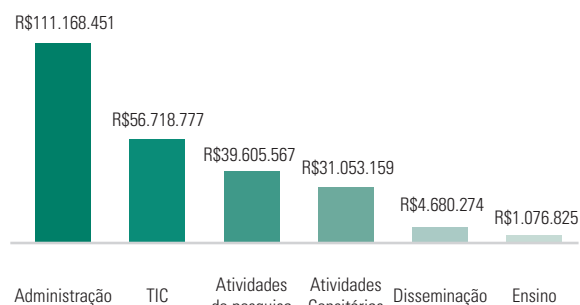
Dentre as inexigibilidades destacam-se os softwares e fornecimento de energia e água.

Fonte: Sistema interno do IBGE - Sistema de aquisições e entregas (SA-e)

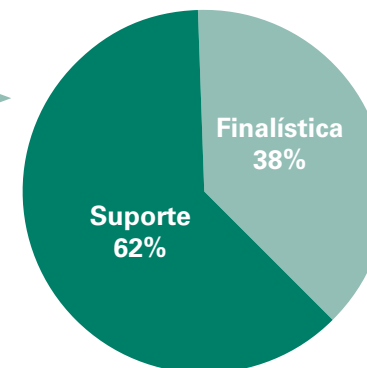
R\$ 244,30 milhões

foram pagos em contratações relativas à custeio e investimentos em 2018.

Gasto por finalidade



Tipo da despesa em administração	Valor em R\$
Locação de imóveis	25.184.198
Limpeza e conservação	15.536.068
Apoio administrativo, técnico e operacional	14.562.611
Serviços de energia elétrica	9.659.483
Vigilância ostensiva	5.245.567
Condomínios	7.063.957
Outras despesas	39.467.834



Observações importantes:

I. Contratações TIC:

As contratações TIC estão presentes em todas as demais finalidades e seus custos estão detalhadas na seção de TIC deste relatório.

II. As despesas de apoio administrativo, técnico e operacional visam atender o funcionamento dos complexos da Administração Central no Rio de Janeiro e das 27 unidades estaduais e suas agências tendo em vista o quantitativo de aposentadorias ao longo dos anos.

III. As unidades contratantes da administração central são responsáveis por 57% do total de gastos. Destacando-se os valores das compras de TIC, que são realizados de forma centralizada na Administração e distribuídas para todas as unidades, e das locações de imóveis.

Fonte: SIAFI

Conformidade legal

As unidades do IBGE contam com assessoria jurídica das seccionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013 e Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP).

Objetivos estratégicos

As contratações mais relevantes do IBGE estão alinhadas com os objetivos estratégicos formalizados no Mapa Estratégico do IBGE:
https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/MAPA_ESTRATEGICO_2017-2027-12-06.pdf

Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

O IBGE está presente nas 27 unidades federativas do Brasil, e pulverizado dentro de cada unidade federativa por meio das agências, ou seja, são muitas as particularidade, especificidades e necessidades a serem alinhadas na gestão de licitações e contratos, sendo este o principal desafio em busca por eficiência e cumprimento da missão institucional de retratar o país.

Outro desafio é o recorrente contingenciamento orçamentário que exige uma contínua readaptação do planejamento e da manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos destaca-se a falta de qualificação dos gestores de contratos e o elevado número de contratos sob responsabilidade de poucos gestores.

Entre as fraquezas tem-se as instabilidades nos sistemas governamentais e recorrentes mudanças da legislação.

a) Conformidade Legal

Todas as Unidades do IBGE atuam em conformidade com a legislação referente a Gestão Patrimonial na Administração Pública, tais como Lei 8.245/91 e Decreto 7.689/2012 para bens imóveis e Decreto 9.373/2018 para bens móveis, assim como a Lei 8.666/93 e normativos internos ao IBGE.

b) Principais Investimentos de Capital

Ao longo de 2018, o IBGE fez investimentos diversos na aquisição de bens que elevaram seu patrimônio perfazendo um total de tombamentos na ordem de **6.603** bens com valor total de **R\$ 23.564.266,87**. A distribuição de aquisições de bens é mostrada na tabela a seguir.



Tombamentos

6.603



Valor total tombamentos

R\$ 23,6 mi

Descrição	Quantidade	Valor total
Equipamentos de processamento de dados	795	10.103.032
Veículos de tração mecânica	105	7.194.248
Mobiliário em geral	3.274	1.427.304
Equipamento para áudio, vídeo e foto	705	1.287.421
Aparelhos e equipamentos de comunicação	302	1.158.447
Máquinas e equipamentos gráficos	5	992.504
Aparelhos e utensílios doméstico	662	889.835
Aparelhos de medição	42	159.953
Peças não incorporáveis a imóveis	374	120.504
Máquinas e equipamento energéticos	11	101.368
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	208	78.876
Equipamento de proteção segurança socorro	79	19.473
Aeronaves	2	12.257
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	5	7.091
Coleções e materiais bibliográficos	23	5.912
Veículos	10	5.093
Equipamentos hidráulicos e elétrico	1	950
Total geral	6.603	23.564.267

Equipamentos de processamento de dados



10,1 mi

Veículo de tração mecânica



R\$ 7,2 mi

Mobiliário em geral



R\$ 1,4 mi

Equipamento para áudio, vídeo e foto



R\$ 1,3 mi

c) Desfazimento de Ativos

Em virtude do ano eleitoral, em 2018 não ocorreram doações de bens por parte do IBGE. Por outro lado, o IBGE realizou 24 leilões, sendo 9 leilões de veículos e 15 leilões de bens móveis em geral. Foram 183 veículos leiloados com arrecadação total de R\$ 1.408.114,00. Já dentre os bens móveis em geral foram 9.911 itens totalizando uma arrecadação de R\$ 61.660,00. A seguir são apresentados os detalhamentos desses desfazimentos.



Veículos

R\$ 1,4 mi

Veículos

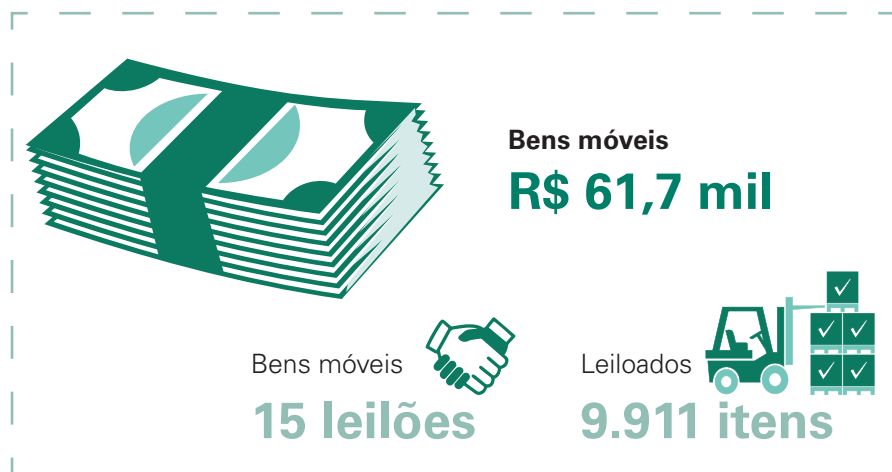


9 leilões

Leiloados

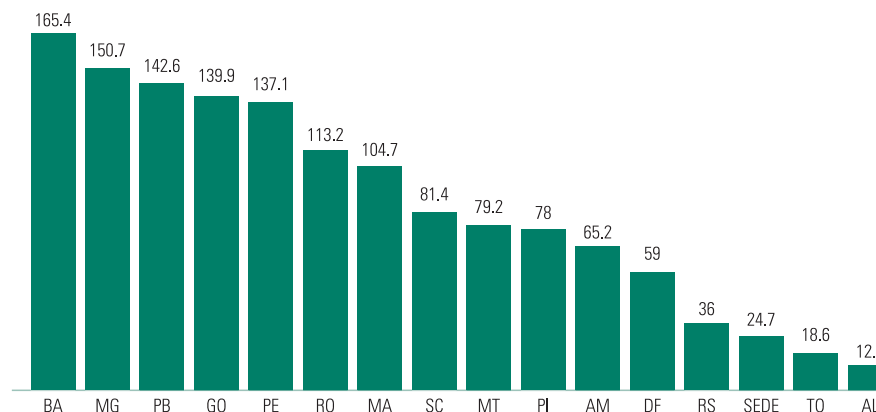


183 veículos



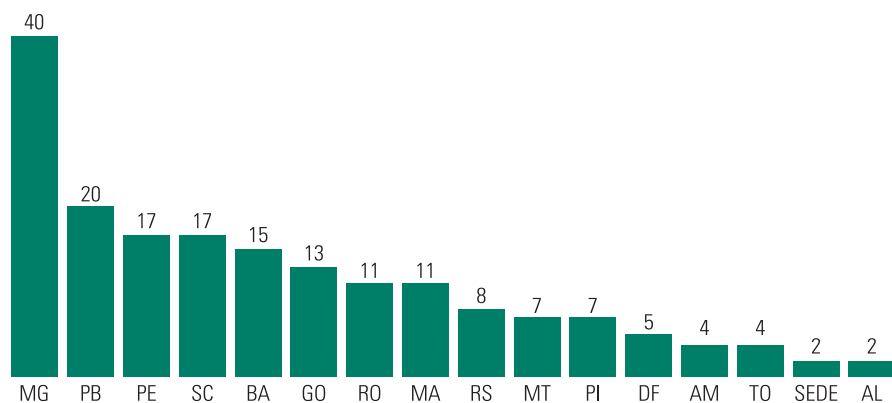
A cada inventário realizado anualmente, as Unidades do IBGE indicam o status de conservação de cada bem ou veículo. Posteriormente, a comissão de alienação e desfazimento de materiais avalia, classifica e destina os bens e veículos suscetíveis de alienação.

Leilões de veículos - arrecadação (R\$ em milhares)



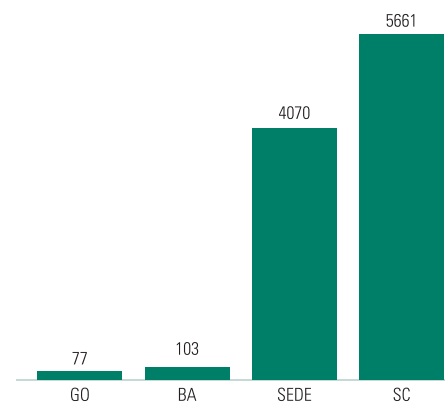
As unidades dos estados da BA, MG, PB, GO e PE responderam por mais de 50% do valor total da venda dos veículos.

Quantidade de Veículos Leiloados



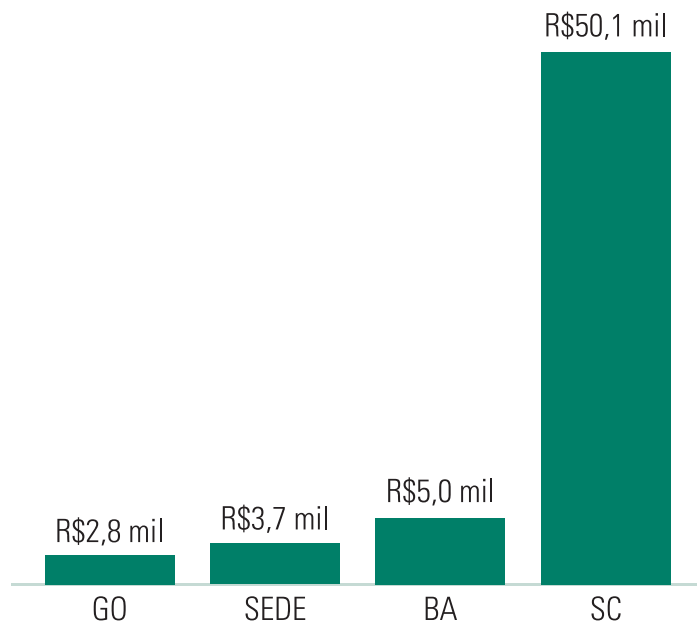
Em 2018, as unidades dos estados de MG, PB, PE e SC responderam por mais de 50% dos 183 veículos leiloados.

Quantidade de bens leiloados



A unidade do estado de SC e a Administração Central foram as unidades que leiloaram o maior número de bens móveis.

Leilões de bens em geral

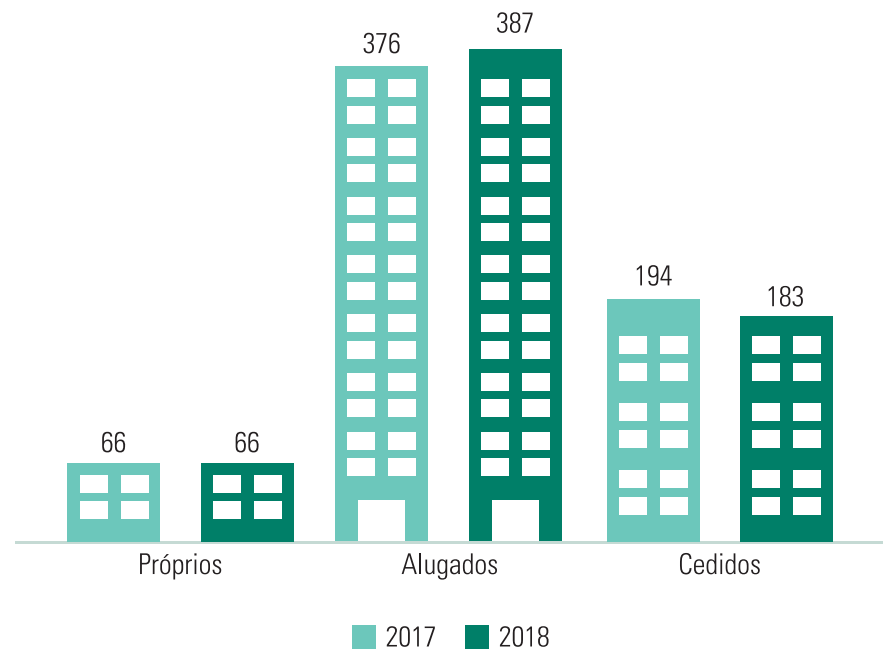


A unidade do estado de SC obteve a maior arrecadação com o leilão de bens móveis, respondendo por cerca de 81% do valor total arrecadado.

d) Locação de Imóveis e Equipamentos

Para o desempenho de suas atividades o IBGE conta com 66 imóveis próprios, 387 imóveis alugados e 183 cedidos.

Quantidade de imóveis próprios, alugados e cedidos



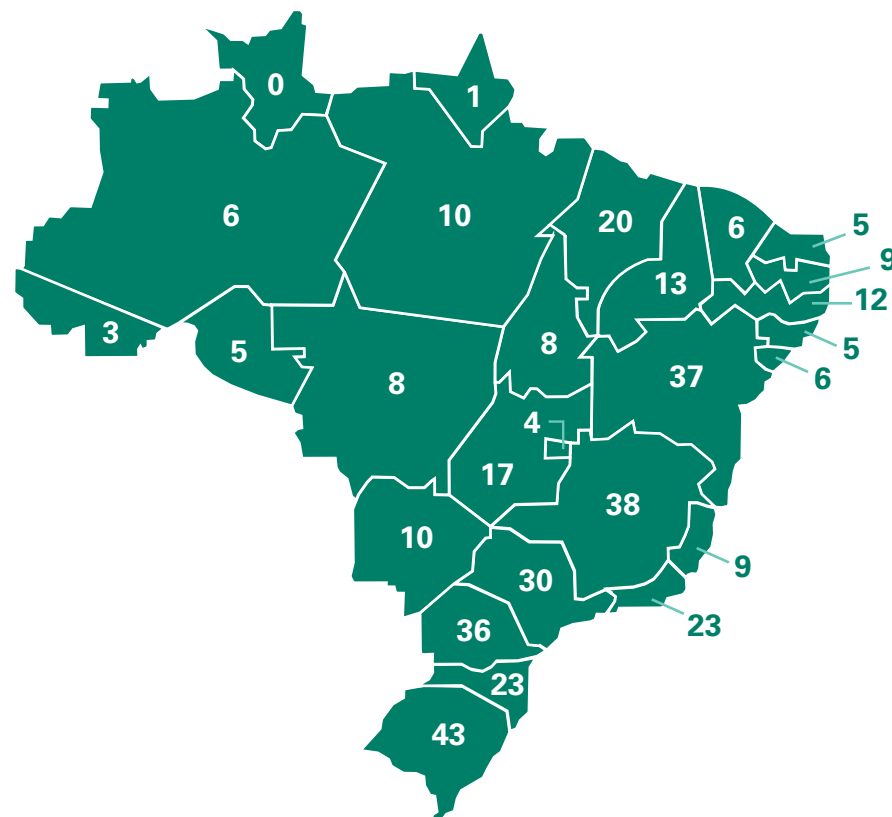
Fonte: Sistemas de imóveis

Distribuição geográfica dos imóveis próprios da União



Fonte: SPLunet, 2019

Distribuição geográfica dos imóveis locados de terceiros



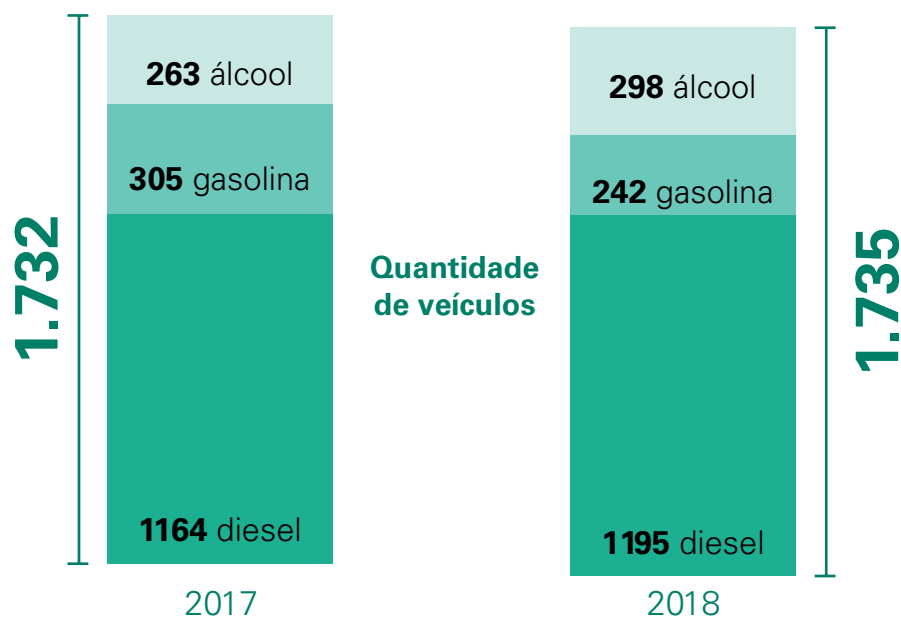
Fonte: SDA, Sistema de Imóveis/IBGE

Em 2018, houve a atualização no valor de dois imóveis da Administração Central, fazendo com que o valor total dos ativos seja de R\$ 175.172.425,59.

No que se refere a imóveis cedidos ao IBGE, em 2018 foi alcançado o total de 183 imóveis nessa condição.

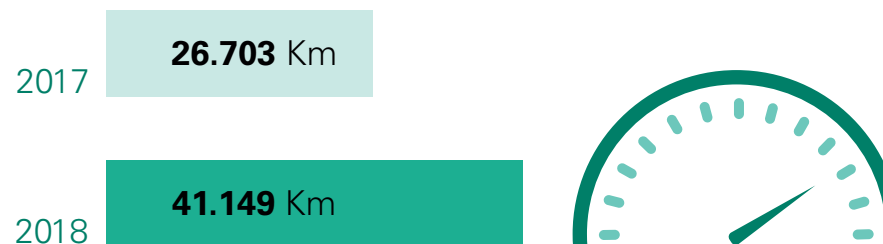
Frota de veículos

Por conta dos levantamentos e estudos que são realizados em todo o país, é imprescindível que o IBGE possua uma frota de veículos (locados e próprios), capaz de viabilizar a realização da coleta de dados – que constitui parte crítica na logística de suas atividades fim – e, consequentemente, a tempestividade na divulgação dos resultados.



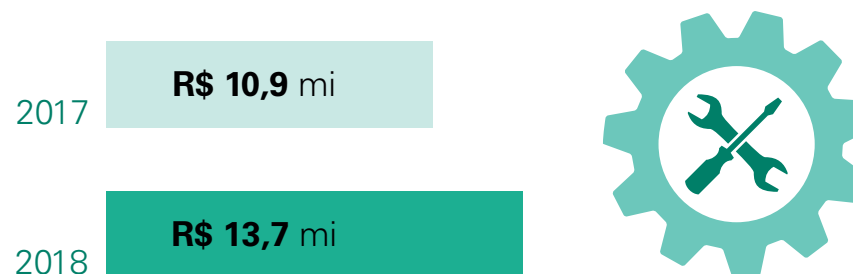
Fonte: IBGE, 2019.

Média anual de quilômetros rodados por veículo



Fonte: IBGE, 2019.

Despesas com manutenção da frota



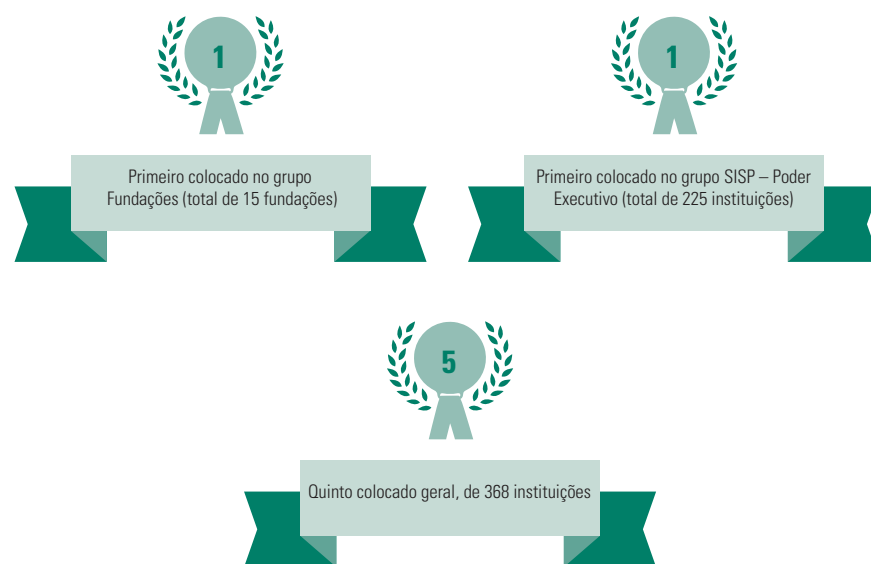
Fonte: IBGE, 2019.

Conformidade legal

A Gestão de TIC é realizada formalmente no IBGE desde 2010 por meio do seu Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTI), documento atualizado regularmente e disponibilizado no Portal do IBGE (https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/PDTI_2019-2020.pdf). A partir dos preceitos adotados nas edições anteriores, a organização deste trabalho segue determinações e melhores práticas de órgãos reguladores do Governo

Federal, especificamente da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); bem como do Tribunal de Contas da União (TCU); da Controladoria-Geral da União (CGU); e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

O IBGE obteve menções muito honrosas nos dois últimos levantamentos de Governança de TI realizados pelo TCU, tendo, em dezembro de 2016 sido classificado como:



As excelentes colocações nos obrigam, no entanto, a manter ou melhorar nossos índices mensurados pelo TCU.

Modelo de governança de TI

O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), responsável pela construção do PDTI do IBGE, vem trabalhando fortemente em novas frentes relacionadas ao aumento de maturidade na gestão das TICs, como o investimento e esforços na Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE (POSIC), na Gestão de Riscos em TICs e na busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos fiscalizadores. Para a elabo-

ração da décima edição do PDTI, referente aos anos de 2019-2020, foram consultadas novamente todas as áreas setoriais e as 27 Unidades Estaduais do IBGE, quanto às suas demandas de TIC. Este documento contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados pelo CTIC como aderentes aos objetivos do Planejamento Estratégico do IBGE e coerentes com as políticas da Instituição nessa área, visando, assim, à padronização e à economia de recursos.

Montante de recursos aplicados em TI

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2018 (R\$ Milhões)		
Custeio	Investimento	Total
41.523.363	15.195.413	56.718.777

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2018 (R\$ Milhões)



Contratos Continuados mais relevantes em 2018

- Fábrica de *Software*
- Rede MPLS
- Locação de *softwares* Microsoft
- Manutenção de *software* SCE
- Comunicação de dados - Via Rede Satelital
- Manutenção de *software* - Diversos IBM
- Locação de equipamento de processamento de dados - Locação de *Switches*

Aquisições de Software e Hardware mais relevantes em 2018

- Aquisição de chassi e servidores de lâmina (*blades*)
- Modelo f5 big ip i5800 Bundle
- Ativos de redes - *switches*
- Equipamentos de informática para expansão dos *storages* Dell EMC Unity 450e300
- Software *anti-spam*
- Aquisição de *switches* de acesso 24 e 48 portas Ethernet
- Aquisição de *appliance* para guarda de chaves criptográficas

Outras diretrizes decorrentes da história do uso de TICs no IBGE, são indicadas a seguir.

Diretriz 5

Assegurar a manutenção das TICs como Infraestrutura Básica, provendo as condições mínimas para o trabalho de cada colaborador do IBGE, incluindo recursos e serviços de telefonia, computadores pessoais com capacidade de processamento e comunicação, ferramentas de escritório, acesso à Internet e a todos os recursos dela advindos, correio eletrônico, arquivamento de dados e informações, controles de acesso, conectividade dos sistemas, ferramentas especializadas para as áreas setoriais do IBGE, recursos para impressão, interconexão outras Unidades do IBGE, cópias de segurança dos dados institucionais, ferramentas antivírus e de proteção e segurança da informação.

Diretriz 6

Assegurar o suporte adequado de TICs para atender às demandas das Áreas Setoriais do IBGE, provendo os processos de aquisição, internalização, uso, manutenção e suporte ao uso de recursos de TIC, realizando o desenvolvimento de sistemas a partir das definições das áreas setoriais, realizando a produção e o suporte das pesquisas em todas as unidades do IBGE, e assegurando a disponibilização de dados e informações às áreas setoriais para realização de suas atividades.

Diretriz 7

Assegurar o suporte adequado de TICs para a formação e manutenção do Acervo, para Agregar Valor aos Produtos e Informações produzidas pelo IBGE, e para apoiar a Disseminação de informações, incluindo a oferta ferramentas de disseminação (SIDRA, BME, GIS e Produtos) e toda estrutura física e lógica para tal, como a disponibilização de equipamentos servidores e de armazenamento, de balanceamento de carga, assim como a monitoração contínua de links e de assuntos relativos à segurança institucional de TIC.

Diretriz 8

Assegurar que os processos de incorporação de novas tecnologias passe por avaliação do Comitê de Tecnologias de Informações e Comunicações (CTIC), para que possam ser inseridos no Plano Diretor de Tecnologias de Informações e Comunicação (PDTI). Tais avaliações devem preceder os processos de aquisição, incorporação, capacitação para uso, distribuição, controle, manutenção e produção.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Dois dos objetivos estratégicos (números 17 e 18) do Mapa Estratégico do IBGE (versão dezembro 2018) são diretamente classificados no grupo de Capital da Informação. Por esse motivo, são aqui retomados como fornecedores das primeiras diretrizes estratégicas para as TICs na Instituição, reforçando a sua importância no contexto da gestão de TICs no IBGE.

Objetivo Estratégico 17 - Adotar soluções genéricas de TI

Diretriz 1

Avançar, progressivamente, no uso de modelos genéricos internacionais como o GSIM (Generic Statistical Information Model), CSPA (Common Statistical Production Architecture) e OGC (Open Geospatial Consortium).

Diretriz 2

Trazer maior agilidade ao desenvolvimento e à padronização dos recursos de TI, por meio de soluções genéricas e abrangentes que possam ser aproveitadas para mais de um projeto, pesquisa ou processo.

Objetivo Estratégico 18

Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais

Diretriz 3

Assegurar que os projetos institucionais tenham simetria e nivelamento tecnológico quanto aos equipamentos e aos sistemas, padronizando a infraestrutura e os sistemas de TICs em uso.

Diretriz 4

Expandir a infraestrutura de comunicações para integrar todas as unidades organizacionais, inclusive a rede de agências.

Segurança da informação

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, conforme previsto na Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e comunicações, permitindo que as atividades desempenhadas na Instituição tratem as informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, demográfica e administrativa, dentro desses parâmetros.

A implementação dos controles de segurança da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), está apoiada em três pilares principais: processos, pessoas e tecnologia.

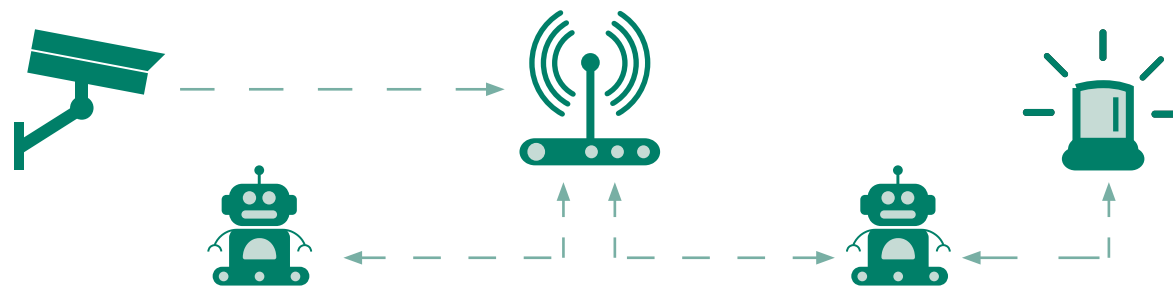
O Comitê de Segurança da Informação (CSI), em conjunto com a Diretoria de Informática, vem promovendo ações direcionadas a esses três pilares através da normatização de diversos procedimentos e processos, do investimento em novas tecnologias de segurança da informação e em ações voltadas para a capacitação e conscientização dos colaboradores da Instituição.

A POSIC, cuja primeira edição ocorreu em 2014, deverá ser objeto de atualização ao longo do ano com a revisão de seu conteúdo, com especial

atenção à sua adequação à Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, de Proteção de Dados Pessoais.

Outras ações estão programadas no âmbito da POSIC, como:

- Curso a Distância (EaD) para todos os servidores do quadro, estagiários e terceirizados do IBGE sobre as boas práticas a serem adotadas no uso das informações e sistemas da Instituição para diminuir os riscos de quebra de sigilo dos dados coletados de pessoas físicas e jurídicas e o vazamento de informações sensíveis antes da data de suas publicações oficiais, a ser iniciado em abril de 2019;
- Criação de nova cartilha temática e descanso de tela sobre uso seguro da internet, dando continuidade à campanha de conscientização sobre SIC;
- Novo Plano de Gestão de Riscos em TIC, de acordo com a metodologia definida pelo Comitê de Governança, Conformidade e Riscos do IBGE;
- Plano de Continuidade de Negócios;
- Revisão do Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes;
- Capacitação em SIC para agentes de coleta e produtores de informação.



Principais Desafios e Ações Futuras Projetos institucionais

Censo Demográfico 2020

Principal projeto da Casa, o Censo 2020 envolve todas as coordenações da Diretoria de Informática em sua execução.

1. Os prazos para o desenvolvimento de sistemas e aplicações segue o planejamento geral dos testes programados para a operação: prova piloto 2, em execução, e Censo Experimental, previsto para setembro de 2019.
2. Desenvolvimento e manutenção das ferramentas para formação dos arquivos de dados e cadastros necessários para a preparação do CNEFE e da Base Operacional Geográfica, e para a geração e distribuição de insumos descritivos dos setores, em execução ao longo de 2019, dentro do planejamento operacional do Censo 2020.
3. Projeto de infraestrutura de TIC para o Censo 2020, com a identificação dos recursos de TIC necessários para as fases de coleta e processamento do Censo, está sendo traduzido em cerca de 80 "Termos de Referência" que irão instruir as especificações técnicas e condições comerciais dos pregões a serem efetuados pela Diretoria Executiva. Cada tipo de equipamento, material, software ou serviço é objeto de um termo específico que deverão estar disponíveis até maio do corrente ano na DE para que os processos de aquisição estejam concluídos no último trimestre de 2019. Até o momento, já foram abertos 9 processos. Com a manutenção do modelo de TIC utilizado no Censo Agro, o esforço estará sendo concentrado nas formalidades de aquisição dos recursos, de recebimento e instalação e de tuning do ambiente operacional.

4. Projeto de Comunicações no Censo 2020, envolvendo a infraestrutura de redes de comunicação de dados, de voz e de streaming se integra ao Projeto de Infraestrutura de TIC. O planejamento das demandas locais de infraestrutura de comunicações, como a contratação de acessos à Internet, é objeto de elaboração de padrões de contratação para execução através das Unidades Estaduais.
5. O projeto de logística de TIC para o Censo 2020 está sendo elaborado em conjunto com os demais projetos, visando a assegurar a distribuição e instalação dos recursos de TIC em todas as unidades operacionais do Censo 2020, espalhadas por todo o Brasil.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Plataforma para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é outro projeto prioritário em desenvolvimento. Uma primeira versão dotada das funcionalidades básicas para a disseminação dos indicadores foi implementada em 2018. Novas funcionalidades voltadas ao suporte do processo de produção dos indicadores e visualização dos dados encontra-se em desenvolvimento com diversos pontos de entrega de novos produtos para o ano de 2019.

Trata-se do acompanhamento dos 17 objetivos, detalhados em 169 metas e em 240 indicadores, criados pela Agenda 2030 da ONU, em 2015, visando à erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

A Plataforma ODS, desenvolvida pelo IBGE, foi adotada pela Secretaria de Governo da Presidência da República, responsável pela coordenação dos ODS

no Brasil, como plataforma oficial para divulgação e acompanhamento dos indicadores no Brasil, mediante assinatura de convênio para sua operação conjunta em dezembro de 2018.

Censo Agropecuário

A Diretoria de Informática está ultimando os procedimentos para a tabulação de dados do Censo Agro, que tem divulgação prevista para julho do corrente ano. As tabelas de apresentação de resultados definidas pela Diretoria de Pesquisas deverão gerar cerca de 600 tabelas de dados a serem produzidas entre março e junho de 2019. Os trabalhos incluem a geração do banco de dados de resultados, catalogação de informações no Banco de Metadados, elaboração dos programas para agregação e análise e carga dos resultados no Sistema SIDRA.

Projeto de Reconhecimento de Imagens

Demanda iniciada pela Diretoria de Informática, em conjunto com a Diretoria de Geociências e Diretoria de Pesquisas, para uso de imagens obtidas de satélite, sensores orbitais ou de outras fontes para a análise do território com a finalidade de reconhecimento de cultivos, do uso do solo e de água doce e, ainda, de avaliação de habitações para auxílio à base territorial. O projeto piloto está em realização com o apoio da área de pesquisa da IBM, utilizando técnicas de inteligência artificial para identificação de determinadas culturas agrícolas em 3 (três) municípios do país. A apresentação e discussão dos resultados obtidos no teste piloto está prevista para o mês de março de 2019.

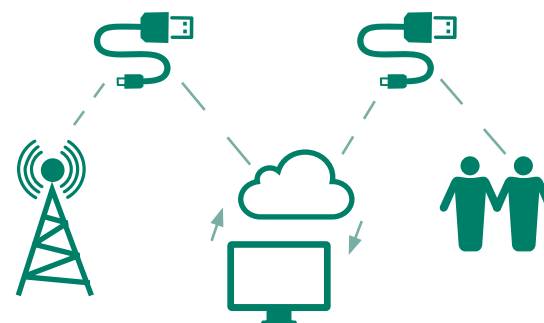
Ao término dessa prospecção da tecnologia, o projeto deverá ser formalizado com suas atividades identificadas e prazos programados.

BigData: Recepção e Uso de Registros Administrativos

A utilização de Registros Administrativos e de Bases de Dados Externas ao IBGE, com características de tecnologia de BigData, demandará esforços de inteligência e de infraestrutura de TIC para a captação, entendimento, exploração e uso de recursos administrativos para as pesquisas estatísticas e geocientíficas do IBGE.

Diversas iniciativas estão sendo negociadas pela Direção do IBGE e, quando de sua realização, irão implicar na obtenção e disponibilização de infraestrutura de TIC, de softwares adequados a natureza e dimensão do manuseio de dados pretendidos e do desenvolvimento de sistemas e aplicações.

Destaca-se o esforço do IBGE na realização de convênios com as Secretarias Estaduais de Fazenda para acesso às bases de dados das Notas Fiscais Eletrônicas, essenciais a reformulação das pesquisas de comércio e serviços ao conhecimento dos fluxos de bens na economia.



Principais Desafios e Ações Futuras - Projetos de TIC

Plataforma de Produção e Análise de Informações

Em 2019 estão programadas ações voltadas ao aperfeiçoamento e otimização dos processos na Plataforma de Informações do IBGE:

O eData, tabulador e analisador de dados, deverá disponibilizar uma ferramenta para seleção espacial de áreas de interesse no mês de março;

A integração de dados entre o SIDRA e o tabulador deverá receber diversas funcionalidades que otimizem os tempos necessários à publicação de resultados.

Estas atividades se somam os esforços também efetuados no BME, com o objetivo de traduzir os dados divulgados pelo IBGE em ferramentas amigáveis aos usuários, que resolvam problemas no conhecimento das informações sobre a realidade do Brasil.

Acervo Institucional de Informações

Com o término da migração dos arquivos do acervo institucional de informações, última etapa cumprida na migração de processos e dados do antigo mainframe para plataforma baixa, estão sendo desenvolvidas ferramentas para acesso aos dados com a tecnologia hoje utilizada nos arquivos de microdados do BME.

Projeto de Convergência de Comunicações: Telefonia

Em 2018, foi constatada a necessidade de atualização dos serviços de telefonia devido a obsolescência tecnológica dos equipamentos e dos problemas de reposição de peças para manutenção. Este projeto já deu origem a um termo de referência para a aquisição de novos equipamentos e serviços necessários à sua instalação. Espera-se que no primeiro bimestre de 2019 já tenhamos uma ata de registro de preços que possibilite o IBGE a começar a fazer a aquisição dos novos equipamentos. Entretanto, questões orçamentárias, ainda não equacionadas, irão determinar os momentos em o projeto será realizado.

Centro de Entrevistas Telefônicas Assistidas por Computador (CETAC)

O CETAC, que funciona como um Call Center para realizar entrevistas e dar apoio a entrevistas presenciais de pesquisas do IBGE, encontra-se no limite de sua capacidade técnica e sem possibilidade de aumento de um único posto de trabalho adicional. Considerando o uso do CETAC no suporte aos trabalhos do Censo 2020, o CETAC deverá ter sua infraestrutura totalmente modernizada a partir da aquisição de equipamentos para a nova telefonia da Instituição, em prazos a serem definidos no equacionamento dos recursos orçamentários.

Novos Data Centers - RJ e SP

Construção e Mudança dos Data Centers, principal e secundário, para novos locais, de acordo com o projeto elaborado e em fase de licitação. Sua mudança objetiva modernizar as salas de instalação dos equipamentos com aumento do nível de segurança e com redução dos custos com utilidades. Os novos Data Centers foram projetados para instalação dos equipamentos em modo de confinamento, em locais com segurança contra enchentes e de menor exposição.

O Projeto encontra-se na Diretoria Executiva a espera de recursos para licitar as obras, sendo conveniente que o término do projeto, obras, instalações e mudança dos equipamentos ocorra antes da realização do Censo 2020.

Mudança do Correio Eletrônico

O software de correio eletrônico do IBGE, IBM Lotus Notes, foi instalado nos anos 90, dentro de um projeto maior que juntava as facilidades de mensagem com workflow e aplicações. Hoje, as aplicações desenvolvidas no Notes foram todas substituídas por novas tecnologias, os recursos de workflow não são mais utilizados, restando somente os recursos de mensageria em uso.

Assim, estamos analisando as alternativas ao Lotus Notes para substituí-lo no decorrer de 2019 por uma nova solução de mensageria, integrada aos demais recursos da infraestrutura de TIC, e que esteja totalmente implementada até janeiro de 2020.

Conforme já mencionado em Relatórios de Gestão anteriores, o IBGE ainda se encontra no processo de desenvolvimento do sistema e da metodologia de apuração de seus custos. Nesse sentido, fica inviabilizada a apresentação de resultados no que diz respeito à estimativa de custos por área de atuação, distribuição de recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte ou estimativa de custos por atividade, uma vez que o sistema, por ora, não está operante. Ainda assim, o projeto de implantação está em andamento, portanto o conteúdo do presente tópico será dedicado a relatar para a administração pública central a evolução do projeto no exercício de 2018 e dos obstáculos enfrentados.

A título orientativo, a figura da página representa o modelo de trabalho no qual o IBGE está se pautando para o desenvolvimento da sistemática de apuração de custos:

Tal modelo retrata, em nível macro, como estão divididas as diferentes sessões do projeto. As citadas sessões são materializadas pelos 9 quadrantes formados pelo encontro das três dimensões de gasto contempladas (pessoal, despesas correntes e depreciação e amortização) com os três objetos de custo definidos pela diretoria do IBGE (unidades organizacionais, produtos e processos de trabalho).

Inicialmente, em 2018, a equipe de projeto e desenvolvimento do projeto Custo do IBGE havia traçado um planejamento orientado a atuar sobre o quadrante “B1” que representa a apuração dos custos com despesas correntes nas diferentes unidades organizacionais do IBGE. Nesse sentido deu-se continuidade ao trabalho de verificação de consistência entre a base de unidades organizacionais do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) com a do Sistema de Informa-

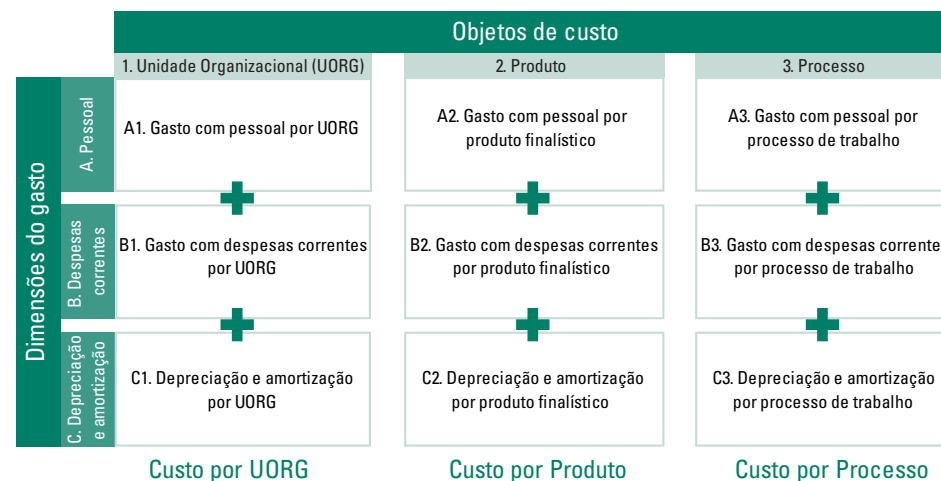
ções Organizacionais do Governo Federal (SIORG) e começou a ser projetada uma forma de serem inseridos os códigos das unidades organizacionais beneficiadas no processo manual de liquidação.

Num segundo momento, aproximadamente no 3º trimestre, optou-se por uma mudança estratégica na linha de atuação do exercício 2018. Essa alteração foi materializada por uma divisão de esforços, de maneira que a equipe continuasse atuando sobre o quadrante “B1” e, em paralelo, sobre o quadrante “A2” que diz respeito à apuração do custo de pessoal por produto.

No âmbito dessa nova vertente de trabalho (A2) tivemos como fruto um protótipo, ainda não funcional, do que será o sistema de pessoal voltado à apuração de custo. Esse protótipo será a base de trabalho que utilizaremos em 2019 para simulações das regras de negócio exigidas por um sistema dessa natureza, tais como: hierarquia de preenchimento, unidades de registro de esforço, cadência de registro, janela de preenchimento, etc.

Já no que diz respeito à iniciativa original de atuação para 2018 (B1) chegamos à conclusão de que, num primeiro momento, teríamos que reduzir no nível de granularidade das unidades organizacionais a acumular custo, uma vez que seria operacionalmente inviável fazer os registros no nível de granularidade estabelecido inicialmente sem a automatização do processo. Ainda na vertente de apuração das despesas correntes por unidade organizacional pudemos concluir que o sistema de gerenciamento de contratos operante na instituição (SDA-Contratos) não possui a flexibilidade de que precisamos para inserção dos centros de custo e códigos de unidades organizacionais beneficiadas. Dessa forma, em 2019, estudaremos um meio alternativo para incluir essas variáveis no processo de liquidação.

Os principais obstáculos enfrentados pelo projeto no exercício de 2018 foram a insuficiência de recursos humanos dedicados à programação do sistema unida a ausência de uma definição clara de prioridade de desenvolvimento em face a uma grande demanda da instituição pelo desenvolvimento de sistemas administrativos.

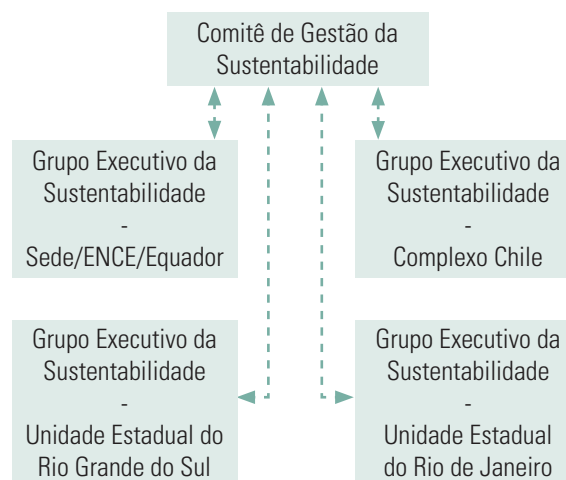


Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IBGE

No ano de 2018 foram retomadas as reuniões mensais do Comitê de Gestão da Sustentabilidade (CGS) com vistas à elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IBGE (2019-2023), cuja implementação contribuirá para o alcance do Objetivo Estratégico nº 9 – Implementar a gestão voltada para resultados, presente no Mapa Estratégico 2017-2027 da Instituição. O PLS possui como objetivo geral a criação de uma cultura organizacional que promova, gradualmente, a melhoria contínua das práticas de sustentabilidade do IBGE e está previsto para ser publicado no sítio da Instituição na intranet no primeiro trimestre de 2019.

Tendo em vista a complexidade relativa à criação, implementação, monitoramento e avaliação de planos institucionais como o PLS, que compreende ações em diferentes Diretorias, Unidades Estaduais e Agências de Coleta, foram instituídos grupos de trabalho locais denominados Grupos Executivos da Sustentabilidade (GES), responsáveis por apoiar o CGS em suas atividades, bem como viabilizar a execução do Plano. Os 4 GES ativados representam: (i) os Complexos da Sede, Equador e Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE); (ii) o Complexo Chile; (iii) a Unidade Estadual do Rio de Janeiro; e (iv) a Unidade Estadual do Rio Grande do Sul. Constitui um desafio para 2019 a implementação do PLS em todo o IBGE e a criação e a ativação de GES em todas as Unidades Estaduais da Instituição.

Gestão da sustentabilidade em 2018: reativação do Comitê de Gestão de Sustentabilidade e ativação de 4 Grupos Executivos da Sustentabilidade em 2018



Eixos temáticos do PLS do IBGE

O PLS do IBGE (2019-2023) possui nove eixos temáticos, que tiveram como referência os temas do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública (IASA), criado pelo Tribunal de Contas da União. Os nove eixos são apresentados a seguir:



Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O IBGE como instituição pública, e diante do atual cenário mundial, tem buscado a adoção de políticas e práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental em suas licitações de compra de material de consumo, aquisição de equipamentos de informática, mobiliário em geral, e obras de manutenção. As contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais facilmente identificados nos editais de licitação. Nesse sentido, vem utilizando seu poder de compra para implementar a política de aquisições sustentáveis, sinalizando para as empresas a necessidade de se adaptarem ao novo cenário mundial, adotando processos de produção com novos padrões ambientais, sociais e econômicos.

Dentre as práticas adotadas destacam-se:

Licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00

Licitações para aquisições de bens de natureza divisível com cota reservada de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte

Licitações voltadas exclusivamente para aquisição de materiais com critérios de sustentabilidade

Direito de Preferência: quando ocorrência de empate é assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas

Redução de resíduos poluentes

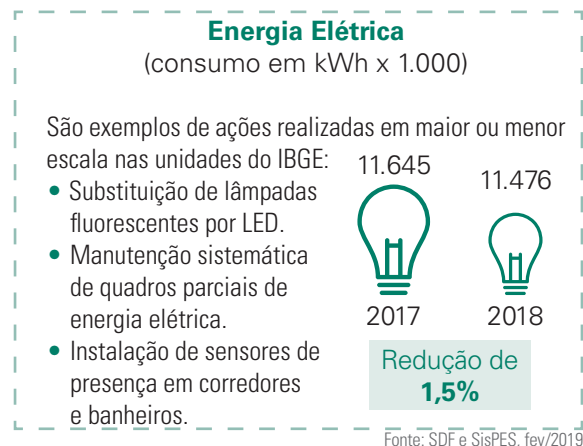
Dentre as ações realizadas para a redução de resíduos poluentes, destacam-se:

- Adoção de coletores de pilhas e baterias em algumas unidades do IBGE; e
- Utilização de coletores distintos para a separação de materiais recicláveis e lixo orgânico.

Ainda em relação à redução de resíduos poluentes, o IBGE reduziu o seu consumo de copos descartáveis em mais de 50%. Conforme pode ser verificado nos dados apresentados a seguir:



Ações para redução no consumo de recursos naturais

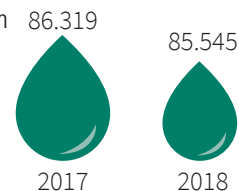


Água e esgoto

(consumo em m³)

São exemplos de ações realizadas em maior ou menor escala nas unidades do IBGE:

- Substituição de hidrômetros.
- Instalação de torneiras com temporizador e de válvulas de descarga com duplo acionamento.
- Verificação diária dos registros, torneiras e válvulas de descarga, além do monitoramento de hidrômetros, a fim de identificar e tratar possíveis vazamentos.



Papel

(consumo em resmas)

- Configuração das impressoras no modo de impressão frente e verso.
- Utilização de impressoras departamentais.



Operacionalização do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IBGE

As ações de sustentabilidade do IBGE serão implementadas através de planos de trabalho anuais nos quais serão planejadas ações em mais

de um eixo temático do PLS. A cada ano, ações em novos eixos serão acrescidas de forma gradual, de modo que, ao término da vigência do PLS, estejam sendo desenvolvidas ações em todos os temas. Cabe destacar que a adoção dessa abordagem busca trazer foco aos esforços institucionais envidados em cada novo tema trabalhado, viabilizando a gestão e implementação das ações, bem como o monitoramento de indicadores.

Assim, o ano de 2018 também marcou o início da elaboração do Plano de Trabalho de 2019, cuja publicação no sítio do IBGE na intranet está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2019. Nesse primeiro plano de trabalho pretende-se implementar ações institucionais nos seguintes eixos temáticos: Racionalização de material de consumo, Racionalização no uso de energia elétrica e atendimento aos normativos aplicáveis, Racionalização no uso de água e atendimento aos normativos aplicáveis, Gestão de resíduos e coleta seletiva solidária, e Capacitação.

Eixos temáticos do Plano de Trabalho de 2019 do PLS do IBGE (2019-2023)

Racionalização de material de consumo

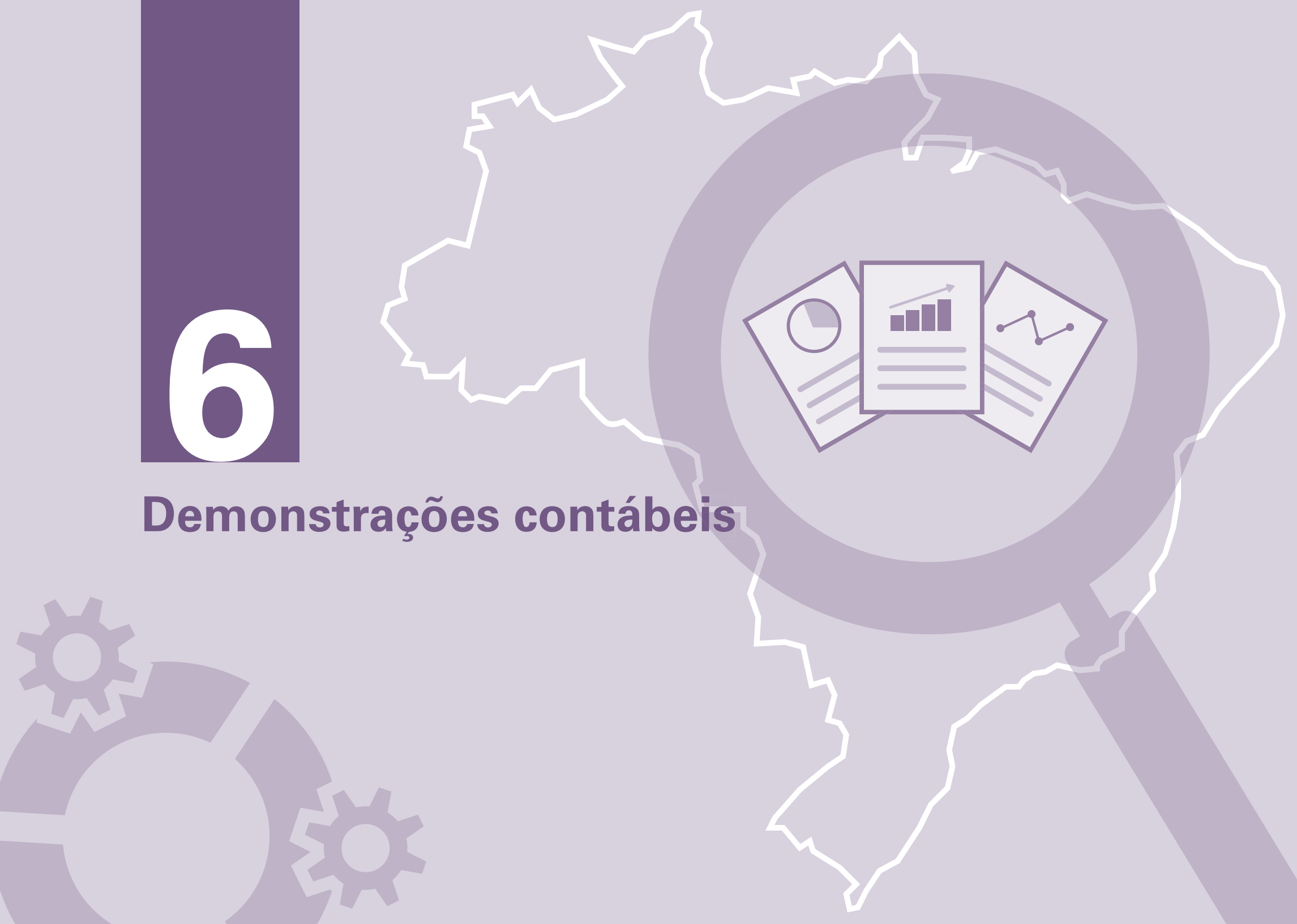
Racionalização no uso de energia elétrica e atendimento aos normativos aplicáveis

Racionalização no uso de água e atendimento aos normativos aplicáveis

Capacitação

6

Demonstrações contábeis



A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada, pela Gerência de Contabilidade (GECON) da Coordenação de Orçamento e Finanças (COF), de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são as seguintes:

- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Patrimonial– evidencia os ativos e passivos do IBGE.
- Demonstrações das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Demonstração dos Fluxos de Caixa e Balanço Financeiro – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido– divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição (MCASP) e o Manual SIAFI.

Declaração

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis do SIAFI

(CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante às ressalvas do órgão apresentadas abaixo:

FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO	
Justificativas	O IBGE passa por restrição no quadro de servidores ativos, devido ao grande volume de aposentadorias, o que reflete diretamente nas equipes, causando, algumas vezes, o não registro da conformidade de gestão.
Providências	O IBGE emitiu a Ordem de Serviço COF nº 03/2018 que trata do registro da conformidade de gestão e atribuiu ao Ordenador de Despesa, conforme previsto na macrofunção nº 020314, a responsabilidade do registro da conformidade de gestão, principalmente na ausência do titular e/ou substituto designado em portaria, o que minimizará o registro da restrição 315.
SALDO CONTÁBIL ALMOXARIFADO NÃO CONFERE COM RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO	
Justificativas	A comissão de inventário das Unidades Gestoras (UG's) 114603 e 114622 identificou, em dezembro/18, diferenças entre o inventário físico realizado no almoxarifado e os valores registrados no SIAFI. Em outras UG's, algumas notas fiscais foram recebidas em 12/2018 e liquidadas em 2019.
Providências	UG 114603: Conforme relatado pelo contador da unidade, o setor de Recursos Materiais irá providenciar o registro da baixa de materiais no estoque, pois segundo o setor alguns materiais foram consumidos, mas não baixados no sistema de almoxarifado, o que acabou gerando a diferença apontada pela comissão de inventário. UG 114622: Conforme relatado pelo contador da unidade: irão ajustar no sistema do almoxarifado no mês de Janeiro/19, com base nas informações do processo de inventário, sanando assim a diferença/restrrição.
SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS	
Justificativas	(1) Há várias pendências nas análises de bens móveis de algumas UG's, que se referem a erro de cadastro e aguardam a área de patrimônio efetuar os devidos ajustes. (2) Algumas UG's apresentaram diferenças entre o saldo constante no relatório patrimonial e o saldo constante no razão da respectiva conta no SIAFI, devido a alguns bens terem sido registrados na Contabilidade em dezembro/18, mas só registrados no patrimônio em janeiro/19, em função do fechamento da área de patrimônio para inventário anual.

Providências	(1) A Diretoria de informática implementou, em dezembro/2018, a funcionalidade para ajuste de cadastro. Com o esforço conjunto das áreas envolvidas, estima-se que essas pendências sejam totalmente sanadas em 2019. (2) Em janeiro/19 será sanada essa pendência com o registro patrimonial de tais bens.
FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DA DEPRECIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO	
Justificativas	Alterações no relatório de bens móveis e de valoração tem causado problemas na evolução da depreciação
Providências	Será solicitado à área de patrimônio, por meio do processo nº. 03604.003269/2016-11 PP, a regularização da diferença.
SAQUE SUPERIOR AO LIMITE PERMITIDO	
Justificativas	Quase todas as UG's ultrapassaram, em dezembro/2018, o limite permitido para saque nas aquisições por suprimento de fundos, conforme relatório emitido no Tesouro Gerencial. Somente as UG's 114601, 114605, 114610, 114629 e 114631 efetuaram saques dentro do limite de 30%.
Providências	Um segundo processo administrativo, nº. 03601.000347/2016-47, foi aberto contendo o Ofício IBGE/PR nº. 557, encaminhado em 30/09/2015, solicitando ao MP que interceda junto às Secretarias Executivas da CGU e ao Ministério da Fazenda para adoção das providências necessárias, no sentido de excetuar do limite com saque as despesas com locomoção com transporte intermunicipal terrestre e fluvial, bem como com serviços prestados por pessoas físicas, relacionadas com o levantamento de informações estatísticas e geocientíficas, nos termos autorizados em Portaria. Ressalta-se que esse processo está, atualmente, aguardando manifestação definitiva do Ministério da Fazenda.

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Setorial de Contabilidade
IBGE/DE/COF/GECON
CRC-RJ: 095720-0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 2º Semestre de 2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.569.918,00	2.569.918,00	3.808.398,68	1.238.480,68
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.321.851,00	2.321.851,00	3.504.188,61	1.182.337,61
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	176.780,00	176.780,00	162.525,15	-14.254,85
Valores Mobiliários	2.145.071,00	2.145.071,00	3.341.663,46	1.196.592,46
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	235.890,00	235.890,00	157.111,52	-78.778,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	235.890,00	235.890,00	157.111,52	-78.778,48
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	12.177,00	12.177,00	147.098,55	134.921,55
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	27.135,35	27.135,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	103.581,49	103.581,49
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	12.177,00	12.177,00	16.381,71	4.204,71
RECEITAS DE CAPITAL	454.356,00	454.356,00	920.526,00	466.170,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	454.356,00	454.356,00	920.526,00	466.170,00
Alienação de Bens Móveis	454.356,00	454.356,00	920.526,00	466.170,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.024.274,00	3.024.274,00	4.728.924,68	1.704.650,68
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-

(continua)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 2º Semestre de 2018

(continuação)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.024.274,00	3.024.274,00	4.728.924,68	1.704.650,68
DEFICIT			2.752.218.598,90	2.752.218.598,90
TOTAL	3.024.274,00	3.024.274,00	2.756.947.523,58	2.753.923.249,58
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.883.798.340,00	2.903.020.304,00	2.728.659.951,76	2.703.212.192,53	2.551.357.042,65	174.360.352,24
Pessoal e Encargos Sociais	2.311.203.920,00	2.309.819.202,00	2.145.698.318,35	2.145.593.469,33	2.003.451.633,03	164.120.883,65
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	572.594.420,00	593.201.102,00	582.961.633,41	557.618.723,20	547.905.409,62	10.239.468,59
DESPESAS DE CAPITAL	26.933.826,00	30.707.826,00	28.287.571,82	7.457.410,81	7.455.889,81	2.420.254,18
Investimentos	26.933.826,00	30.707.826,00	28.287.571,82	7.457.410,81	7.455.889,81	2.420.254,18
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.910.732.166,00	2.933.728.130,00	2.756.947.523,58	2.710.669.603,34	2.558.812.932,46	176.780.606,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.910.732.166,00	2.933.728.130,00	2.756.947.523,58	2.710.669.603,34	2.558.812.932,46	176.780.606,42
TOTAL	2.910.732.166,00	2.933.728.130,00	2.756.947.523,58	2.710.669.603,34	2.558.812.932,46	176.780.606,42

Fonte: SIAFI

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.653.417,88	135.127.680,26	100.235.336,14	100.229.889,33	34.245.625,86	2.305.582,95
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.653.417,88	135.127.680,26	100.235.336,14	100.229.889,33	34.245.625,86	2.305.582,95
DESPESAS DE CAPITAL	543.343,99	28.159.543,90	28.223.854,70	28.223.854,70	390.338,43	88.694,76
Investimentos	543.343,99	28.159.543,90	28.223.854,70	28.223.854,70	390.338,43	88.694,76
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.196.761,87	163.287.224,16	128.459.190,84	128.453.744,03	34.635.964,29	2.394.277,71

Fonte: SIAFI

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	16.295,36	2.528.174,08	2.526.217,37	18.231,91	20,16
Pessoal e Encargos Sociais	-	740.468,62	740.468,62	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.295,36	1.787.705,46	1.785.748,75	18.231,91	20,16
DESPESAS DE CAPITAL	-	223.688,08	223.688,08	-	-
Investimentos	-	223.688,08	223.688,08	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	16.295,36	2.751.862,16	2.749.905,45	18.231,91	20,16

Fonte: SIAFI

BALANÇO PATRIMONIAL - 2º Semestre de 2018

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	%	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	%
ATIVO CIRCULANTE	206.285.453,47	128.910.447,28	60%	PASSIVO CIRCULANTE	166.476.299,75	18.031.909,05	823%
Caixa e Equivalentes de Caixa	175.467.939,24	97.691.578,08	80%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	131.697.797,59	14.665.381,47	798%
Créditos a Curto Prazo	24,50	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-
Clientes	24,50	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.259.554,23	1.835.217,31	-31%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	21.892.920,91	21.905.040,29	0%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	547.530,10	19,00	2881637%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-
Estoques	8.917.668,34	9.313.163,04	-4%	Provisões a Curto Prazo	-	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	32.971.417,83	1.531.291,27	2053%
VPDs Pagas Antecipadamente	6.900,48	665,87	936%				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	487.976.377,13	489.997.588,78	0%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	388.080,46	200.584,99	93%
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.645.134,06	1.267.462,03	30%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	170.503,42	-	-
Créditos a Longo Prazo	709.124,55	838.092,75	-15%	Demais Obrigações a Longo Prazo	217.577,04	200.584,99	8%
Dívida Ativa Não Tributária	2.256.593,97	2.141.604,17	5%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	166.864.380,21	18.232.494,04	815%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-1.547.469,42	-1.303.511,42	19%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	936.009,51	429.369,28	118%				
Investimentos	-	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	%
Imobilizado	476.564.106,66	481.626.198,11	-1%	Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Bens Móveis	175.321.553,25	182.832.506,08	-4%	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Bens Imóveis	338.186.939,73	318.568.609,48	6%	Reservas de Capital	-	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-162.865.386,48	-135.736.103,40	20%	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	Reservas de Lucros	-	-	-
Bens Imóveis	301.242.553,41	298.793.692,03	1%	Demais Reservas	-	-	-
Bens Imóveis	307.199.426,19	302.200.114,82	2%	Resultados Acumulados	527.397.450,39	600.675.542,02	-12%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.956.872,78	-3.406.422,79	75%	Resultado do Exercício	-73.322.299,36	163.951.480,97	-145%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	600.675.542,02	436.517.936,32	38%
Intangível	9.767.136,41	7.103.928,64	37%	Ajustes de Exercícios Anteriores	44.207,73	206.124,73	-79%
Softwares	9.767.136,41	7.103.928,64	37%	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
Softwares	16.769.760,84	10.775.592,24	56%	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	527.397.450,39	600.675.542,02	-12%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-7.002.624,43	-3.671.663,60	91%				
TOTAL DO ATIVO	694.261.830,60	618.908.036,06	12%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	694.261.830,60	618.908.036,06	12%

Fonte: SIAFI

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	175.467.939,24	97.691.878,08	PASSIVO FINANCEIRO	201.187.656,98	169.180.890,68
ATIVO PERMANENTE	518.793.891,36	521.216.157,98	PASSIVO PERMANENTE	14.228.808,15	14.310.964,15
			SALDO PATRIMONIAL	478.845.365,47	435.416.181,23

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2018	2017	%	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2018	2017	%
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	46.870.651,24	42.570.896,59	10%	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	196.055.688,21	166.625.137,01	18%
Execução dos Atos Potenciais Ativos	46.870.651,24	42.570.896,59	10%	Execução dos Atos Potenciais Passivos	196.055.688,21	166.625.137,01	18%
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	21.739.954,79	19.308.430,55	13%	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	25.130.696,45	23.262.466,04	8%	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	196.055.688,21	166.625.137,01	18%
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-	-
TOTAL	46.870.651,24	42.570.896,59	10%	TOTAL	196.055.688,21	166.625.137,01	18%

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-29.802.576,41
Recursos Vinculados	4.082.858,67
Seguridade Social (Exceto RGPS)	132.289,95
Alienação de Bens e Direitos	1.823.217,52
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.127.351,20
TOTAL	-25.719.717,74

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - 2º Semestre de 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2018	2017	%	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.932.488.663,39	3.087.913.443,75	-5%	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	
Contribuições	-	-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	326.733,91	9.651.380,65	-97%	
Venda de Mercadorias	156.623,87	215.168,96	-27%	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	170.110,04	9.436.211,69	-98%	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.341.863,42	3.631.685,64	-8%	
Juros e Encargos de Mora	66,39	124,94	-47%	
Variações Monetárias e Cambiais	133,57	24.124,22	-99%	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.341.663,46	3.607.436,48	-7%	
Transferências e Delegações Recebidas	2.918.369.321,87	3.043.724.079,49	-4%	
Transferências Intragovernamentais	2.890.631.466,93	2.952.193.561,11	-2%	
Transferências Intergovernamentais	-	-11.865,12	-100%	
Outras Transferências e Delegações Recebidas	27.737.854,94	91.542.383,50	-70%	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.338.495,98	26.793.494,12	-80%	
Reavaliação de Ativos	3.405.571,40	14.371.726,51	-76%	
Ganhos com Alienação	-	-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.914.929,69	12.420.675,50	-85%	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.994,89	1.092,11	1548%	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.112.248,21	4.112.803,85	24%	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	63.714,77	26.320,74	142%	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.048.533,44	4.086.483,11	24%	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.005.810.962,75	2.923.961.962,78	3%	
Pessoal e Encargos	1.359.304.032,57	1.293.633.718,24	5%	
Remuneração a Pessoal	1.056.852.185,96	990.518.153,37	7%	
Encargos Patronais	218.480.946,97	205.914.208,27	6%	
Benefícios a Pessoal	83.241.838,91	96.654.516,11	-14%	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	729.060,73	546.840,49	33%	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.168.694.426,53	1.130.339.662,08	3%	

(continua)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - 2º Semestre de 2018

(continuação)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2018	2017	%	
Aposentadorias e Reformas	937.979.317,18	907.378.207,32	3%	
Pensões	228.902.181,00	221.564.877,26	3%	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.812.928,35	1.396.577,50	30%	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	285.536.002,35	269.037.277,74	6%	
Uso de Material de Consumo	25.510.558,38	20.163.832,42	27%	
Serviços	222.850.194,56	223.293.368,04	0%	
Depreciação, Amortização e Exaustão	37.175.249,41	25.580.077,28	45%	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	561.792,73	98.726,65	469%	
Juros e Encargos de Mora	552.759,59	83.582,73	561%	
Variações Monetárias e Cambiais	1.914,16	1.115,64	72%	
Descontos Financeiros Concedidos	7.118,98	14.028,28	-49%	
Transferências e Delegações Concedidas	155.644.536,97	187.865.189,26	-17%	
Transferências Intragovernamentais	129.553.341,90	105.731.066,11	23%	
Transferências ao Exterior	17.079,18	22.280,09	-23%	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	26.074.115,89	82.111.843,06	-68%	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8.832.814,87	16.902.495,05	-48%	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.053.244,34	275.811,88	282%	
Perdas com Alienação	1.628.837,65	1.147.788,33	42%	
Perdas Involuntárias	361.308,65	441.293,38	-18%	
Desincorporação de Ativos	5.789.424,23	15.037.601,46	-62%	
Tributárias	959.411,28	806.175,85	19%	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	158.744,25	109.543,57	45%	
Contribuições	800.667,03	696.632,28	15%	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	55.005,93	71.429,51	-23%	
Custo das Mercadorias Vendidas	55.005,93	71.429,51	-23%	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26.222.939,52	25.207.288,40	4%	
Premiações	132.261,37	78.285,80	69%	
Incentivos	424.960,00	397.080,00	7%	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	25.665.718,15	24.731.922,60	4%	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-73.322.299,36	163.951.480,97	-145%	

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - 2º Semestre de 2018

	2018	2017	%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	112.759.267,75	171.007.199,78	-34%
INGRESSOS	2.904.863.611,44	2.973.436.956,57	-2%
Receitas Derivadas e Originárias	3.808.398,68	14.747.849,25	-74%
Receita Patrimonial	162.525,15	130.931,35	24%
Receita de Serviços	157.111,52	9.506.629,12	-98%
Remuneração das Disponibilidades	3.341.663,46	3.607.436,48	-7%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	147.098,55	1.502.852,30	-90%
Transferências Correntes Recebidas	-	-11.865,12	-100%
Intergovernamentais	-	-11.865,12	-100%
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-11.865,12	-100%
Outros Ingressos das Operações	2.901.055.212,76	2.958.700.972,44	-2%
Ingressos Extraorçamentários	8.141.470,84	6.500.370,36	25%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	6.977,36	-100%
Transferências Financeiras Recebidas	2.890.631.466,93	2.952.193.561,11	-2%
Arrecadação de Outra Unidade	2.255.872,53	-	-
Demais Recebimentos	26.402,46	63,61	41407%
DESEMBOLSOS	-2.792.104.343,69	-2.802.429.756,79	0%
Pessoal e Demais Despesas	-2.435.970.561,06	-2.484.749.431,62	-2%
Administração	-1.312.751.140,32	-1.347.772.493,95	-3%
Segurança Pública	-230.707,78	-156.817,36	47%
Previdência Social	-1.120.845.841,04	-1.136.530.465,22	-1%
Saúde	-1.779.176,58	-280.236,32	535%
Educação	-22.678,69	-26.453,89	-14%
Comércio e Serviços	-270.000,00	-	-
Desporto e Lazer	-	-5.965,88	-100%
Encargos Especiais	-41.976,00	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-29.040,65	23.001,00	-226%
Transferências Concedidas	-218.171.628,94	-205.883.802,39	6%
Intragovernamentais	-218.155.004,96	-205.862.272,77	6%
Outras Transferências Concedidas	-16.623,98	-21.529,62	-23%
Outros Desembolsos das Operações	-137.962.153,69	-111.796.522,78	23%

(continua)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - 2º Semestre de 2018

(continuação)

	2018	2017	%
Dispêndios Extraorçamentários	-8.409.280,33	-6.065.456,67	39%
Transferências Financeiras Concedidas	-129.552.873,36	-105.731.066,11	23%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-34.982.906,59	-115.447.011,63	-70%
INGRESSOS	920.526,00	1.166.738,00	-21%
Alienação de Bens	920.526,00	1.166.738,00	-21%
DESEMBOLSOS	-35.903.432,59	-116.613.749,63	-69%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-29.212.062,62	-105.867.120,25	-72%
Outros Desembolsos de Investimentos	-6.691.369,97	-10.746.629,38	-38%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	77.776.361,16	55.560.188,15	40%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	97.691.578,08	42.131.389,93	132%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	175.467.939,24	97.691.578,08	80%

Fonte: SIAFI

BALANÇO FINANCEIRO - 2º Semestre de 2018

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	%	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	%
Receitas Orçamentárias	4.728.924,68	15.902.722,13	-70%	Despesas Orçamentárias	2.756.947.523,58	2.897.690.811,58	-5%
Ordinárias	-	1.497.448,75	-100%	Ordinárias	2.365.787.925,46	2.203.588.388,43	7%
Vinculadas	4.770.512,41	14.688.999,29	-68%	Vinculadas	391.159.598,12	694.102.423,15	-44%
Recursos de Receitas Financeiras		-		Educação	-	26.453,89	-100%
Alienação de Bens e Direitos	924.576,00	1.403.738,00	-34%	Seguridade Social (Exceto RGPS)	353.466.669,03	679.251.149,47	-48%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.845.936,41	13.285.261,29	-71%	Recursos de Receitas Financeiras	-	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-41.587,73	-283.725,91	-85%	Operação de Crédito	-	4.713.162,99	-100%
				Alienação de Bens e Direitos	351.842,98	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.890.631.466,93	2.952.193.561,11	-2%	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	37.318.407,42	10.111.656,80	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.794.556.131,77	2.870.390.470,31	-3%	Outros Recursos Vinculados a Fundos	22.678,69	-	-
Repasse Recebido	2.681.686.415,72	2.772.335.225,50	-3%	Transferências Financeiras Concedidas	129.552.873,36	105.731.066,11	23%
Sub-repasse Recebido	112.869.716,05	98.055.244,81	15%	Resultantes da Execução Orçamentária	113.156.627,27	98.618.312,39	15%
Independentes da Execução Orçamentária	96.075.335,16	81.803.090,80	17%	Repasse Concedido	42.118,51	24.799,07	70%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	83.513.562,45	76.592.739,72	9%	Sub-repasse Concedido	112.869.716,05	98.055.244,81	15%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	12.561.772,71	5.210.351,08	141%	Repasse Devolvido	244.792,71	538.268,51	-55%
Aporte ao RPPS	-	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	16.396.246,09	7.112.753,72	131%
Aporte ao RGPS	-	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	14.102.214,29	5.580.611,68	153%
				Demais Transferências Concedidas	-	8.503,21	-100%
Recebimentos Extraorçamentários	208.558.336,95	172.569.256,23	21%	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.294.031,80	1.523.638,83	51%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	151.856.670,88	2.751.619,74	5419%	Aporte ao RPPS	-	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	46.277.920,24	163.287.224,16	-72%	Aporte ao RGPS	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.141.470,84	6.500.370,36	25%	Despesas Extraorçamentárias	139.641.970,46	81.683.473,63	71%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.282.274,99	30.041,97	7497%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.749.905,45	1.720.928,60	60%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	23.001,00	-100%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	128.453.744,03	73.897.088,36	74%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	6.977,36	-100%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.409.280,33	6.065.456,67	39%
Arrecadação de Outra Unidade	2.255.872,53	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	29.040,65	-	-
Demais Recebimentos	26.402,46	63,61	41407%	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	29.040,65	-	-
Saldo do Exercício Anterior	97.691.578,08	42.131.389,93	132%	Saldo para o Exercício Seguinte	175.467.939,24	97.691.578,08	80%
Caixa e Equivalentes de Caixa	97.691.578,08	42.131.389,93	132%	Caixa e Equivalentes de Caixa	175.467.939,24	97.691.578,08	80%
TOTAL	3.201.610.306,64	3.182.796.929,40	1%	TOTAL	3.201.610.306,64	3.182.796.929,40	1%

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2º Semestre de 2017

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	436.517.936,32	-	-	436.517.936,32
Variação Cambial	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	183.023,16	-	-	183.023,16
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	23.101,57	-	-	23.101,57
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	163.951.480,97	-	-	163.951.480,97
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	600.675.542,02	-	-	600.675.542,02

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2º Semestre de 2018

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	600.675.542,02	-	-	600.675.542,02
Variação Cambial	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	169.642,18	-	-	169.642,18
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-125.434,45	-	-	-125.434,45
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-73.322.299,36	-	-	-73.322.299,36
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	527.397.450,39	-	-	527.397.450,39

Vera Lucia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 095720-0/9
CPF 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF 401.413.737-68

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor Executivo
CPF 722.028.908-15

Roberto Luis Olinto Ramos
Presidente
CPF 406.118.687-68

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações Gerais

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma Fundação Pública de Direito Público Federal, instituída na forma do Decreto-lei nº. 161, de 13 de fevereiro de 1967, e regida pela Lei nº. 5.878, de 11 de maio de 1973. O domicílio da entidade é na Avenida Franklin Roosevelt 166 - Cep 20.021-120 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

O IBGE é integrante da Administração Pública. Constitui seu objetivo básico assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do país, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional. A atuação do IBGE se exercerá mediante a produção direta de informações, a coordenação, orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais. Serão mantidos pelo IBGE, para atendimento das suas próprias necessidades e das dos usuários de informações, os cursos de graduação e de treinamento de profissionais e especialistas nas atividades correspondentes à sua área de competência, podendo também ser promovida a realização de outros cursos de formação relacionados com essa mesma área. Para consecução do seu objetivo básico, o IBGE atuará principalmente nas áreas de competência relacionadas a estatísticas primárias (contínuas e censitárias); estatísticas derivadas (indicadores econômico e sociais, sistemas de contabilidade social e outros sistemas de estatísticas deriva-

das); pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos, geodésicos e cartográficos; levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas; sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência (artigos 2º e 3º da Lei n. 5.878, de 11 de maio de 1973).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

De acordo com o MCASP - 8ª edição, as notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. Contêm informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas Demonstrações Contábeis.

As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis.

Ainda devem evidenciar o reconhecimento de inconformidades provavelmente relevantes para a avaliação de responsabilidades *accountability*, que pode afetar a avaliação do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro. Essa evidenciação pode também influenciar as decisões sobre os recursos a serem alocados na entidade, no futuro.

Também incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das infor-

mações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

As notas explicativas podem ser apresentadas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações complementares necessárias para a melhor evidenciação dos resultados e da situação financeira da entidade. Devem ser apresentadas de maneira sistemática, de forma que cada item constante das demonstrações contábeis faça referência à sua respectiva informação adicional relacionada nas notas.

Resumo das políticas contábeis significativas

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela STN através do MCASP, que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade e com as normas técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As principais práticas contábeis estão resumidas da seguinte forma:

Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado até 2018, na conta 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), é decorrente principalmente de doações/perdas de Assistentes Pessoais Digitais (PDA's), doações de Smartphones, baixa de materiais bibliográficos considerados inservíveis e registros de alienações de exercício anterior feitos somente neste exercício.

Depreciação de Bens Móveis

O IBGE vem aplicando os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, na NBC T 16.9 e na NBC T 16.10 para depreciar, amortizar e mensurar seus ativos.

Os bens móveis adquiridos ou colocados em uso a partir de 2010 estão sendo depreciados normalmente. Já os bens móveis adquiridos antes de 2010 estão sendo depreciados regularmente neste exercício, após terem sido reavaliados pela Comissão de Reavaliação instituída pela Presidente do IBGE e seu registro efetuado devidamente em dezembro de 2015.

Registro e Depreciação de Bens Imóveis

As inclusões, atualizações e incorporações de valores neste grupo são feitas por meio do SPIUNET, sistema desenvolvido pela Secretaria de Patrimônio da União. As benfeitorias realizadas em imóveis da União cedidos ao IBGE também são incorporadas ao valor destes no SPIUNET. Desde dezembro de 2014, a depreciação é calculada e registrada no SIAFI pela STN. Esses cálculos são feitos diretamente na Secretaria do Patrimônio da União e informados à STN. O IBGE não tem participação no fornecimento e produção desses números.

Amortização do Ativo Intangível

A amortização dos bens intangíveis foi de fato registrada a partir do segundo semestre de 2016, quando foram feitas as primeiras classificações de softwares com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de TI em função de sua utilização

e obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIAFI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são pro-rata.

Bens Bibliográficos

Os bens bibliográficos englobam os objetos e materiais bibliográficos para a formação de acervo. O ajuste contábil se dá a partir do Relatório de Movimento Mensal de Bens Bibliográficos, que é encaminhado às áreas contábeis.

Com a publicação da Resolução do Conselho Diretor (RCD) nº 22/2013, todas as bibliotecas do IBGE, com exceção da Biblioteca Ibegeana, da DGC e da ENCE passaram a ser consideradas como Bibliotecas Públicas, com o registro contábil na conta 123119910 – Material de Uso Duro (consumo).

As seguintes bibliotecas passaram a ser consideradas como não públicas e o registro contábil executados na conta 123110402 – Coleções e Materiais Bibliográficos (permanente) são elas: Ibegeana, DGC e ENCE.

O CDDI publicou a Nota de Serviço 001/2014, de 04 de novembro de 2014, que dá publicidade e regulamenta o uso do Manual da Rede de Bibliotecas do IBGE.

Os bens bibliográficos caracterizados como imobilizado ainda não estão sofrendo depreciação. Após análise dessa situação foi feito contato com a STN que por meio da mensagem SIAFI 2016/0973048 orientou que a depreciação dos bens classificados nesse grupo fosse imple-

mentada. Este item está na lista de pendências e prioridades com o intuito de regularizar este registro.

Venda de Publicações

O IBGE realiza a fabricação e venda de publicações diversas. No entanto, esta rotina ainda não está em conformidade com os princípios contábeis vigentes e com a nova contabilidade pública nacional, relativos à apuração de resultados. Dessa maneira, o IBGE está se organizando para implantar com urgência a adoção dos procedimentos de apropriação de custos para o adequado registro contábil desta produção, a fim de que seja efetivamente calculado o valor fidedigno dos bens produzidos por esta casa e eventual perda ou ganho com as vendas.

Devido ao exposto acima, atualmente, registramos as transações referentes a publicações na conta 11.511.01.01 – Mercadorias para venda ou revenda. Até o momento não temos como fazer a contabilização correta, que seria na conta 11.521.01.00 – Produtos Acabados. Para a realização dessa contabilização, seria necessária a apuração de custo do processo produtivo destas publicações.

Ajuste para Perdas

Em atendimento aos princípios da oportunidade e da prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da entidade. Para melhor evidência desse ativo, o procedimento adequado em termos contábeis é a constituição de uma estimativa de perda sobre os valores inscritos em Créditos Administrativos e Dívida Ativa.

O ajuste vai ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade, estando embasado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluiu o procedimento nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A constituição da Estimativa de Perdas é realizada conforme critério definido e publicado na Ordem de Serviço 01/2016 que regulamenta as Normas sobre os Registros de Ajustes para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa. A seguir a tabela utilizada para os cálculos.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	FASE	PERÍODO DE ATRASO	PERCENTUAL APLICADO
Baixa Dificuldade de Recuperação	A	0-1	5
Média Dificuldade de Recuperação	B	1-2	10
	C	2-3	25
Alta Dificuldade de Recuperação	D	3-4	50
	E	4-5	80

Informações e Detalhamentos das Demonstrações Contábeis

Análise do Balanço Orçamentário

Neste 2º semestre de 2018, a receita arrecadada acumulada representa 156,37% da receita prevista. As receitas de “Valores Mobiliários”, “Outras Receitas Correntes” e a “Receita com Alienação de Bens móveis” superaram o valor previsto. A primeira é responsável por 70,66% do total arrecadado neste exercício. Com relação ao grupo “Outras Receitas Correntes” houve previsão somente para a rubrica “Demais Receitas Correntes”, sendo a execução desse grupo

correspondente a 3,11% do total das receitas realizadas. O valor arrecadado com alienação de bens superou mais que o dobro da previsão, foram realizados leilões em diversas unidades estaduais neste exercício.

O Balanço Orçamentário do IBGE apresenta déficit orçamentário de R\$ 2.752.218.598,90, por sua característica de não ser um agente arrecadador, e por isso executa suas despesas orçamentárias e realiza seus investimentos dependendo de recursos do Tesouro. Este fato, de acordo com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, não representa irregularidade.

Análise do Balanço Patrimonial

Destacamos que o Ativo Circulante ao final do 2º semestre de 2018 apresentou um aumento de 60%, em comparação com o 2º semestre de 2017. O exercício encerrou com saldo significativo na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” pois, conforme mensagem 2018/1569926, com as novas rotinas referentes as Ordens Bancárias, o pagamento da folha referente a dezembro só seria realizado em janeiro de 2019. Cabe destacar que neste exercício, através da portaria 9.420 de 14/09/2018 da Secretaria de Orçamento e Finanças, os valores aplicados da fonte própria (0250) poderiam ser usados para o pagamento da folha em fontes específicas. Isso impactou qualitativamente no ativo circulante de 2018, pois foram remanejados recursos na conta caixa que em 2019 serão utilizados para pagar a folha de dezembro.

No Ativo Não Circulante a variação de saldo total foi uma redução de menos de 1%. O grupo

de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo aumentou 118%. Isso se deve ao fato de algumas unidades estaduais terem reclassificado seus créditos administrativos do curto para o longo prazo, pois não há expectativa de serem recebidos, haja vista o tempo que permanecem inadimplentes, e tampouco cumprem os requisitos para serem incluídos em Dívida Ativa. Com relação ao grupo dos Bens Móveis, em 2018 houve aquisições para atender a realização do Censo Agro, com isso o valor da depreciação acumulada aumentou, pois além do impacto das novas aquisições há também o saldo acumulado da depreciação de bens adquiridos anteriormente. No que diz respeito ao grupo dos Ativos Intangíveis, referente aos softwares do IBGE, houve um crescimento de 37%, assim como a conta de amortização também cresceu significativamente. Ao longo do exercício foram feitas aquisições para auxiliar na execução das atividades de Censo e, além disso, as informações orçamentárias e técnicas fornecidas pelas áreas requisitantes estão mais detalhadas e adequadas, possibilitando maior fidedignidade na evidenciação de investimento em tecnologia da informação no Balanço Patrimonial do IBGE.

O Passivo Circulante apresenta um aumento de 823% em relação ao 2º semestre de 2017. Esse sensível aumento, principalmente nos grupos “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” e “Demais Obrigações a Curto Prazo”, é consequência de o pagamento da folha de dezembro ter sido efetuado somente em janeiro de 2019, conforme citado anteriormente. Outro fator que contribuiu para esse crescimento foi a contabilização de precatórios, que passou a ser registrada em dezembro no patrimônio do IBGE. Até então, os registros desses precatórios eram feitos somente nos grupos

de contas orçamentárias, através de destaque de créditos, e não afetavam, portanto, o patrimônio. Ressalta-se que a escrituração desses valores é feita diretamente pelos respectivos Tribunais em nosso balanço.

O Passivo não circulante também sofreu um crescimento, devido ao registro de precatórios no grupo de “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo”. Esse registro, assim como no passivo circulante, também passou a ser efetuado em 2018 diretamente pelos respectivos tribunais em nosso balanço.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No 2º semestre de 2018, as Variações Patrimoniais Aumentativas foram inferiores em 2,44% às Variações Patrimoniais Diminutivas, o que gerou um resultado patrimonial negativo de R\$ 73.322.299,36.

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas, as de maior impacto são: Transferências Intra-governamentais, sendo que estas compõem 98,57% de todo o saldo, e Outras Transferências e Delegações Recebidas, mais especificamente devido às transferências de bens móveis entre Unidades Estaduais.

Comparando com o mesmo período do exercício anterior, o grupo “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” apresentou significativa redução, pois em 2017 foi realizado Concurso, o que impactou nas receitas à época. Outro grupo de Variações Patrimoniais Aumentativas que apresentou um decréscimo foi o de “Outras Transferências e Delegações Recebidas” que,

além do registro das transferências de bens móveis entre unidades estaduais, teve em 2017 registros de imóveis após orientações da SPU conforme Ofício nº 14462/2017 – MP.

Com relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, as de maior impacto são Remuneração a Pessoal e Aposentadorias e Reformas, compondo 35,16% e 31,21%, respectivamente. Tanto o grupo “Pessoal e Encargos” quanto o grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” tiveram aumento de saldo na comparação com o mesmo semestre de 2017, essa variação está relacionada também com a realização do Censo Agro. As despesas com folha de pagamento de censitários e contratados começaram somente em agosto de 2017 e ocorreram ao longo de todo exercício de 2018, o que explica o aumento das despesas com pessoal em 2018 comparado a 2017. Além disso, em julho de 2017, houve o ingresso do adicional de 50% de servidores aprovados no concurso realizado em 2016, o que impactou apenas metade do ano de 2017, mas em 2018 já reflete por todo o período.

Neste exercício, como mencionado anteriormente, foi autorizada a utilização de recursos próprios aplicados para o pagamento da folha de dezembro pela portaria 9.420 de 14/09/2018 da SOF. Portanto, as variações diminutivas referentes a esse pagamento não têm a compensação das Variações Patrimoniais Aumentativas de recebimento de recurso, já que os valores são de exercícios anteriores e sua entrada foi registrada em outro momento, o que contribui para o resultado patrimonial negativo neste demonstrativo. Além disso, com o volume de aquisição de bens móveis para suprir as atividades do Censo, a depreciação acumulada consequentemente também teve seu saldo elevado. Esses valores

também impactam reduzindo o patrimônio, mas sem uma contrapartida direta nas variações aumentativas.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, a principal fonte de ingresso financeiro das atividades operacionais do IBGE são as transferências financeiras recebidas, sendo 99,51% do valor dos ingressos nessa atividade. Como explicado anteriormente, o IBGE não é um agente arrecadador, portanto seus recursos provêm em sua maior parte de transferências do Tesouro.

Como mencionado anteriormente, também, a folha de dezembro foi paga somente em janeiro de 2019 devido às alterações de rotina de Ordens Bancárias, isso refletiu em um aumento de caixa neste exercício, pois o pagamento da despesa só irá refletir no caixa do ano seguinte.

Já no fluxo de caixa referente a Investimentos o desembolso com aquisição de Ativo não Circulante é responsável por 81,36% do saldo dessa atividade. Dos R\$ 35.903.432,59 desembolsados, 78,61% foram para pagamento de RPNP, 0,62% para pagamento de RPP e 20,77% para liquidação e pagamento de créditos empenhados neste exercício.

Análise do Balanço Financeiro

Ao analisar o Balanço Financeiro do 2º semestre de 2018, verifica-se que o aumento da disponibilidade de caixa durante o exercício foi de 80%, R\$ 77.776.361,16. Este exercício terminou com saldo significativo em caixa, pois a folha de de-

zembro foi paga somente em janeiro de 2019. Isso ocorreu devido à mudança de rotina no sistema para pagamento de Ordens Bancárias (OB) e, conforme mensagem 2018/1569926, a folha de pagamento referente a dezembro só teve OB's geradas em 02/01/2019.

Houve redução nas receitas orçamentárias, pois em 2017 foi realizado concurso, o que elevou bastante o saldo no período. Além disso, até 2017, as Receitas Orçamentárias Ordinárias contemplavam os valores realizados na fonte 0100 – Tesouro, porém a partir de 2018 essa fonte deixou de refletir nas contas de receitas orçamentárias, ficando registrada somente em contas de controle. Os Recebimentos Orçamentários foram superiores aos Dispendios Orçamentários em apenas 0,31%.

As despesas orçamentárias empenhadas neste exercício, quando comparadas ao exercício de 2017, apresentaram uma redução de 5%. Do total empenhado, 1,68% não foi liquidado e 92,81% já foi liquidado e pago.

Com relação ao pagamento de Restos a Pagar não Processados e Processados, verifica-se que houve um aumento de 73,5% no exercício de 2018. No que se refere às inscrições em Restos a Pagar no ano de 2018, houve um grande aumento nos valores inscritos em Restos a Pagar Processados, sendo de 5419%.

7

Outras informações relevantes



I - Quanto ao Acórdão 2.713/2018 TCU – Plenário, de 27/11/2018

¹ Em relação ao risco de cancelamento ou atraso na realização de pesquisas e censos em desconformidade com a Lei 8.184/91

a) Suficiência de medidas preparatórias para o Censo Demográfico 2020, considerando aspectos orçamentário e de pessoal, bem como as eventuais medidas alternativas adotadas com vistas à plena eficácia da operação censitária

Considerando os aspectos orçamentário e de pessoal, apresentamos, a seguir, as medidas relacionadas ao planejamento do Censo Demográfico 2020:

No aspecto orçamentário, a primeira versão do orçamento de 2019 referente ao Censo Demográfico 2020 totalizou R\$ 520 milhões, levando em consideração a programação para que as licitações dos equipamentos e acessórios da coleta ocorressem em tempo suficiente, de modo a não comprometer o cronograma censitário. No entanto, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) sinalizou que seria inviável atender a este valor.

Como resposta do IBGE, uma segunda versão do orçamento foi então elaborada, passando para o exercício de 2020 cerca de 70% a 80% da aquisição dos itens de maior valor, resultando no valor orçado de R\$ 347 milhões para 2019. Por fim, a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019 foi sancionada em R\$ 235 milhões, o que exigiu novos ajustes em outros itens e no programa de trabalho.

A passagem para 2020 da maior parte das aquisições dos equipamentos de coleta, embora reduza o risco de cancelamento da operação censitária, exige que os recursos necessários para aquisição de equipamentos sejam recebidos de acordo com o cronograma revisto, sob pena de adiamento da operação.

Quanto ao aspecto recursos humanos, em 18 de maio de 2018, o IBGE solicitou ao MP uma autorização para realização de processo seletivo para contratação de analistas censitários (quadro temporário) com vistas ao ingresso em janeiro de 2019, o que não foi atendido. A falta de autorização para a realização de concurso público para o preenchimento de 1.800 vagas do quadro efetivo, abertas por aposentadorias e outras perdas nos últimos anos, dificulta a realização das atividades preparatórias para o Censo 2020, uma vez que as unidades da Administração Central e também as Unidades Estaduais do IBGE estão trabalhando no limite da capacidade de produção para a realização das pesquisas e demais atividades do programa regular de trabalho.

Visando minimizar os efeitos da falta de pessoal para a supervisão e validação da base territorial que subsidia a operação censitária, o IBGE vem priorizando um conjunto de atividades, tais como: a atualização e identificação de áreas de crescimento urbano nos municípios, por meio da exploração dos cadastros cedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), buscando as regiões com diferenças significativas dos quantitativos de consumidores residenciais em relação aos registros das estimativas

de domicílios ocupados existentes nos bancos de dados do IBGE; e das áreas de população em aglomerados subnormais por meio de análises sobre imagens orbitais de alta resolução e consultas aos dados das municipalidades. Outras atividades de exploração de registros administrativos estão sendo direcionadas para os espaços de diferenciação étnica e cultural (por exemplo, aglomerados indígenas e quilombolas) e, também, para a exploração dos resultados de posição dos estabelecimentos agropecuários e do trajetos efetuados pelos agentes de coleta do Censo Agro 2017, em comparação com os dados anteriormente disponíveis do Censo 2010, para possibilitar ações em gabinete, minimizando necessidades logísticas comparadas àquelas exigidas nos levantamentos convencionais.

O Censo Experimental foi adiado, de agosto para setembro de 2019, em função dos atrasos na realização da segunda prova piloto, inicialmente planejada para 2018 e postergada para março de 2019, devido à insuficiência quantitativa de pessoal do quadro efetivo para o desenvolvimento dos sistemas de supervisão da coleta censitária. Em todos os censos demográficos, o IBGE realiza o Censo Experimental a partir de 1º de agosto do ano anterior ao do recenseamento, de maneira a permitir que os ajustes necessários, especialmente no material instrucional, sejam feitos a tempo. Esses adiamentos exigiram ajustes no projeto de treinamento, que podem impactar o cronograma de tratamento didático/editorial do material instrucional, na sua reprodução e distribuição em todo o Território Nacio-

nal. O monitoramento e os controles dos treinamentos para o Censo Experimental deverão ser reforçados para que os ajustes necessários sejam efetuados simultaneamente à execução do Censo Experimental.

Precisamos destacar que a realização do Censo Experimental depende, ainda, da autorização de realização de processo seletivo simplificado (PSS) para contratação de recenseadores e supervisores, a tempo de todos os tramites de contratação e treinamento.

Para assegurar as condições necessárias à execução adequada da operação censitária, é necessário, também, sensibilizar e mobilizar os órgãos competentes diante da importância do plano de trabalho do Censo Demográfico. A seguir, relatamos as iniciativas neste sentido:

A Direção do IBGE vem empreendendo diversas ações para viabilizar a realização do Censo Demográfico em 2020. Em 2018, várias iniciativas foram empreendidas, como, por exemplo, a apresentação ao Congresso Nacional do Projeto do Censo 2020: panorama e perspectivas. Foram protocolados ofícios junto ao Ministério solicitando concurso para o pessoal do quadro e para os temporários. Também foi enviado pedido de Emenda Parlamentar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) para recomposição do valor original orçado para as atividades do Censo Demográfico em 2019 e se trabalhou junto ao Congresso Nacional para que este acolhesse e aprovasse as emendas parlamentares que visam recompor o orçamento, tanto para a reposição de pessoal, quanto para as atividades do Censo 2020.

A Direção, nesse contexto, solicitou apoio de instituições públicas e privadas, de pesquisadores, de associações e da sociedade em geral para que as emendas sejam acolhidas e aprovadas. Uma das emendas visa complementar os recursos alocados pelo Governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2019 para a despesa com a preparação, durante 2019, do Censo Demográfico 2020. Sem tal complementação, seria impossível realizar a operação censitária em 2020, conforme planejada. Outra emenda apresentada pretendeu adicionar, no PLOA 2019, os recursos necessários à despesa com a realização de concurso público para o IBGE. Os impactos negativos da não realização do Censo Demográfico em 2020, ou sua postergação, são catastróficos para o País. Um desses impactos reside na imprecisão da estimativa populacional de cada Município, importante para a distribuição justa de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

- b) Priorização de ações e medidas em implementação para o risco e atenção à continuidade de respostas e controles para manter ou reduzir o respectivo nível de risco, com envolvimento dos responsáveis pelo seu gerenciamento descentralizado

Na seção de Gestão de Riscos e Controles Internos foram apresentados os atuais controles e as medidas de tratamento planejadas para o risco de cancelamento ou atraso do censo demográfico 2020.

- 1- Em relação ao efeito da exclusão de metas e submetas do seu planejamento estratégico:
 - a) Resultados alcançados na implementação da Política de Gestão de Riscos, por meio de projeto piloto contemplando as Unidades Organizacionais

Na seção de Gestão de Riscos e Controles Internos foram apresentadas as informações relativas à Política de Gestão de Riscos do IBGE, bem como os primeiros esforços empreendidos na Instituição para implementação da Política e para análise e avaliação de riscos.

Como determinado, a Política de Gestão de Riscos do IBGE, aprovada pelo Conselho Diretor em 20 de agosto de 2018, contendo os principais conceitos, princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados ao tema, será encaminhada ao Tribunal. O documento também está disponível no Portal do IBGE na Internet.

- b) Encaminhamento ao Tribunal da avaliação quanto ao impacto na estrutura de ponderação das medidas de inflação, no caso da utilização de periodicidade superior ao sugerido internacionalmente para a atualização do perfil de consumo familiar, bem como possíveis ações para tratamento desse risco

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) é a principal fonte utilizada para a construção da estrutura de pesos do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). O ideal é que a POF seja atualizada anualmente. Contudo, o fato dessa ser uma pesquisa que demanda muitos recursos, torna-se aceitável, para os padrões internacionais, uma atualização dos pesos a cada 5 anos.

O IPC é uma média ponderada (obtida de multiplicações de pesos e variações dos preços) de bens e serviços que integram uma cesta fixa. Nessa média ponderada, os pesos refletem a importância relativa dos bens e serviços como percentual do total do consumo das famílias. Nesse sentido, a manutenção de uma estrutura de ponderação atualizada é fundamental para a qualidade do índice.

A combinação de pesos e preços dos componentes está associada a uma estrutura de classificação para esses elementos, segundo a qual pode-se definir um indicador de preços para a cesta ou subíndices para os níveis mais desagregados dela. A estrutura de classificação, portanto, é o esqueleto do IPC. A estrutura de classificação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) do IBGE é composta por Grupos, Subgrupos, Itens, Subitens e Produtos. O subitem é o nível mais desagregado para o qual é possível se obter pesos.

O SNIPC tem como produtos principais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que abrangem famílias residentes nas áreas urbanas pesquisadas. A principal diferença entre ambos é o rendimento familiar monetário disponível, que, no INPC, cobre as famílias de menor rendimento. Atualmente, o INPC abrange famílias com rendimento mensal de 1 a 5 salários mínimos, enquanto o IPCA representa o consumo de famílias com rendimentos entre 1 a 40 salários mínimos.

As estruturas de ponderação das cestas de consumo devem ser representativas do perfil de consumo da população-objetivo coberta pelo índice. Isso é desafiador, pois o comportamento dos consumidores é mutável e, a todo instante, produtos podem ser introduzidos, retirados do mercado, ou simplesmente mudar ao longo do tempo. Afinal, em uma economia dinâmica, existe um movimento contínuo de substituição de produtos e pontos de venda no mercado.

Torna-se importante mencionar que, por menores que sejam as variações nas estruturas de ponderação e nos pesos, essas podem ter impactos econômicos e sociais bem significativos,

em função dos diferentes usos dos IPCs produzidos pelo IBGE. O IPCA, por exemplo, é utilizado como balizador do regime de metas de inflação do Banco Central do Brasil; é indexador do teto dos gastos públicos (Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016); é empregado como indexador de contratos públicos e privados, como o NTN-B e o NTB-Principal (os títulos públicos indexados pelo IPCA são os títulos mais vendidos no Tesouro Direto, correspondendo a 43,97% do total negociado); e é utilizado para deflacionar um conjunto de séries nominais, nas Contas Nacionais, despesas e rendimentos em geral. Já o INPC, é utilizado na correção monetária para reajustes salariais em dissídios coletivos e compõe a regra de cálculo do salário mínimo oficial do Brasil, o que impacta as contas públicas nas 3 esferas de governo.

Idealmente, os índices necessitam de atualizações frequentes das estruturas de ponderação. Nesse sentido, sobretudo considerando-se um cenário de restrição orçamentária, o uso de novas fontes de dados (em complementaridade à POF) seria uma alternativa vantajosa para garantir essa atualização mais frequente das estruturas de ponderação.

Segundo a literatura internacional, diversas fontes de dados (tais como: acesso a informações de notas fiscais com identificação do consumidor, acesso a registros administrativos, aquisição de informações via scanner data, aquisição de informações de inteligência de mercado, etc.) podem complementar-se mutuamente para atualizar os pesos dos IPCs. No entanto, uma das principais fontes recomendadas e efetivamente utilizada internacionalmente para este fim é a Despesa de Consumo das Famílias compilada no Sistema de Contas Nacionais (SCN), para atu-

alizar as ponderações gerais dos IPCs, pois todas as demais alternativas têm se revelado custosas ou dependentes de legislação específica.

É importante ressaltar que a literatura internacional não recomenda a substituição da POF pelo SCN, como fonte para a atualização dos ponderadores. A recomendação é tão somente o uso complementar dessa última em relação à primeira. A POF, em intervalos regulares, mantém-se como elemento fundamental para a atualização geral dos pesos, sobretudo nos níveis de classificação mais desagregados, para os quais não existe a disponibilidade de dados via SCN. Por essa razão, é de suma importância para a manutenção da qualidade dos índices produzidos no âmbito do SNIPC, que o IBGE tenha sempre orçamento e pessoal técnico que garanta a realização da POF a cada 5 anos.

Informamos que, como requerido no Acórdão, o Relatório completo sobre o tema será encaminhado ao Tribunal, no prazo determinado.

II - Quanto ao Acórdão 1.598/2018 TCU – Plenário, de 18 de julho de 2018

1- Em relação ao risco de comprometimento das pesquisas em razão do incremento da mão de obra temporária e de sua menor especialização

a) Monitoramento de maneira específica, com o envolvimento da auditoria interna, do gerenciamento do risco de supervisão, por servidores efetivos, da coleta de dados nas agências

Atualmente, o IBGE tem investido na modernização dos sistemas de gerenciamento da coleta, utilizando a tecnologia de informação associada a técnicas estatísticas para monitorar e supervisionar o processo de coleta e corrigir de forma

tempestiva possíveis erros. Um exemplo disso é o Sistema de Indicadores Gerenciais de Coleta (SIGC), que já é utilizado em algumas pesquisas e tem tido seu escopo ampliado para, aos poucos, integrar todas as pesquisas. Em 2018, foram incorporadas as Pesquisas Econômicas por Empresas. Desta maneira, contribui para maior aderência ao Código de Boas Práticas, que considera importante a automatização das etapas do processo de produção estatística, assim como o reuso de sistemas entre as operações estatísticas.

Além disso, em 2018, foram realizados treinamentos presenciais com os supervisores de todas as pesquisas, que foram a campo e um grande esforço no sentido de revisar e modernizar os materiais dos treinamentos realizados a distância (EaD), oferecidos a todos os agentes de coleta. Em 2018, foi, também, enfatizada a necessidade de realização de repasse do treinamento presencial pelos supervisores para alguns agentes de pesquisa que atuam nas agências. Para capacitar todas as pessoas envolvidas com a coleta das pesquisas, considerando a imensa estrutura do IBGE, são necessárias essas etapas de treinamento em cascata, aderentes aos padrões de qualidade praticados pelo Instituto.

No exercício de 2018, a Auditoria Interna incluiu no escopo das atividades de campo a supervisão das pesquisas nas Unidades Estaduais (UE), como na UE/RS, UE/CE, UE/BA e UE/PA. Foi efetuado levantamento de quantitativo de servidores efetivos em cada Agência, em nível nacional, constituindo-se em variável adicional para o planejamento das atividades de auditoria na execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2019, no qual a supervisão das coletas será um dos temas.

2- Em relação ao risco de não realização de pesquisas essenciais

a) Ações e medidas em implementação por meio de um plano de tratamento de riscos que contemple ações necessárias, responsáveis e o respectivo cronograma

Na seção de Gestão de Riscos e Controles Internos, foi apresentado o plano de tratamento do risco e as ações necessárias. Para cada ação, estão previstos os prazos e os responsáveis e esse monitoramento será feito pelo Comitê de Governança, Conformidade e Riscos e pelo Conselho Diretor.

b) Conclusões do estudo referente ao mapeamento do quantitativo ideal de servidores do quadro permanente

Tendo em vista a necessidade de levantamento de um quantitativo ideal de força de trabalho no IBGE, foi formado um grupo de trabalho para analisar as demandas de cada setor e consolidar um número ideal de quadro de servidores.

Buscando atender às peculiaridades de cada área de atuação, as análises foram divididas em 3 grupos: Administração Central, Unidades Estaduais e Agências.

Quadro Ideal – Unidades Estaduais (Sede Administrativa)

Na análise correspondente às Unidades Estaduais, foi realizado um primeiro levantamento com os Chefes de Unidades a respeito de qual seria o número ideal de funcionários para cada uma das gerências/supervisões da sede da Unidade. Cada gerente/supervisor registrava no módulo Quadro de Pessoal, criado para esse fim, no Sistema de Dados Administrativos (SDA), o que

considerava ser o número necessário de servidores para sua área e, se razoável, a quantidade era aprovada pelo chefe da Unidade e enviada para análise. Esse número ideal de servidores deveria vir acompanhado de justificativa detalhada a respeito das atribuições de cada um.

A seguir, visando uma comparabilidade mais precisa, as Unidades Estaduais foram divididas em seis grupos, levando em conta fatores como número de Agências subordinadas, estrutura organizacional semelhante e carga de trabalho (tomando por base o número de entrevistas da PNAD em 2018). O quantitativo de servidores solicitado para cada gerência/supervisão das Unidades foi comparado com as gerências/supervisões das demais Unidades do mesmo grupo, chegando-se a um tamanho médio de equipe por área.

Aliado a isso, fez-se o levantamento do quantitativo de servidores ativos em cada Unidade Estadual nos últimos 5 anos, buscando-se um referencial da força de trabalho que vinha sendo utilizada até então. O tamanho ideal de equipe solicitada foi comparado com a média de servidores dos últimos 5 anos em cada área, evitando discrepâncias acentuadas. Por meio desse método, se chegou a uma proposta de quantitativo ideal para a equipe de cada Unidade Organizacional de cada Unidade Estadual, devendo ainda o quantitativo proposto ser deliberado e aprovado pelo Conselho Diretor.

Quadro Ideal – Unidades Estaduais (Agências)

Em relação às Agências, cada Chefe foi instruído a preencher no sistema corporativo o quadro ideal para o melhor funcionamento da Agência

da qual é responsável. Tais informações foram enviadas posteriormente para aprovação dos Chefes das Unidades Estaduais, chefia hierárquica superior.

Após a aprovação dos Chefes das UEs, a Coordenação de Recursos Humanos (CRH) teve acesso às informações preenchidas e começou um trabalho de análise dos números propostos. Levou-se em consideração a tipologia das Agências, classificadas em três tipos conforme estudo anterior liderado pela Coordenação de Planejamento e Supervisão (CPS), e a média de contratados exercendo suas funções na lotação durante os últimos cinco anos, bem como a proporção entre servidores e contratados por Agência e tipologia. A análise das informações gerou uma sugestão referente ao quadro ideal das agências do IBGE, que ainda será submetida à apreciação do Conselho Diretor.

Quadro ideal – Diretorias e Coordenações Gerais da Administração Central (Sede)

Em 2018, o IBGE firmou contrato com consultoria especializada (Elogroup Desenvolvimento e Consultoria LTDA) e, considerando a experiência da equipe de consultoria em trabalhos similares junto a outros órgãos da Administração Pública, o dimensionamento da força de trabalho foi uma das frentes de trabalho priorizadas, para a melhoria dos processos de trabalho da Instituição.

Essa frente de trabalho com a consultoria tem por finalidade permitir ao IBGE apresentar uma análise especializada referente ao mapeamento do quantitativo ideal de servidores de seu quadro permanente, tendo como base os processos de trabalho executados nas Diretorias e Coordenações

Gerais que compõem a Administração Central do Instituto (Sede). Especificamente, o projeto busca não só avaliar as necessidades futuras de recursos humanos, no tocante ao quantitativo, como, também, a definição das estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar a satisfação de tais necessidades.

O trabalho realizado pela consultoria, com a supervisão da CRH e, também, o acompanhamento do Escritório de Processos da CPS, tem as seguintes etapas previstas:

- 1- Arquitetura dos processos: identificação dos processos de trabalho diretamente relacionados ao escopo de cada Diretoria/Coordenação-Geral;
- 2- Levantamento de dados: levantamento de informações sobre o esforço de trabalho empregado nos processos desenvolvidos pela Diretoria/Coordenação-Geral. Essa etapa tem como técnica a aplicação de questionários aos servidores relacionados diretamente aos processos produtivos das áreas e a aquisição adicional de dados secundários complementares.
- 3- Análises: as principais análises provenientes do estudo dos dados coletados serão:
 - a) Distribuição de esforço de trabalho por produto (uma pesquisa é um exemplo de um produto) e por etapa de produção;
 - b) Matriz de produtos com características comparáveis entre si;
 - c) Número ideal da força de trabalho, considerando produtos paradigmas em cada matriz.

A execução do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho teve início em dezembro de 2018 e seu encerramento está planejado para o segundo semestre de 2019. Atualmente, o projeto está em curso nas duas áreas finalísticas do

Instituto: a Diretoria de Pesquisas (DPE) e a Diretoria de Geociências (DGC), cada qual em um estágio específico.

- a) Priorização de ações e medidas em implementação para o risco e atenção à continuidade de respostas e controles para manter ou reduzir o respectivo nível de risco, com envolvimento dos responsáveis pelo seu gerenciamento descentralizado

Na seção de Gestão de Riscos e Controles Internos foram apresentados os atuais controles e medidas de tratamento planejados para o risco de não realização de pesquisas essenciais.

- 1- Em relação ao risco de não realização de pesquisas nas periodicidades devidas
 - a) Medidas que avaliem o efeito de novas demandas na alocação da força de trabalho e sua possível interferência na adequada programação das pesquisas essenciais e medidas adotadas para a manutenção do adequado nível de risco residual

O quadro de servidores efetivos ativos do IBGE representa um dos maiores desafios da Instituição. O elevado número de aposentadorias ocorridas nos últimos oito anos, sem reposição adequada, leva o IBGE para uma situação absolutamente insustentável. De 2010 a 2018, o quadro de servidores ativos efetivos teve uma redução de 30%, o que representa quase dois mil servidores.

É relevante ressaltar que, como o IBGE está presente em todo o território nacional, possui hoje 570 agências em todo o país. Reduções drásticas no quadro representam perda da capacidade de gestão e dificuldades para a atuação do Instituto, visto que um de seus diferenciais é justamente sua capilaridade, ou seja, a possibilidade de estar presente no território,

com sólida estrutura de supervisão das atividades de campo, sem a qual há prejuízo ao monitoramento das pesquisas.

A incorporação de novas tecnologias, o aumento da qualificação dos servidores (fruto das exigências dos últimos concursos públicos) e a automatização dos processos de trabalho, geraram aumento de produtividade significativo. Por outro lado, o IBGE tem demandas por novas informações estatísticas e geocientíficas, o que exige a estruturação de projetos que apontam para a necessária ampliação do quadro de pessoal, como é o caso da PNAD Contínua. Logo, a situação atual é a de uma forte redução da força de trabalho, associada ao aumento das demandas de trabalho, o que não se consegue compensar com os esforços permanentes de ganho de produtividade.

Diversas tentativas estão sendo realizadas para recompor a força de trabalho da Instituição. Em 2012, o IBGE submeteu ao Ministério do Planejamento a proposta de realização de concurso público para aproximadamente 3.000 vagas no prazo de 5 anos (2012 - 2017). Neste período, no entanto, foi autorizada a abertura de 1.020 vagas (760 de nível médio e 260 de nível superior), ao mesmo tempo em que se aposentaram 2.698 servidores. Para o último concurso público realizado em 2015, o IBGE solicitou 1.544 vagas e o MP autorizou somente 600.

Hoje, o IBGE possui 12 agências fechadas por falta de servidores e 61 agências que funcionam

com um único servidor. As Unidades Estaduais encontram-se em situação extremamente precária, em especial nas áreas administrativas. A importante Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) deixou de ser realizada, por falta de pessoal, em 2013 e voltou a campo somente em 2017. A previsão é de que, até o final 2020, o IBGE tenha aproximadamente 500 novas aposentadorias, chegando a um quadro próximo de 4.500 servidores efetivos ativos, na hipótese de ausência de recomposição dos quadros. Esta situação pode gerar a paralisação de diversas pesquisas, de levantamentos geocientíficos e de diversas unidades, especialmente agências.

Some-se a esta situação o fato de que, atualmente, cerca de 40% dos servidores de nível superior e 20% dos servidores de nível intermediário do Instituto, que atuam especialmente na rede de coleta e nas atividades de levantamentos geocientíficos, já apresentam condições de se aposentar a qualquer momento. E 40% dos gestores (gerentes e coordenadores) estão nessa mesma situação.

O quadro de servidores chegou, em dezembro de 2018, a 4.991 servidores, frente a uma estimativa de 6.500, que é o número considerado pela Instituição como mínimo para o eficaz desempenho de suas atividades. O IBGE está trabalhando para identificar o quadro de servidores

ideal da Instituição, considerando o quantitativo, a formação e a lotação deste quadro. Estima-se que, para recompor de forma adequada o quadro, será necessária a autorização para a contratação de, no mínimo, 1.500 (mil e quinhentos) novos servidores. Essa reposição será fundamental, especialmente, para a realização do Censo Demográfico 2020 e dos projetos que compõem as atividades correntes do IBGE.

A tabela a seguir apresenta a evolução do quantitativo de servidores nos últimos 9 anos, que evidencia a perda de quadro permanente.

Quantitativo de servidores do quadro permanente do IBGE

Ano	Servidores	Alteração
2010	6.971	0%
2011	6.622	-5%
2012	6.457	-7%
2013	6.024	-14%
2014	6.053	-13%
2015	5.644	-19%
2016	5.752	-17%
2017	5.430	-22%
2018	4.991	-28%

Fonte: Fita Espelho SIAPE, 2018

No próximo quadro, pode-se ver a quantidade de vagas solicitadas pelo IBGE e vagas autorizadas em diferentes períodos.

Quantitativo de vagas solicitadas pelo IBGE e vagas autorizadas

Ano	Forma de Seleção	Cargo/Função	Vagas solicitadas	Vagas autorizadas	Edital
2018	Concurso	Técnico	1.200	0	-
2018	Concurso	Analista e Tecnologista	600	0	-
2018	PSS	Analista Censitário – Censo Demográfico	396	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Agente Censitário Operacional – Censo Demográfico	800	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Coordenador Censitário de Subárea – Censo Demográfico	1.450	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Agente Censitário Municipal – Censo Demográfico	6.500	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Agente Censitário Supervisor – Censo Demográfico	26.000	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Recenseador – Censo Demográfico	207.000	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Codificador – Censo Demográfico	500	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Agente Censitário Municipal – Censo Experimental	4	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Agente Censitário Supervisor – Censo Experimental	25	Aguardando autorização	-
2018	PSS	Recenseador – Censo Experimental	180	Aguardando autorização	-
2017	PSS	Analista Censitário – Censo Agropecuário	*	266	01/2017
2017	PSS	Agente Censitário Regional – Censo Agropecuário	*	375	01/2017
2017	PSS	Agente Censitário Administrativo – Censo Agropecuário	*	381	01/2017
2017	PSS	Agente Censitário de Informática – Censo Agropecuário	*	174	01/2017
2017	PSS	Agente Censitário Municipal – Censo Agropecuário	*	1.285	02/2017
2017	PSS	Agente Censitário Supervisor – Censo Agropecuário	*	4.946	02/2017
2017	PSS	Recenseador – Censo Agropecuário	*	19.013	02/2017
2016	PSS	Agente de Pesquisas e Mapeamento	7.500	7.500	02/2016
2016	PSS	Agente de Pesquisas por Telefone	300	300	03/2016
2016	PSS	Supervisor de Pesquisas	25	25	03/2016
2015	PSS	Analista Censitário – Censo Agropecuário	223	223	01/2016 (cancelado)
2015	PSS	Agente Censitário Regional – Censo Agropecuário	486	486	01/2016 (cancelado)
2015	PSS	Agente Censitário Administrativo – Censo Agropecuário	700	700	01/2016 (cancelado)
2015	PSS	Agente Censitário de Informática – Censo Agropecuário	174	174	cancelado
2015	PSS	Agente Censitário Municipal – Censo Agropecuário	5.500	5.500	cancelado
2015	PSS	Agente Censitário Supervisor – Censo Agropecuário	12.540	12.540	cancelado
2015	PSS	Recenseador – Censo Agropecuário	62.400	62.400	cancelado
2015	Concurso	Analista	200	90	01/2015
2015	Concurso	Tecnologista		50	01/2015

Ano	Forma de Seleção	Cargo/Função	Vagas solicitadas	Vagas autorizadas	Edital
2015	Concurso	Técnico	460	460	02/2015
2012	Concurso	Técnico (Nível intermediário)	1.044 (348 em 2013, 348 em 2014 e 348 em 2015)	300	02/2013
2012	Concurso	Analista (Nível superior)		60	03/2013
2012	Concurso	Tecnologista (Nível superior)	595 (265 em 2013, 110 em 2014, 110 em 2015 e 110 em 2016)	60	03/2013
2012	Concurso	Pesquisador (Nível superior)		20	04/2013 05/2013
2013	PSS	Agente de Pesquisas e Mapeamento	6.650	7.600	06/2013
2013	PSS	Agente Censitário de Geoprocessamento	27	27	06/2013
2013	PSS	Agente de Pesquisas por Telefone	180	180	06/2013
2013	PSS	Supervisor de Pesquisas	18	18	06/2013
2011	PSS	Agente de Pesquisas e Mapeamento	4.250	4.250	02/2011
2011	PSS	Agente de Coleta Regional	100	100	-
2011	PSS	Agente de Pesquisas por Telefone	132	132	01/2011
2011	PSS	Supervisor de Pesquisas	18	18	01/2011
2010	PSS	Codificador Censitário – Censo Demográfico	*	120	05/2010
2009	PSS	Agente Censitário Municipal – Censo Experimental 2009	*	5	01/2009
2009	PSS	Agente Censitário Supervisor – Censo Experimental 2009	*	25	01/2009
2009	PSS	Recenseador – Censo Experimental 2009	*	200	01/2009
2009	PSS	Agente de Pesquisas por Telefone	*	120	02/2009
2009	PSS	Supervisor de Pesquisas	*	18	03/2009
2009	PSS	Agente Censitário Regional – Censo Demográfico 2010	*	400	05/2009
2009	PSS	Agente Censitário Administrativo – Censo Demográfico 2010	*	2.000	05/2009
2009	PSS	Agente Censitário de Informática – Censo Demográfico 2010	*	1.500	05/2009
2009	PSS	Agente Censitário Municipal – Censo Demográfico 2010	*	7.000	05/2009
2009	PSS	Agente Censitário Supervisor – Censo Demográfico 2010	*	27.000	05/2009
2009	Concurso	Analista	*	278	06/2009
2009	Concurso	Tecnologista	*	72	06/2009
2008	PSS	Agente Censitário	700	700	01/2008
2008	PSS	Analista Censitário	332	332	02/2008
2008	PSS	Pesquisador	*	13	03/2008

* Não identificado o número de vagas solicitadas.

- b) Priorização de ações e medidas em implementação para o risco e atenção à continuidade de respostas e controles para manter ou reduzir o respectivo nível de risco, com envolvimento dos responsáveis pelo seu gerenciamento descentralizado

Na seção de Gestão de Riscos e Controles Internos foram apresentados os atuais controles e medidas de tratamento planejados para o risco de não realização de pesquisas nas periodicidades devidas.

Créditos

O Relatório de Gestão do exercício 2018 é produto da construção coletiva de todas as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Instituição está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e nº 72, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018 e da Portaria TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018.

Gerente do Projeto

Massashige Takiguchi

Equipe Técnica

André Fernandes Chaves

Brayan de Almeida Lima
(estagiário sob supervisão)

Queisse Valente Ximene de Araújo

Capa

**Gerência de Editoração/Centro de Documentação
e Disseminação de Informações - CDDI**

Programação Visual e Editoração

Everson Melo dos Santos

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

Infográficos

**Gerência de Editoração/Centro de Documentação
e Disseminação de Informações - CDDI**

Everson Melo dos Santos

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

Colaboradores

Affonso Henriques de Lacerda Marçal Duarte

Alexandre Vincenzo Barone

Amaury da Silva Pereira Júnior

André Eduardo Oliveira de Paula Lico

Antônio Carlos Simões Florido

Arnaldo Lyrio Barreto

Bárbara Conceição Teixeira Coelho

Bruno Taranto Malheiros

Cláudio Marques Barbosa

Geisa Maria Tavares da Silva

Marcelo Henrique Ferreira Barbosa

Marcos Vinicius Amaral de Souza

Nélio Ferreira Machado

Paulo César de Souza Quintslr

Rafael Magalhães Costa

Raissa Batista Madureira

Ricardo Baptista

Silvia Regina Cunningham Broering

Sonia Val Dias

Vera Lúcia Ahnert dos Santos

Vivaldi Campos Junior

Waldir Fortunato Júnior

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

Relatório de Gestão **2018**